



Anais da Assembléia

N. 133

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 16 DE NOVEMBRO DE 1987

ANO XIII

1.ª **SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.ª LEGISLATURA**
ATA DA 113.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 16 DE NOVEMBRO DE 1987.
SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Eduardo Baggio, secretariada pelos Srs. Deputados Anibal Khury e Lindolfo Júnior.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) - Solicito verificação de votação da Ata, Senhor Presidente.

O SR. NILTON BARBOSA - (Pela Ordem) - Eu requeiro a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - A Mesa defere e solicita ao Senhor 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida à chamada nominal dos Senhores Deputados).

Quarenta Senhores Deputados responderam a chamada nominal. Há "quorum" para deliberação.

A Presidência irá proceder à verificação de votação, atendendo pedido do Senhor Deputado Pedro Tonelli.

(É procedida à verificação de votação)
Trinta e nove Senhores Deputados aprovam; 1 Senhor Deputado rejeita.

Está aprovada a Ata.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 97/87

Curitiba, 29 de setembro de 1987.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação de Vossa Excelência o incluso anteprojeto de lei que objetiva a autorização legislativa nos termos do artigo 21, inciso VIII, alínea "C", da Constituição do Estado do Paraná, para o procedimento da regularização de diversos lotes de terras devolutas, conforme a relação inclusa, integrantes da Gleba Capivari de Baixo-Município de Tibagi, ocupados por INÁCIO BORATO.

O pedido de autorização legislativa é justificado pelo fato de que o Senhor Inácio Borato já adquiriu, parceladamente, por compra do Estado do Paraná um total de 500,00 hectares, fixando-se dessa forma no limite constitucional atribuído ao Executivo Estadual na alienação de terras devolutas. Assim sendo, necessita para adquirir o restante da área por si ocupada (498,56 hectares) a competente autorização legislativa.

O assunto já foi examinado pela Procuradoria Geral do Estado, através do Parecer nº 538/84, de 20.11.84, e pela Subchefia de Assuntos Técnicos da Casa Civil, conforme Parecer nº 1.102/87- DTJ, de 25.08.87, ambos anexados por cópias autênticas.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado

apreço e distinta consideração.
(a) ALVARO DIAS
Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a alienar a INÁCIO BORATO área de terras devolutas, na forma do art. 21, inciso VIII, alínea "c", da Constituição Estadual, com 498,56 hectares, constituída pelos seguintes lotes da Gleba Capivari de Baixo, Município de Tibagi: n°s 29, 31, 31-A, 33, 33-A, 85-B-1, 86-A-1, 86-A-4, 86-B, 26, 26-A, 2, 21, 34, 35, 46, 50, 85-B, 86-C, 86-E, 86-F, 86-G, 86-H, 86-I, 86-B-3, 64, 85-A-1, 86-A, 85-C, 86-A-5, e 86-A-6, que somadas as áreas anteriormente tituladas, perfazem o total de 998,56 hectares.

Art. 2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. A Diretoria Legislativa.

INFORMAÇÃO

PROTOCOLO N° 00705/80- Casa Civil e 8056/79 ITCF- Inácio Borato.

RELAÇÃO DOS LOTES DA GLEBA CAPIVARI DE BAIXO - MUNICÍPIO DE TIBAGI- OCUPADOS POR INÁCIO BORATO.

LOTES JÁ ALIENADOS AO SENHOR INÁCIO BORATO.

Lote n°	Área (HA)
7	7,40
8	7,10
9	7,60
20	28,20
24	30,30
25	45,50
25-A	39,80
25-B	30,00
27	13,60
28	29,10
30	21,90
31-B	49,40
38-B	28,80
38-C	47,10
38-D	42,50
44	8,30
45	3,20
54	2,10
55	19,30
56	23,10
58	4,90
70	10,70

TOTAL.....500 HECTARES

INFORMAÇÃO

PROTOCOLO N° 00705/80- Casa Civil e 8056/79- ITCF- Inácio Borato.

LOTES ALIENADOS A TERCEIROS

Lote n° 57 - 6,50 ha - titulado a JOSÉ GONÇALVES DE DEUS

Lote n° 76 - 4,80 ha - titulado a JOSÉ DE PAULA E FREITAS

Lote n° 86-B-2- 7,00 ha- titulado a JOSÉ DE PAULA E FREITAS

Lote n° 86-A-3 - 5,00 ha- titulado a JOSÉ DE PAULA E FREITAS.

Total 23,30 ha.

LOTES DEPENDENTES DE AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA PARA ALIENAÇÃO

Lote n°	ÁREA (HA)
29	24,70
31	47,10
31-A	48,40
33	26,60
33-A	41,60
85-B-1	10,00
86-A-1	12,00
86-A-4	12,00
86-B	15,00
26	27,80
26-A	30,40
02	28,20
21	26,70
34	26,30
35	8,60
46	2,80
50	0,60
85-B	22,30
86-A	12,00
86-C	6,00
86-D	6,00
86-E	9,10
86-F	12,00
86-G	6,00
86-H	6,00
86-I	3,60
86-B-3	3,80
64	1,00
85-A-1	7,26
85-C	10,00
86-A-5	2,20
86-A-6	2,50

Total.....498,56

PARECER N° 538/84- PGE

1. INÁCIO BORATO requereu perante o Instituto de Terras e Cartografia uma área de terras medindo 1.021,76 ha, situada no Município de Tibagi, neste Estado do Para-

ná.

A área objeto do requerimento é constituída por 57 (cinquenta e sete) lotes todos localizados na Gleba Capivari de Baixo, no Município acima referido.

O ITC, deferiu o requerimento referente a 523,20 ha e, durante a tramitação do requerimento relativo ao restante da área, percebendo-se que a titulação concedida contrariava dispositivo constitucional, com base no Parecer nº 49/79, da lavra do seu Procurador Jurídico, resolveu rever o seu ato e, em consequência, indeferir o pedido inicialmente atendido, ao mesmo tempo em que solicitou o comparecimento do requerente na sua sede para receber a quantia que havia depositado a título de pagamento.

Pelo mesmo fundamento, foi indeferido o pedido de titulação da área restante, equivalente a 498,56 ha.

Por discordar do Parecer nº 49/79 e da decisão que indeferiu o requerimento de titulação da área de terras, o requerente recorreu ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado para, "supridas as exigências Constitucionais, ordenar a expedição dos respectivos títulos dominiais".

2. De início é de se ressaltar o acerto do ITC em reconsiderar a sua decisão anterior, para indeferir o requerimento.

Com efeito, a alienação de bens imóveis, com área superior a 500 ha, nos termos do artigo 21, inciso VIII, alínea "c" da Constituição Estadual, depende de autorização da Assembléia Legislativa e, na sua ausência deve o pedido ser indeferido.

3. Contudo, não está o Poder Executivo impossibilitado de alienar bens imóveis com área superior a 500 ha. Apenas, para fazê-lo depende de autorização da Assembléia Legislativa.

Vale dizer, uma vez verificado o atendimento ao interesse público, pode o Poder Executivo, mediante autorização da Assembléia, alienar terras com área superior a 500 ha.

Então, a questão no caso em apreço diz respeito à conveniência ou não da alienação da área objeto do pedido.

No presente processo administrativo às folhas 15 a 17, encontra-se a informação do ITC, que contém elementos bastantes a um juízo sobre a conveniência, ou não, do atendimento do pedido.

4. A informação do então Diretor do Departamento de Terras do ITC, que se encontra às folhas 15 a 17, muito bem evidencia que o requerente vem cultivando as terras requeridas, nelas tendo construído muitas benfeitorias.

Com efeito, lê-se naquela informação que, exceto a área de reserva, determinada pelo Código Florestal, o restante é aproveitado com lavouras ou pastagens, nas quais o requerente possuía, na época, mais

de 120 (cento e vinte) cabeças de gado e animais de tração. Ainda, no item 4, são arrolados mais de 10 (dez) veículos, máquinas e implementos, que são utilizados no cultivo das terras.

Percebe-se, assim, que as terras estão sendo adequadamente aproveitadas, realizando sua função social, o que, sem dúvida, demanda a sua titulação definitiva.

Pelo exposto é que opino pelo provimento do recurso, a fim de que, obtida a autorização da Assembléia Legislativa, sejam expedidos os títulos dominiais relativos às terras em questão.

É o parecer, s.m.j.

Curitiba, 20 de novembro de 1984.

(a) MANOEL CAETANO FERREIRA FILHO

Advogado

I. Aprovo o Parecer n. 538/84 - PGE

II. Encaminhe-se à Casa Civil.

Em 05 de novembro de 1984.

(a) MAURO JOÃO SALES DE A. MARANHÃO

Procurador Geral do Estado.

PROTOCOLO N. 334.988-8

ASSUNTO: TITULAÇÃO DE TERRAS DEVOLUTAS

INTERESSADOS: SEAB/ITCF

PARECER N. 1102/87 - DTJ

O Titular da Pasta da Secretaria de Estado da Agricultura encaminha expediente (Protocolo n. 334.988-8) ao Senhor Governador do Estado relativo à proposição de mensagem governamental à Assembléia Legislativa, para que o Poder Executivo possa titular terras devolutas a particular que, somadas a outras, já tituladas, ultrapassam quinhentos hectares, incidindo, pois, no disposto da letra "C", inciso VIII, art. 21, da Constituição Estadual, que assim reza:

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

"Art. 21 - Compete à Assembléia Legislativa com a sanção do Governador:

.....

VIII - autorizar:

.....

c) a concessão, alienação ou arrendamento de bens imóveis do domínio estadual, ou de terras devolutas de área superior a quinhentos hectares, observado o disposto no art. 89, item IV, alínea "a", da Constituição Federal".

Refere-se tal dispositivo da Constituição Federal à competência do Conselho de Segurança Nacional em assentir previamente quando de concessão de terras que possam estar enquadradas como área de segurança nacional.

Consoante ao que já foi expendido por esta Divisão Técnico-Jurídica, no Parecer n. 430/87 (fls.34/38), referente ao protocolado n. 59.611, em anexo, o Senhor Inácio Borato requereu a titulação de mais

498,56 ha de terras devolutas, além de 500 ha que já lhe foram regularmente titulados, interpondo, para tanto, recurso (17.9.79) contra ato denegatório do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - ITCF.

O referido recurso mereceu, ao final, provimento por despacho do Senhor Governador (fl.05), com base no Parecer n. 358/84.PGE (fl.02), da Procuradoria Geral do Estado.

Após vistorias, realizadas na área pelo ITCF, que comprovam o aproveitamento agrícola e pastoril nas terras, a SEAB concluiu (fls.29), em vista da problemática da reforma agrária, que a área não é indicada a assentamento dos "sem-terra".

"...Face a efetiva ocupação e exploração da área de que trata o presente conforme vistoria procedida pelo ITCF, entendemos que o imóvel em questão não apresenta condições de vir a ser destinado a Assentamento Rural". (fl.29).

Ainda no Parecer retro, foi abordado o entendimento divergente verificado entre o Parecer da PGE (Fls.02/4) e o do ITCF (fls.16/17), dos quais depreende-se o que segue:

"...1. Entende a PGE que a autorização da Assembléia deve abranger a área total, ou seja, 1.021, 76 ha, e não apenas o que excede aos 500,00 ha já titulados ao requerente;

"...2. Para a Procuradoria Jurídica do ITCF, a autorização deve ser para a alienação apenas da área excedente, ou seja, para os 498,56 ha integrantes da Gleba Capivari de Baixo, Município de Tibagi, ainda pendentes de titulação".

Na oportunidade (24.04.86), esta Divisão Técnico-Jurídica, por intermédio de seu ex-assessor técnico, Dr. Ary Nogueira da Silva, entendeu ser o posicionamento do ITCF o correto, haja vista as seguintes ponderações, esposadas por aquele Instituto:

"- O Sr. Inácio Borato adquiriu, parceladamente, a área de terras, devoluta, cujo somatório atinge 500,00 hectares;

- Não houve revogação ou anulação dos atos administrativos pertinentes à titulação da referida área;

- A área total ocupada pelo Senhor Inácio Borato é de 1.021,76 hectares, abrangendo 500,00 hectares de área já titulada, 498,56 hectares de áreas devolutas e 23,30 hectares adquirida de terceiros;

- Os procedimentos administrativos pertinentes à titulação da área que ultrapassou o limite Constitucional de 500 hectares, é que foram submetidos por pedido de reconsideração ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado".

E conclui o ITCF:

"...Diante disso, parece-nos que a au-

torização legislativa deve cingir-se aos imóveis que ainda integram o domínio devoluto estadual, mutatis mutandis, não pode a Assembléia Legislativa autorizar o Estado do Paraná, alienar imóveis que não mais integram o seu patrimônio".

Encaminhado expediente à Divisão Técnico-Legislativa da Casa Civil para mensagem à Assembléia Legislativa, a DTL/SAT entendeu ser de boa e necessária cautela submeter o protocolado ao Titular da Secretaria Extraordinária de Coordenação da Reforma Agrária (Decreto n. 8.110, 9.5.86), à qual o ITCF passou a estar vinculado.

Com efeito, a Senhora Subchefe de Assuntos Técnicos após seu "de acordo", despachando os autos àquela Secretaria Extraordinária, em 04 de junho de 1986.

A Senhora subchefe da SAT/CC informa ter ficado o expediente sobrestado no âmbito da Governadoria, até aquela data (11.05.87), devido à orientação superior, ressaltando sobre a solicitada audiência, em 04.06.86, da extinta SECRA, tendo o processo retornado à Casa Civil sem qualquer manifestação formal.

Assim sendo, foram remetidos os autos novamente à SEAB para que se manifestasse a respeito, vez que o ITCF tornou a vincular-se à Pasta da Agricultura e do Abastecimento.

A Assessoria Jurídica da SEAB pronunciou-se então sobre a matéria:

Opinando que a situação do feito permanece "statu quo", não havendo qualquer inovação no campo legal, já todo dissecado e definido no Parecer n. 430/86 - DTJ.

Assim sendo, retorna o expediente a esta Divisão Jurídica, encaminhado pelo Titular da SEAB para que se de cumprimento à proposição em epígrafe.

Isto posto, reitera-se o que já foi concluído no parecer de fls. desta Divisão Técnico-Jurídica, i.e, que a mensagem à Assembléia Legislativa deve restringir-se à área, de 498,56 hectares, nos termos da Exposição de Motivos e Minuta do Anteprojeto de Lei, juntados pelo ITCF, às fls. 21 e 22, devendo sua redação final ser formalizada no setor competente desta SAT/Casa Civil, se assim acatar Sua Excelência, o Senhor Governador do Estado.

É o Parecer.

DTJ, em 25 de agosto de 1987.

(a) FERNANDO ALMEIDA DE OLIVEIRA
Assessor Técnico

1. Aprovo o Parecer n. 1102/87 - DTJ.

2. Em condições de seguir ao Senhor Chefe da Casa Civil, para inclusão do processo na Pasta Despachos.

SAT, em 18 de setembro de 1987.

(a) SUZANA LAU
Subchefe da Casa Civil

para Assuntos Técnicos

Ofício:

OFÍCIO

Sob o n. DTL/182/87, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado o Projeto de Lei n.º:

79/87: Do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Imbituva, parte do imóvel que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n.º 8.612. Anote-se e archive-se.

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Dirijo-me a Vossa Excelência a fim de indicar os nomes dos Excelentíssimos Senhores Deputados David Cheriegate e Werner Wanderer, como membros do Partido da Frente Liberal na Comissão da Paz.

Na oportunidade, renovo meus protestos de estima e consideração.

Cordialmente

Sala das Sessões, em 16.11.87.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

Líder do PFL

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 328/87, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 16.11.87.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

DECLARAÇÃO DE ABSTENÇÃO

Senhor Presidente.

Consta na Ordem do Dia da Sessão de hoje (16.11.87), em 1.ª Discussão, o Projeto de Resolução n.º 68/87, aprovando o Balanço geral das contas da Administração Direta e Indireta do Estado, relativas ao exercício de 1986.

Ocorre que, absolutamente, não tomei conhecimento sobre o conteúdo e forma do referido Balanço. Além do que há denúncias não esclarecidas de desvios de recursos públicos e má aplicação durante o exercício em tela.

Nos termos do artigo 158 do Regimento Interno, declaro minha abstenção de voto ao Projeto de Resolução supra.

Sala das Sessões, em 16.11.87.

(a) PEDRO TONELLI

Líder do PT

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e

legais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 101 de 12.06.87 que altera dispositivos do Anexo I, de que trata o Art. 290, da Lei Complementar n.º 14, de 26.5.82, com referência ao número de vagas da carreira de Escrivão de Polícia Feminino.

Sala das Sessões, em 16.11.87.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário seja concedido Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 326/87, oriundo da Mensagem Governamental n.º 110/87.

Sala das Sessões, em 16.11.87.

(a) NESTOR BAPTISTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 329/87, com fundamento no disposto pelo Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 16.11.87.

(a) DAVID CHERIEGATE

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, em pleno uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 319/87, que declara de Utilidade a Associação Paranaense para o Desenvolvimento do Potencial Humano.

Sala das Sessões, em 16.11.87.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja dada preferência de votação para os Projetos de Lei n.º 226/87 - 2.ª Discussão e 252/87 - 1.ª Discussão, de autoria do Poder Executivo e à Proposição n.º 84/87, da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Sessões, em 16.11.87.

(a) NESTOR BAPTISTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário preferência para discussão e votação do Projeto de Lei n.º 150/87.

Sala das Sessões, em 16.11.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Bancada do PDT, através de seu Líder, vem respeitosamente requerer a retirada por 5 sessões do Projeto de Resolução n. 68/87, para que todos os seus Deputados, e todos os Deputados da Casa tenham conhecimento do parecer do Egrégio Tribunal de Contas.

Sala das Sessões, em 16.11.87.

(aa) RAFAEL GRECA, VALDERI MENDES VILELA
e ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Apesar do parecer da Comissão de Tomada de Contas ressaltar a correção técnica da prestação de contas do exercício de 1986, e sua aprovação não apresentar óbices de técnica constitucional há sérias denúncias, da parte do próprio Governador Álvaro Dias, quanto a incorreções no exercício passado, assim, qualquer aprovação às pressas seria leviana.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a retirada da Ordem do Dia, por 3 sessões consecutivas, da Proposição de n. 84/87, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, por absoluta falta de conhecimento sobre a Proposição n.º 117/84, que deu origem à modificação que se propõe a Proposição que ora se encontra na Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 16.11.87.

(a) PEDRO TONELLI

JUSTIFICATIVA:

Ao chegarmos a esta Casa, nos deparamos com alguns "segredos", que por tradição ou vícios, são mantidos com unhas e dentes. Um dos segredos, é a questão dos salários dos Deputados. Pela Constituição Federal, é garantido a todo o brasileiro o direito de obter as informações que desejar sobre o Serviço Público, em todos os seus níveis. Portanto, não existem bases constitucionais para se negar quaisquer informações muito menos, quando se trata de um Poder, que acreditamos nós, ainda tenha a credibilidade e se proclame de o "mais transparente" dos Poderes. Ao chegarmos, hoje, em nosso Gabinete, nos deparamos, na Ordem do Dia, com a colocação em Discussão Única da Proposição n.º 84/87, que visa alterar a Proposição n.º 117/84. Sintomático ou não, o fato é que não conseguimos localizar em nenhum ponto da Casa a Proposição n. 117/84. Só conseguimos saber que a Proposição ora em votação trata da questão dos salários dos Deputados por informações alheias. Ora, Senhores, esta Casa não pode continuar sendo manipulada

ao bel prazer de alguns "mandatários", que se julgam no direito de esconder tudo o que lhes interessa e que possa ser questionado. Está sendo assim, também, com a lista dos funcionários deste Poder, solicitada por deste Parlamentar deste fevereiro e sistematicamente negada e está sendo assim com muitos outros pedidos de informações, e hoje, de uma forma muito mais grave, pois envolve o funcionamento do processo legislativo.

Não podemos votar uma matéria de tal importância sem o prévio conhecimento do que se trata, sem saber quais as consequências e os onus com que a população paranaense terá que arcar futuramente. Não queremos passar para a História como cúmplices da expoliação do povo. Em virtude disto solicito a retirada da Ordem do Dia da Proposição n.º 84/87, até que seja possível encontrar-se a Proposição n.º 117/84, para que, uma vez do conhecimento dos Parlamentares desta Casa do teor de tal matéria, possamos, com conhecimento e distinção, votar o conteúdo da mesma.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a reinclusão na Ordem do Dia do Projeto de Resolução n. 48/87 (ex-Projeto de Lei n. 133/87) que trata da emancipação do Município de Santa Tereza.

Sala das Sessões, em 16.11.87.

(a) DAVID CHERIEGATE

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este suscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Douto Plenário, seja reincluído na Ordem do Dia da próxima sessão o Projeto de Resolução n. 048/87, que autoriza a realização de plebiscito na área que abriga o futuro Município de Ibema.

Sala das Sessões, em 16.11.87.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a reinclusão na Ordem do Dia do Projeto de Resolução n. 50/87 (ex-Projeto de Lei n. 58/87), que trata da emancipação do Município de Lindoeste.

Sala das Sessões, em 16.11.87.

(a) DAVID CHERIEGATE

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei n. 189/87, que eleva o número de Vereadores da Câmara Municipal de São José dos Pinhais, de 13 (treze) para 17 (dezesete).

Sala das Sessões, em 16.11.87.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia, por 10 sessões consecutivas do Projeto de Lei n. 226/87, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 16.11.87.

(a) PEDRO TONELLI

JUSTIFICATIVA:

No envio da mensagem governamental o Senhor Governador não especifica e não dá justificativas sobre a aplicação que terão os recursos denominados de "Execução de outros Programas e atividades da COPEL", que é motivo de aprovação neste projeto de Lei, ora em discussão. Esta Assembléia não pode, em hipótese alguma, aprovar um Projeto nestes termos, sem o prévio conhecimento da finalidade da aplicação de tais recursos.

Durante anos e anos assistimos ao Legislativo perder suas prerrogativas, deixando o Executivo com as iniciais e os vetos a qualquer matéria, sob qualquer pretexto, sem critério nenhum.

No momento em que concordamos em, sob qualquer argumento e sem nenhuma justificativa, aprovar projetos que mudem substancialmente a origem das destinações dos recursos do Estado, sem sabermos sequer a destinação dos mesmos, estaremos dando uma tal margem de manobra e de liberdade ao Executivo que o tornará completamente soberano sobre quaisquer outros Poderes.

Não é hora de darmos mais um cheque em branco a quem já tem cheques em branco em suas mãos em número suficientes para pôr o Estado à falência, sem que este Parlamento ao menos tome conhecimento dos fatos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a prorrogação da presente sessão ordinária, pelo prazo de duas horas com base no disposto pelo Art. 76 do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 16.11.87.

(a) NESTOR BAPTISTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Mbá de Ferrante, ocorrido nesta Capital no dia 14 do corrente.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 16.11.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Dia 14 último a sociedade paranaense recebeu entristecida a notícia do falecimento do Senhor Mbá de Ferrante, deixando viúva dona Fanny Miró de Ferrante e três filhos.

O passamento do Jornalista Mbá de Ferrante veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de todo o seu grande círculo de amigos.

Deixa um grande vazio entre seus colegas funcionários públicos, onde era Presidente do Conselho da Associação dos Servidores Públicos do Estado do Paraná (ASPP).

O tempo e a distância, jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu, as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos e sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de seu servo.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná sente-se dever de associar-se à dor que abalou a família Ferrante, enviando-lhe voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, voto de pesar pelo falecimento de escritor e Jornalista Mbá de Ferrante, que em vida engrandeceu a intelectualidade paranaense.

Outrossim, REQUER ainda, que se dê ciência da decisão da casa, à família enlutada.

Sala das Sessões, em 16.11.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Anilton Schneider Fausto, ocorrido no dia 07.11.87, na cidade de Quedas do Iguaçu.

O extinto era irmão de meu grande amigo e vereador Alceu Schneider Fausto, casado com D. Ivone e deixa duas filhas. O trágico acidente que ceifou sua vida, não abalou só seus familiares como também os amigos e colegas.

Desta decisão, REQUER ainda, seja dada ciência à família enlutada no seguinte endereço:

Ivone Fausto: Rua Laranjeiras s/n.

Vereador Alceu Schneider Fausto: Rua 1624 - CEP 85460 - Quedas do Iguaçu - PR.

Sala das Sessões, em 16.11.87.

(a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações ao Município de General Carneiro pela passagem dos 26 anos de sua emancipação política.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Senhor Prefeito Municipal, Joelcy Marcos Lammel, ao Vice-Prefeito Senhor Waldir Gauer, bem como a todos os Senhores Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, cumprimentem a laboriosa população de General Carneiro.

Sala das Sessões, em 16.11.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O próximo dia 19 de novembro marcará a passagem do 26º aniversário de emancipação política de General Carneiro.

O Município surgiu, desmembrado de Palmas, e constatamos com muita satisfação que atravessa no momento fase de grande desenvolvimento econômico, urbanístico e social, graças ao desprendimento de sua gente, tendo à frente o Prefeito Joelcy Lammel, Vice-prefeito Waldir Gauer, bem como todos os Vereadores irmanados nos mesmos propósitos para a grandeza do Município que hoje alcança lugar de destaque como dos mais progressistas do Estado do Paraná, que se prepara para que seja elevado à categoria de Comarca.

É possível sentir e viver hoje a transformação de General Carneiro, com seu crescimento, com seus administradores preocupados e comprometidos com as mudanças que estão a promover sempre contando com o apoio e a participação do povo de General Carneiro, exultante de contentamento com o progresso e a qualidade de vida da sua população, eminentemente trabalhadora.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam consignados nos Anais desta Assembléia Legislativa, votos de congratulações pelo transcurso do aniversário de Emancipação política dos Municípios de Planalto, em 11 de novembro; REALIZA, em 12 de novembro; e CAPANEMA e SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE, em 14 de novembro, dando-se ciência deste requerimento aos Prefeitos dos referidos Municípios.

Sala das Sessões, em 16.11.87.

(a) CAÍTO QUINTANA.

JUSTIFICATIVA:

Situados no sudoeste do Estado, os Municípios que comemoram neste mês de novembro seus aniversários de emancipação política, vêm se desenvolvendo de forma expressiva, através do trabalho conjunto do Executivo, Legislativo e suas respectivas comunidades.

Na qualidade de representante da região, unimo-nos às festividades de comemoração, para congratularmo-nos com os Prefeitos, Câmaras Municipais e população em geral dos municípios aniversariantes, na certeza de que, com o trabalho de todos, o desenvolvimento da região será cada vez maior.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo às normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, sejam inseridos, na Ata dos Trabalhos da presente sessão, nossos votos de congratulações pela passagem do aniversário de emancipação política do Município de JABOTI, desejando aquele povo trabalhador e a seus dirigentes, felicidades, e que dentro dos princípios do direito, prossigam em seus trabalhos até alcançar a paz e prosperidade desejadas.

Requer, também, que do presente se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do Município apontado.

Sala das Sessões, em 16.11.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, sejam inseridos na Ata dos trabalhos da presente sessão, votos de congratulações pela passagem do aniversário de emancipação

ção política do Município de SANTA AMÉLIA, desejando àquele povo trabalhador e a seus dirigentes, felicidades e que dentro dos princípios do direito, prossigam em seus trabalhos até alcançar a paz e prosperidade desejadas.

Requer, também que do presente, se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e a Câmara de Vereadores do Município apontado.

Sala das Sessões, em 16.11.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação de votos de congratulações ao povo do Município de Ibaiti, pelas comemorações do 40º aniversário de emancipação.

Requer ainda, envio de cópia do presente expediente aos Vereadores de Ibaiti, Geiel Heidgger Ferreira, José Quintino Fonseca, Jurandir Mosquini.

Sala das Sessões, em 16.11.87.

(a) LUIZ ANTONIO SETTI.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Ibaiti comemora as festividades de seu 40º aniversário de emancipação política. Nada mais justo do que homenagear a sua população que com seu esforço e capacidade de trabalho transformou aquele Município em pólo econômico e social no Norte Pioneiro do Estado e que, de maneira pujante, vem contribuindo para o fortalecimento econômico do Paraná e arrecadando divisas para o País com sua expressiva produção agrícola.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado voto e congratulações a Senhora MARIA BERNADETE DEMETERCO RAAD, Destaque Empresarial "Mulher 87".

Outrossim, requer ainda, que da decisão da Mesa, seja dado ciência a Senhora Maria Bernadete Demeterco Raad.

Sala das Sessões, em 16.11.87.

(a) NESTOR BAPTISTA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam consignados votos de congratulações pelo 117º aniversário de Emancipação Política do Município de Rio Negro.

Outrossim, Requer ainda, que da decisão da Mesa, seja dado ciência ao Prefeito e Vereadores do Município de Rio Negro.

Sala das Sessões, em 16.11.87.

(a) NESTOR BAPTISTA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o registro nos Anais da Assembléia do Estado do Paraná de congratulações aos Municípios relacionados pelo transcurso da data de sua emancipação Político-Administrativa, solicitando que se officie aos Senhores Prefeitos dos Municípios ora homenageados, dando-lhes ciência desse Ato do Legislativo:

1. Capanema..... 14 de Novembro
2. Planalto..... 11 de Novembro
3. Realeza..... 12 de Novembro
4. Sto. Antonio do Sudoeste..... 14 de Novembro
5. São João..... 15 de Novembro

Sala das Sessões, de 16.11.87.

(a) JOÃO ARRUDA.

JUSTIFICATIVA:

Os Municípios de Capanema e Santo Antônio do Sudoeste foram emancipados em 1951, pela Lei nº 790 de 14.11.51.

O de São João, pela Lei nº 4.245, de 25.07.60.

Os de Planalto e Realeza, pela Lei nº 4.730, de 24.06.63.

Sua emancipação política e administrativa aconteceu em períodos importantes do Sudoeste do Paraná, ficando associados às mudanças sociais que vinham se operando naquela Região e das quais as suas populações participaram ativamente.

Suas lideranças políticas, cada uma em sua época, participaram da vida política do Estado do Paraná, dando sua contribuição até com sacrifícios, à escalada que empreendia nosso Estado na difícil conquista da importância econômica com que, afinal, foi reconhecido pela nação especialmente na agricultura e na pecuária.

Merecem, pois, os Municípios que se homenageia, o reconhecimento das autoridades constituídas, pelo muito que ofereceram pelo engrandecimento paranaense no contexto brasileiro.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, com base no art. 134, § 1º, Inciso IV do Regimento Interno, REQUER que, após ouvido o Egrégio Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações ao Coral Universitário da Universidade Estadual de Ponta Grossa, que está completando 10 anos de atividades.

Sob a regência do então reitor Odeni Villaca Mongruel, a primeira apresentação do Coral ocorreu em 15 de novembro de 1977. Desde então, várias são as cidades,

além de Ponta Grossa, que têm tido a oportunidade de ouvir esse excelente Coral.

Atualmente o corpo do Coral conta com 90 elementos, dos quais 62 integram a chamada Atividade Coral do Centro de Desportos e Recreação, e 28 pertencem aos Veteranos. Do total, apenas 7 não têm ligação com a Universidade.

O atual regente, Gabriel de Paula Machado, tem muitos motivos para se orgulhar de sua arte: no 8º Encontro de Corais de Ponta Grossa, realizado no último mês de maio, entre os 17 corais participantes, pelo menos 4 eram regidos por coralistas egressos do Universitário; em 1985, alguns cantores formaram um grupo de seresta e ganharam o Prêmio Estadual e Regional, na Cidade de Palmeira.

A satisfação e o orgulho não são exclusividade do regente, mas também pertencem à comunidade pontagrossense e nós, em especial, nos sentimos honrados em manifestar nossas congratulações nesta data tão significativa.

A toda equipe que compõe o Coral Universitário da Universidade Estadual de Ponta Grossa, os nossos parabéns e o desejo sincero de que o sucesso sempre os acompanhe em todas as suas apresentações.

Requeiro que cópia deste expediente seja encaminhada aos interessados.

Sala das Sessões, em 16.11.87.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, sejam inseridos, na Ata dos trabalhos da presente sessão, nossos votos de congratulações pela passagem do aniversário de emancipação política do Município de São Sebastião da Amoreira, desejando àquele povo trabalhador e a seus dirigentes, felicidades e que dentro dos princípios do direito prossigam em seus trabalhos até alcançar a paz e prosperidade desejada.

Requer, também que do presente se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do Município apontado.

Sala das Sessões, em 16.11.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam consignados na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações ao Excelen-

tíssimo Senhor Governador Álvaro Dias, pela assinatura da mensagem que estabelece a Gratuidade do Ensino de Terceiro Grau nos estabelecimentos mantidos pelo Estado.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Excelentíssimo Senhor Governador Álvaro Dias.

Sala das Sessões, em 16.11.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

Apoiamento: Amélia Hruschka, Anibal Khury, Nelson Vasconcellos, Dirceu Manfrinato, Luiz Carlos Alborghetti, Nilton Barbosa, Nestor Baptista, Vera Agibert, Antônio Bárbara.

JUSTIFICATIVA:

A Mensagem assinada hoje pelo Senhor Governador do Estado é um ato que merece o aplauso de toda a comunidade paranaense, em especial da comunidade estudantil, eis que a Gratuidade do Ensino de Terceiro Grau, nos estabelecimentos mantidos pelo Estado representa uma das mais acalentas aspirações da sociedade paranaense.

Deve ser colocada no mais alto relevo a sensibilidade do Governador Álvaro Dias para esta questão do mais elevado sentido social.

Mesmo nesta quadra da vida brasileira, quando os Estados não ficam isentos dos problemas que afetam de um modo geral a nossa sociedade, o Governo do Paraná dá uma elogiável demonstração de lealdade aos compromissos de campanha, ao programa partidário e, acima de tudo de rara sensibilidade e vontade de oferecer aos jovens estudantes e às suas famílias de uma nova perspectiva.

Ao lado da melhoria da qualidade do ensino superior mantido pelo Estado, vemos agora o interesse em melhorar e ampliar a possibilidade para que a juventude paranaense possa completar sua educação, tão necessária para melhor formação de nossa gente.

Estou certo de que os Senhores Deputados também entendem a extensão desta medida e não deixarão de manifestar apoio a esta proposição.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação de voto de louvor ao Excelentíssimo Senhor Alvaro Dias, digníssimo Governador do Estado do Paraná, pela assinatura do Decreto que isenta de todas as taxas as Universidades e Faculdades Estaduais e pela estadualização da Universidade do Oeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 16.11.87.

(a) EDUARDO BAGGIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Cesar Benevides, Digníssimo Diretor Superintendente da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para a Associação de Proteção à Maternidade e Infância, da cidade de Goioerê,

Sala das Sessões, em 16.11.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

A APMI de Goioerê é uma entidade assistencialista da maior importância para a referida cidade. O trabalho desenvolvido por professores e funcionários da referida entidade é considerado exemplar sob os mais variados aspectos, e para manter e melhorar o padrão de trabalho e atendimento necessita de auxílio financeiro, em razão de defasagem orçamentária.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Cesar Benevides, Digníssimo Diretor Superintendente da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para a Creche Pingo de Gente, do Jardim Tropical, na cidade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 16.11.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A Creche Pingo de Gente, de Campo Mourão, presta relevantes serviços àquela comunidade, através do atendimento às crianças carentes. Entretanto, por razões de defasagem orçamentária, a referida creche necessita de auxílio financeiro.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor Deputado Wilson de Andrade Ribeiro, Digníssimo Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência, solicitando auxílio financeiro para a Creche Pingo de Gente, localizada no Jardim Tropical da cidade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 16.11.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

A Creche Pingo de Gente de Campo Mourão atende crianças carentes daquela localidade possibilitando aos pais, tempo para o trabalho diário. Entretanto, por motivo de defasagem orçamentária, a creche necessita de auxílio financeiro.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Wilson de Andrade Ribeiro, Digníssimo Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência, solicitando auxílio financeiro para a Associação de Proteção à Maternidade e Infância, de Goioerê.

Sala das Sessões, em 16.11.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

A APMI de Goioerê presta relevantes serviços àquela comunidade através do atendimento às crianças. Entretanto, por motivo de defasagem orçamentária, necessita de auxílio financeiro para continuar e melhorar seu atendimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, bem como a transcrição nos Anais da Casa, do inteiro teor do discurso proferido pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador Wilson Reback na solenidade de sua posse no cargo de Desembargador do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Desembargador, bem como ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Mario Lopes dos Santos, Presidente do Tribunal de Justiça.

Sala das Sessões, em 16.11.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 330/87

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública o Conselho Indígena de Londrina.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.11.87.

(a) ANTÔNIO BELINATI.

PROJETO DE LEI N° 331/87

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedido o Título

Post-Mortem de Vulto Emérito do Paraná ao Doutor Odilon Mader.

Art. 2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.11.87.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI.

JUSTIFICATIVA:

O Engenheiro Civil Odilon Mader, nascido em Rio Negro, em 02.10.02, e falecido em Curitiba, em 24.12.54, é uma daquelas personalidades que marcam sua vida pelo dinamismo, despreendimento e espírito público. Seus dados biográficos, que acompanham em anexo este projeto de lei, revelam sua capacidade, talento e dedicação voltados aos mais variados setores da vida econômica, social e política do Paraná.

A medida que estamos propondo é o mais do que justo reconhecimento de todos nós, a quem ofereceu uma parcela de seu trabalho, a construção do nosso Paraná. Por tais razões, confiamos no indispensável apoio dos nobres Pares.

DOUTOR ODILON MADER DADOS BIOGRÁFICOS

O Engenheiro Civil ODILON MADER falecido em Curitiba, aos 24 dias do mês de dezembro de 1954, nasceu na cidade do Rio Negro, Estado do Paraná, no dia 2 de outubro de 1902. Era filho do saudoso industrial e político paranaense Coronel Nicolau Mader e de D. Francisca da Costa Mader, ambos naturais do Paraná.

Fez o curso primário nos antigos e tradicionais colégios dos professores Júlio Theodorico, Savino Gasparini, Marins Camargo e Flávio Luz, e o secundário no Ginásio Paranaense e no Ginásio São Bento, este em São Paulo.

Matriculou-se na Faculdade de Engenharia Universidade do Paraná, onde cursou os primeiros anos, transferindo-se, mais tarde, para a famosa Escola Politécnica do Rio de Janeiro, pela qual se diplomou em engenharia civil no ano de 1926.

Em 16 de novembro de 1929, contraiu núpcias com D. Maria de Lourdes Azambuja Mader, também, como ele, pertencente à tradicional família paranaense e de cujo matrimônio advieram os seguintes filhos: Ana Maria casada com o Coronel Haroldo Souto Carvalhido, Secretário de Educação do Governo Haroldo Leon Peres; Doutor Nicolau Mader Netto, Procurador da República, em Brasília; Odilon Mader Júnior, Industrial radicado em São Paulo; Maria de Lourdes, casada com o Doutor Milton de Macedo Munhoz Filho; Maria Francisca, viúva do Doutor Nelson Luiz Weiski Velloso, e José Luiz, estudante universitário.

Iniciando sua carreira profissional, foi nomeado Engenheiro da Prefeitura de

Curitiba e no mesmo ano de 1927 promovido a Diretor de Obras do Município, cargo que exerceu até 1929. Nesse ano foi transferido para o quadro do funcionalismo estadual, nomeado que foi Engenheiro Diretor do Departamento de Obras Públicas do Estado do Paraná. Em 1931, quando a Interventoria Estadual se empenhava em construir o Porto de Paranaguá, designou o Engenheiro Odilon Mader para Engenheiro-Chefe daquela grandiosa obra, a qual, em pouco mais de dois anos, chegava a seu término, graças à competência e energia do seu Engenheiro-Chefe. Tal a capacidade de trabalho daquele profissional, que o Governo Estadual nomeou-o, também, Prefeito Municipal de Paranaguá, cargo que exerceu, cumulativamente com o de Engenheiro-Chefe do Porto de Paranaguá, com raro brilho e eficiência. O povo de Paranaguá, guarda, até hoje, lembrança viva de sua atuação dinâmica e mercalizador a frente de sua Prefeitura Municipal, onde reorganizou os serviços internos e empreendeu obras úteis e de vulto, como a construção da estrada de rodagem entre Paranaguá e Morretes.

Em 1932, deixou, a pedido, a direção daquela Prefeitura, voltando ao seu cargo efetivo de Engenheiro-Diretor da Secretaria de Obras Públicas, Viação e Agricultura, sendo, então, designado para dirigir o Departamento de Água e Esgotos, a frente do qual se manteve até 1939.

Foi nesse período que os serviços de água e esgotos de Curitiba, tomaram grande incremento e um cunho técnico como nunca antes tiveram. As obras de captação dos mananciais da Serra do Mar, a nova adutora, a Caixa d'Água do Bigorrião, o emissário de esgotos, a canalização do Rio Belém e tantas outras iniciativas que tanto beneficiaram Curitiba, foram de seu tempo. No ano de 1939, requisitado pela Prefeitura de Curitiba, voltou, novamente, a servir o Município da Capital como engenheiro e como chefe da Fiscalização dos Contratos de Força e Luz. Antes, já exercera a Chefia do Serviço de Força e Luz de Paranaguá.

Desejando dedicar-se, como se dedicou, integralmente, à atividade de Construtor de Obras Ferroviárias, Rodoviárias e Cíveis, no território nacional, no ano de 1944 exonerou-se dos cargos e comissões estaduais e municipais, iniciando, então uma nova vida profissional, realizando empreendimentos técnicos de grande vulto e responsabilidade, entre os quais a construção de um longo trecho da ligação ferroviária Joaquim Murtinho- Monte Alegre. Era, na ocasião, Engenheiro-Chefe da poderosa firma construtora "ORGANIZAL" com sede no Rio de Janeiro. Logo após, fundou, em Curitiba, a firma construtora "ODILON MADER" que operou ativamente em grandes

empreitadas do Departamento Nacional de Estradas de Ferro (DNER), no trecho ferroviário de Rio Negro e Caxias (TPS-1), onde construiu, também, vários túneis na serra do Espigão no Estado de Santa Catarina e entre eles o maior de todos, o Túnel nº11, com 1.500 metros de extensão, executando-o em tempo record e sob as mais rigorosas técnicas modernas desse difícil ramo de engenharia. Mais tarde foi empreiteiro-construtor de outro extenso trecho ferroviário da estrada Itanguá-Engenheiro Bley. Entre as cidades de Rio Negro (PR) e Lages (SC)- construiu, para o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, boa parte da estrada que passa por aquelas cidades, ligando o Paraná ao Rio Grande do Sul, bem como pontes de concreto armado na moderna rodovia BR/2, entre Curitiba e Rio Negro e Curitiba- São Paulo. Para o mesmo Departamento executou, também, volumosas empreitadas e obras diversas em Araranguá (Santa Catarina) e Santa Maria (Rio Grande do Sul). Desdobrando sempre sua prodigiosa capacidade de trabalho, estendeu suas atividades ao Rio de Janeiro, onde concorreu com poderosas firmas nacionais e estrangeiras especializadas no ramo da engenharia em obras de extraordinário vulto, como a abertura do tunel do Pasmado, em Botafogo, para o qual apresentou a melhor proposta, não tendo ganho a concorrência por injunções estranhas à técnica da construção de túneis.

Exatamente quando sua empresa- na qual trabalhara só e sem sócios - tomava esse impulso extraordinário, expandindo-se por vários estados desde o Rio de Janeiro até o Rio Grande do Sul, nas mais variadas obras da engenharia, foi acometido de insidiosa moléstia que acabou extinguindo sua preciosa vida, no dia 24 de dezembro de 1954, aos 52 anos de idade. Com seu falecimento prematuro, entrou em liquidação a sólida e conceituada empresa de engenharia civil "ODILON MADER", desenvolvida e dirigida com tanto amor e zelo profissional pelo seu titular e fundador.

Homem de larga visão e percepção, já em 1945, quando a ligação rodoviária Curitiba-Porto Alegre (BR-2) era apenas projeto, requereu e obteve do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem a concessão para exploração de uma linha regular de ônibus interligando as capitais do Paraná e do Rio Grande do Sul. Concluída a primeira fase da estrada, no trecho Curitiba-Rio Negro, fez sociedade com um de seus irmãos e um grupo de capitalistas de Rio Negro, formando a pioneira "Empresa rodoviária Curitiba-Rio Negro". Mais tarde, por motivos de ordem particular, deixou de pertencer à referida Empresa, que era um modelo de organização.

Como engenheiro, funcionário municipal

e estadual, ODILON MADER foi um dos fundadores da benemérita Associação dos Funcionários Públicos do Paraná, cuja Presidência exerceu por duas vezes consecutivas, sendo sua reeleição alcançada por maioria esmagadora, apesar da desenfreada campanha de ameaças, represálias e pressões, contra sua candidatura, desencadeada pelos poderes executivos estaduais e municipais que então governavam o Estado e o Município.

Foi durante sua gestão que aquela Associação saiu do marasmo e da obscuridade, para se projetar como órgão orientador e assistencial do funcionalismo público, ao qual prestou os mais úteis e relevantes serviços, com idealismo e altruísmo. ODILON MADER não mediu sacrifícios para prestar, como efetivamente prestou, benefícios sem conta aos colegas e àqueles que com ele conviviam, de que deixou provas nas entidades de classe que fundou e presidiu, a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Funcionários do Departamento de Água e Esgotos, o Sindicato de Engenheiros do Paraná e outros. Quando presidente da Associação dos Funcionários Públicos do Paraná, foi eleito delegado-eleitor do Paraná na eleição de representante do funcionalismo no Congresso Nacional, inovação criada pela Constituição de 1934, recebendo, por essa ocasião, apreciável votação como candidato a deputado classista.

Quando ainda a assistência social era apenas uma esperança que despontava, ODILON MADER, então Engenheiro Diretor do Departamento de Água e Esgotos, fundou a "Caixa de Aposentadoria e Pensões do Departamento de Água e Esgotos" e, eleito seu primeiro presidente, deu-lhe uma organização modelar. A Caixa tornou-se sólida e amparou eficientemente, todos seus operários e empregados contribuintes nos momentos difíceis, dando-se ainda, os benefícios da aposentadoria e das pensões.

Fundador e presidente do Sindicato de Engenheiros do Paraná, foi sob sua presidência que esse órgão de classe teve ativa e notável atuação e ainda é o legítimo representante dos engenheiros paranaenses.

Sempre preocupado em servir a coletividade, aceitou o difícil encargo de engenheiro-avaliador do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos servidores do estado-IPASE, quando este, em 1945, iniciou os empréstimos em nosso Estado para beneficiar os associados que pleiteavam casa própria. Organizou sua Carteira Imobiliária com tanta proficiência e justiça que a mesma pode ser apresentada como modelo.

Desenvolveu, também, marcante atividade nos setores econômicos e financeiro, tendo sido Presidente do Banco de Curitiba S.A., tradicional estabelecimento bancário em nosso Estado, com ingentes sacrifícios próprios, conseguiu recuperá-lo a vencer,

assim, a fase difícil que o mesmo atravessava. Nessa ocasião, mais uma vez ODILON MADER pôs à prova seu espírito altruístico aceitando o encargo, pois o Banco de Curitiba não lhe proporcionava proventos atraentes, mas como era um estabelecimento público, destinado a servir o funcionalismo público paranaense, isto bastou para que ele se dedicasse inteiramente à sua recuperação e prosperidade.

Dotado de raro espírito público, acompanhou e tomou parte em todos os movimentos cívicos no Estado. Rendendo-se às solicitações dos seus concidadãos, aceitou ser candidato a Vereador da Câmara Municipal de Curitiba. Com expressiva facilidade elegeu-se ao posto, obtendo a maior votação da legenda da U.D.N. e sendo o segundo mais votado na eleição de 16 de novembro de 1947. Ao se candidatar estabeleceu um programa que haveria de cumprir à risca, como era de seu feitio. Entre os pontos e seu programa, figurava a gratuidade do mandato de Vereador. Nessa luta empenhou-se a fundo e quando vencido na votação final - tal foi a sua decepção - renunciou ao mandato, como protesto contra a atitude da maioria da Câmara. Vendo, assim, desvanecida sua esperança e seu compromisso de realizar uma legislatura benéfica e gratuita aos interesses de Curitiba.

Sua atitude justificava-se, plenamente, pois assim agiu coerente com a tradição de honra e abnegação que seu pai, Coronel Nicolau Mader e seu irmão Nicolau Mader Júnior, inscreveram nos anais da Câmara Municipal de Curitiba, camaristas e vereadores que foram cada um a seu tempo, e que ele queria continuar a dignificar mais ainda.

Por mais de uma vez foi convidado pelos vários Governadores de Estado a exercer o cargo de Secretário de Estado da Viação e Obras Públicas, declinando sempre dos convites por motivos superiores ou pessoais, como quando já sentia sua moléstia bastante adiantada.

Nas atividades sociais e esportivas também sua participação foi das mais destacadas, pois contribuiu efetivamente a todas as iniciativas nesse setor.

A cidade de Paranaguá, grata aos relevantes serviços que ODILON MADER lhe prestou, como Prefeito Municipal, construtor, organizador e diretor do Porto de Paranaguá, homenageou-lhe a memória, dando seu nome a uma das ruas daquela cidade litorânea.

Desde modo, vê-se que foi longa, proveitosa e exemplar a atuação do Doutor Odilon Mader, nos mais variados setores da vida econômica, social e política do Paraná, particularmente de Curitiba, sua cidade, que, por intermédio do Legislativo Municipal, deu seu nome a um dos logradouros

públicos desta Capital, como homenagem a quem tanto a amou e serviu.

PROJETO DE LEI N. 332/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Ficam as Delegacias de Polícia da Capital e do interior obrigadas a publicar na Imprensa Oficial e órgãos de circulação local, com o prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, as características de todos e quaisquer veículos, (número de placa, chassi, motor, cor etc) quando apreendido ou localizado.

Art. 2º - O proprietário do veículo apreendido ou localizado, ficará obrigado a ressarcir o Estado, recolhendo em guia própria (GR), nas agências autorizadas, os valores correspondentes às despesas de publicação, mediante apresentação de recibos expedidos pelos órgãos de comunicação.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.11.87.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente e Senhores Deputados:

Somente quem ainda não teve seu veículo furtado, ou mesmo, desaparecido pelo mínimo espaço de tempo possível, não conseguiria avaliar a angústia por que passa o seu proprietário.

É objetivo deste Projeto de Lei amparar, auxiliar o proprietário de um veículo furtado, sobretudo aquele cujo veículo é apreendido em locais distantes de sua residência ou de difícil comunicação com a Delegacia especializada da Capital. Com a publicação através da imprensa, o proprietário será comunicado com maior rapidez e presteza, e maiores também serão suas possibilidades de reaver o perdido.

Quanto ao aspecto que poderia tornar o presente Projeto de Lei inconstitucional, deixa de existir a partir do momento em que o proprietário fique obrigado a restituir aos cofres do Estado as despesas que implicarão as publicações através da imprensa.

PROJETO DE LEI N. 333/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE CIANORTE", com sede e foro no Município de Cianorte, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.11.87.

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 12 de maio de 1963, a "ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE CIANORTE" vem, desde então, oferecendo a sua inestimável contribuição para o desenvolvimento daquele Município de nosso Estado.

Sua participação e sua ação é devidamente reconhecida pela comunidade: a entidade é considerada de utilidade pública pelo Decreto n. 200/73, de 19 de novembro de 1973.

Portanto, nada mais justo do que a medida que estamos propondo. Como a matéria se encontra de acordo com o disposto na Lei n. 6994, de 10 de janeiro de 1978, solicitamos o indispensável apoio dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI N. 334/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade pública a "Associação dos Servidores do Departamento de Imprensa Oficial do Estado ASDIOE" com sede e foro na Capital do Estado.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.11.87.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

A Associação que ora se pretende seja declarada de utilidade pública, estabelece, em seus Estatutos, os objetivos a que se propõe sejam cumpridos. Afinada com a legislação aplicável à espécie, ou seja, Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978, anexa os documentos nela exigidos, entre eles, Ata de sua fundação, Estatutos Sociais, Relatórios de suas atividades.

Sua finalidade se estriba na realização de atividades sociais, compreendendo a assistência social e educacional, bem como, a prática e desenvolvimento do esporte entre os associados. Tem, ainda, como objeto, a defesa dos reais interesses da classe, não só no Departamento de Imprensa Oficial do Estado, como também, nos demais órgãos estatais.

Não visa, em seus propósitos, a obtenção de lucros.

Assim sendo, sua aprovação pelos demais Pares faz mister nesta Casa de Leis, razão porque solicito o apoio de todos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Está encerrado o Horário do Expediente. Passamos ao Pequeno Expediente. Nele, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senhor Deputado José Alves.

O SR. JOSÉ ALVES - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Lamentavelmente, como é de conhecimento de todos os Senhores Deputados, a situação financeira da Nação é crítica e caótica. E a gente fica, Senhores Deputados, ainda mais estarecido quando vê o Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, ir a um dos jornais de São Paulo e dizer que ainda vai aumentar os impostos. É lamentável, Senhores Deputados.

Ora, depois que Dilson Funaro, Bresser Pereira, José Sarney, levam a nossa pátria, o nosso País, a uma situação perigosa, a uma situação de chegar a levar o nome de caloteiro nos países vizinhos, do mundo, é lamentável saber que estes homens acabaram com o agricultor, sepultaram a agricultura brasileira, sepultaram o agricultor brasileiro vivo, porque nós também, que somos agricultor, Senhores Deputados, sentimos na pele o sofrimento que os agricultores do Paraná e do Brasil passam com a atual política financeira do país.

É lamentável saber que a agricultura, especificamente a cafeicultura, hoje está dando prejuízo ao seu produtor.

Nós que temos uma pequenina propriedade de café, ontem sentamos e fizemos a conta do que gastamos durante o ano e o que vamos ter de produção naquela pequena propriedade.

É lamentável saber que os pequenos agricultores estão abandonando as suas lavouras por falta de uma administração de um Ministro, de um Presidente que não amam esta terra, que não amam a agricultura e só querem saber de explorá-los.

Depois que Funaro e Bresser levaram à falência os grandes, os pequenos, os médios produtores e ainda o pequeno industrial, vêm aos jornais dizer que vão aumentar os impostos. É lamentável, Senhores Deputados, e nós, ficamos estarecidos e estamos torcendo para que o Presidente José Sarney tenha somente 4 anos de mandato, para que assim o brasileiro possa escolher nas urnas o seu Presidente, porque José Sarney não foi escolhido pelo povo, mas foi escolhido pelos seus Deputados, pelos seus Senadores, e ainda, outro dia, teve a capacidade de ir à televisão e dizer que não pediu para ser Presidente, mas agora está pedindo para ficar lá 5 anos. Estamos torcendo para que José Sarney fique apenas 4 anos, e que nós brasileiros, os 140 milhões de brasileiros escolham o nosso Presidente. Estamos torcendo para que um paranaense, Governador do Paraná, Álvaro Dias, o grande Governador, de destaque nacional, seja o Presidente da República, um Governador, um "Bicho do Paraná", e por que não de Maringá?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Antes de anunciarmos o próximo orador, esta Presidência tem a honra de comunicar a presença, neste Plenário, do vice-Prefeito de Cianorte, Senhor Pedro Coelho Pedroche, como também dos Vereadores de Matelândia, Senhores Celso Cardoso e Alberi Pinheiro. Esta Presidência agradece a presença dos Senhores nesta Casa, no dia de hoje.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, dentro do Pequeno Expediente.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, Excelentíssimas Senhoras Deputadas, Senhores Deputados:

O Paraná, através das eleições de 15 de novembro de 1986, trouxe ao Palácio Iguazu, como Governador deste Estado, Álvaro Dias, que, mesmo como candidato, apresentou ao Estado do Paraná um programa de governo do PMDB. Após eleito, por meio de sua administração, desde 15 de março até 15 de novembro de 1987 o governador Álvaro Dias tem demonstrado à população do Paraná, acima de tudo através do respeito e da sua competência, como gerenciar este Estado.

É hora, Senhor Presidente e Senhores Deputados, e nós não poderíamos deixar passar em branco, e usar esta tribuna deste Poder Legislativo, e dizer, mais uma vez, ao povo do Paraná, àqueles que acreditaram e acreditam no Governador Álvaro Dias, pela brilhante posição que vem tomando durante o seu período de Governo a todos os universitários deste Estado, aos reitores, aos membros das Universidades e Faculdades, nós queremos, nesta tarde, agradecer, em nome da Bancada do PMDB, Partido que orgulhosamente represento neste Poder Legislativo onde, acima de tudo detenho a responsabilidade de vice-Líder do Governo, e queremos nos somar, através de requerimento, cuja súmula é a seguinte:

"Súmula:

REQUER voto de congratulações ao Governador Álvaro Dias pela assinatura da mensagem estabelecendo gratuidade do Ensino de 3º Grau nos estabelecimentos mantidos pelo Estado".

Aí está, Senhor Presidente e Senhores Deputados, ao povo do Paraná, aquilo que realmente vem ao encontro das aspirações da população do nosso Estado! Quantos e quantos pais têm grandes dificuldades em manter seus filhos no 3º Grau? Hoje, o espírito democrático, o espírito do reconhecimento de que nós precisamos prestigiar nossos estudantes, os estudantes deste Estado, está aí, no grande ato do Governador Álvaro Dias!

Não podemos deixar de agradecer na pessoa do nosso Secretário de Assuntos de Tecnologia e Assuntos Universitários, Dr.

Ascêncio Garcia Lopes, pelo brilhante trabalho desenvolvido junto ao Governador Álvaro Dias para que este fato realmente se tornasse concreto, este que era um sonho, uma das aspirações dos estudantes do nosso Estado!

Em nome da Bancada do PMDB, nós queremos agradecer esse gesto tão humano e tão significativo na História do Paraná, agradecer ao Excelentíssimo Senhor Governador Álvaro Dias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Senhor Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Lutando pelo restabelecimento da credibilidade da classe política brasileira, engolfada no torvelinho de desencontros que atinge o País, a Assembléia Nacional Constituinte, através da Comissão de Sistematização, ontem, nos proporcionou um momento histórico para o Brasil. A vitória da tese parlamentarista, com implantação do sistema a partir de 15 de março, bem como a duração do mandato do Presidente José Sarney em 4 anos, representa a vitória da opinião popular, preocupada até então em que se definisse o prazo desta transição democrática que prometeram ao País. Jubilosos, como a maioria dos brasileiros com este passo, cabe-nos cumprimentar o momento decisivo desta conquista, onde a maioria, independente até das ameaças sofridas nesta luta, houve por bem, mais uma vez, ouvir a sábia decisão do povo que vem clamando por diretas já, sequioso de dar o aval popular a um Presidente capaz de conduzir este País ao seu grande destino.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Os reflexos e conseqüências da decisão ontem tomada pela Assembléia Nacional Constituinte, embora seja um primeiro passo, representa o compromisso decisivo assumido perante a opinião pública deste País, dependendo ainda da decisão em plenário, torna-se urgente que se consolide na opinião pública este desejo manifestado por seus constituintes, sob pena de que qualquer outra manobra tente mudar, mais uma vez, com ação casuística, os rumos que nos levam às eleições presidenciais em 1988. Como homem público, sempre propagando pelo exercício democrático do voto, preocupado com a falta de credibilidade que vinha atingindo a classe política nos últimos tempos, vejo, nesta ação, um momento decisivo para que todos nós procuremos, mais do que nunca, compreender os anseios de nosso povo. Vivendo a reboque de situações e crises intermináveis, falta

hoje ao Presidente José Sarney, justamente, este respaldo popular que agora poderá ser conquistado com o exercício do voto. E a nova geração que já se tornou adulta há muito tempo, resgatando um exercício do qual estava tolhida constitucionalmente, tendo oportunidade de realmente manifestar-se direta e objetivamente em busca de um governante ideal e capaz para o Brasil. Esta conquista é histórica e o fato ontem registrado no Congresso Nacional, nos faz sentir hoje como homem público que volta a merecer o crédito de confiança de eleitores, os quais, generalizadamente, haviam manifestado preocupação ante os rumos que se adotara, prolongando uma transição.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Respeitando a livre manifestação de pensamento daqueles que defendiam os 5 anos e o regime presidencialista, quero acreditar agora, que, mais do que nunca, precisamos ouvir as nossas bases. Resgatamos uma conquista através dos constituintes e precisamos sentir de nosso povo a euforia da vitória antes que argumentos mais fortes convençam o Plenário de que foi apenas uma batalha e não a guerra política total vencida como episódio passageiro. Além do mais, sem a preocupação do tempo do mandato e da escolha do regime, pode muito bem nossa constituinte preocupar-se, agora, com questões tão ou mais importantes que assegurem a total volta da credibilidade da classe política brasileira e a conquista de situações capazes de afastar de uma vez por todas o fantasma da crise generalizada que vem atingindo este País nos últimos tempos".

(Termina de ler).

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Senhor Deputado Lindolfo Júnior.

(Declina).

Havendo declinado, concedo a palavra ao Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Este Parlamentar, no momento, também quer lembrar o "Dia 15 de novembro" como um dia histórico, porque, afinal de contas fui eleito Deputado para representar em especial o povo da Cidade de Curitiba nesta Casa de Leis, e este Parlamentar tem um motivo maior ainda, para dizer do seu contentamento após um ano, porque se aqui estou vim pelo voto consciente do povo desta Cidade, parte da região metropolitana, e alguns votos "pingados" do interior do Estado, de pessoas que passaram pelo meu Gabinete, que ouviram meu programa de rádio e que através de alguma ajuda, orientação, receberam e por isto reconheceram, neste

Parlamentar, o seu legítimo representante nesta Casa de Leis; e mais ainda, porque este Parlamentar veio, a exemplo do que já houvera feito em 1982 quando Vereador mais votado de todos, aqui em Curitiba, veio pelo seu trabalho, humildade e sensibilidade no trato das coisas; e este Parlamentar, é bom que se frise, veio para esta Casa sem o apoio do Plano Cruzado I, sem a ajuda daquele que foi o maior estelionato político do País dos últimos tempos. Se aqui vim, para esta Casa, foi pelo meu esforço, e trabalho que fiz junto às comunidades e por aquilo que represento para este povo, na forma de trabalho desenvolvido nesta Casa, na Câmara de Vereadores e nos órgãos de comunicação aos quais pertenço.

Por isso, para este Parlamentar, o "Dia 15 de novembro" tem um significado todo especial e repito: aqui estou, sem a ajuda do famigerado Plano Cruzado I, o maior estelionato político da História deste País, que lamentavelmente, deixou o povo mais uma vez frustrado. Mas subo a esta tribuna, hoje, para comentar um assunto por demais interessante e que merece uma reflexão maior de todos nós, em especial daqueles ligados à área de segurança deste Estado do Paraná, visto que o Município de Mandirituba, na região metropolitana de Curitiba, muito embora o Senhor Prefeito não seja do meu Partido, ele dá uma demonstração de total independência e de como o município pode trabalhar sem precisar ficar batendo na porta do Governo, esmolando, pedindo ajuda, Mandirituba, ontem, exatamente no "Dia 15 de novembro", deu uma demonstração de civismo, de patriotismo, acima de tudo uma demonstração de responsabilidade de seu povo que, infelizmente, não viu essa mesma responsabilidade nos homens do Governo, porque aquele Município há quase 4 anos está sem um Delegado de Polícia, sem condições de dar segurança aos seus quase 30 mil moradores. E o que fez aquele Município? O Prefeito Geraldo Cartário, com muito arrojo, coragem, o que ele fez? Realizou uma eleição na sua cidade no dia de ontem, para que o povo pudesse escolher o Chefe da Segurança daquele Município, já que o Governo do Estado, mais propriamente a Secretaria da Segurança Pública, não designou até hoje um Delegado, e o cidadão que prestava serviço junto àquela delegacia trabalhava sem receber um tostão sequer há um ano e meio, trabalhando de graça, exercendo a função de Delegado de Polícia no Município de Mandirituba.

Diante desses fatos, e em face dos pedidos feitos à Secretaria de Segurança Pública, em função de gerências políticas naquele Município, onde o Prefeito não é do PMDB e sim um homem sem Partido, prati-

camente viu-se totalmente desprestigiado. Diante disso, não lhe restou outra condição, a não ser esta, de fazer uma eleição junto aos munícipes e eleger o homem da lei. E, ontem, Mandirituba revivendo momentos históricos da política do Paraná, levou seu povo à rua para eleger o seu Delegado de Polícia, o homem responsável pela segurança. Foi assim que 1.226 eleitores compareceram às urnas e no final acabaram elegendo Dair Antônio Pereira de Andrade, exatamente o homem que há mais de um ano e pouco trabalha de graça para a segurança do Estado do Paraná no Município de Mandirituba. Dair Antônio Pereira de Andrade, recebeu dos munícipes, o total de aproximadamente 660 votos, cabendo 300 ao segundo e cento e poucos votos ao terceiro colocado. Então, vejam bem Senhores Parlamentares, como se encontra a segurança do Estado onde um homem que trabalhou há mais de um ano e pouco de graça para este Estado, agora está exercendo a função de Delegado de Polícia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - O Senhor tem 30 segundos para concluir.

O SR. ALGACI TÚLIO - ...Só para completar, Senhor Presidente.

E agora o Senhor Prefeito, estabelece o seguinte: através da nomeação de Dair Antônio Pereira de Andrade, como chefe da segurança Municipal daquele Município, remunera o seu cargo no valor de Cz\$ 15 mil cruzados, que é maior até do que muitos Delegados de Polícia ganham no Estado do Paraná e o salário de Cz\$ 7.500,00, àqueles que foram recrutados como homens que vão trabalhar na Segurança do Município de Mandirituba. Está aí um exemplo, em cima das ingerências políticas da maldita ingerência política que atravança o progresso deste Paraná, principalmente na área da segurança.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente, Senhor 1º Secretário, Senhor Vice-Presidente, Senhores Deputados e Senhoras Deputadas.

Ontem, no Foro da Assembléia Constituinte, nós assistimos uma decisão histórica. Vimos renascer naquele Plenário, aquela esperança que parecia enterrada, a alegria que parecia esquecida, do povo brasileiro, que há pouco menos de 4 anos percorria os caminhos deste País gritando pelas "diretas já". As marcas do grito das "diretas já", os passos dos brasileiros que acreditavam na proposta da transição,

somando-se ao grito da angústia, ao grito da vontade de romper os grilhões da ditadura, ontem, naquele espetáculo memorável, na Comissão de Sistematização, acenderam-se, de novo, as luzes da esperança deste povo.

Imbuídos os constituintes, pela sua maioria, da consciência de que estamos no processo de transição, não se curvaram às vontades isoladas de quem quer que seja, e, principalmente, do Presidente da República, que insiste, persiste, teima, exige, negocia por baixo dos tapetes, unilateralmente, fisiologicamente, a sua permanência no Poder.

É preciso que o Presidente tenha consciência e se some à metade popular para que haja eleições e o fim da transição. Estávamos nos estertores da votação o anteprojeto "Cabral 2". E enquanto se discute, agora, as disposições transitórias, neste capítulo, tomou-se a decisão mais inteligente em convocar as eleições presidenciais para 1988. Esta consciência de transição se resumiu nessa decisão importante. Deixar passar em branco, hoje, neste Plenário, fato de tamanha relevância para o Brasil, seria ser conivente com aqueles que fazem da transição o projeto permanente do Poder.

É preciso lembrar, sempre, estes homens que tiveram a coragem e por três votos, sim, apenas três votos, 3% do colégio da Comissão de Sistematização, deram o resumo, a síntese da vontade deste povo brasileiro, que aceitou a transição, mas não quer fazê-la permanente, pois se endossa o fim do regime autoritário, não endossa a transição como projeto definitivo de alguém que ainda está à procura da legitimidade. E o Presidente José Sarney, insistindo em 5 ou 6 anos, jamais vai encontrá-la se não voltar ao seu espírito público de político, de poeta, à vontade que está eminente na alma deste povo que quer, realmente legitimar o Poder, findar a transição com a promulgação de uma nova Constituição elaborada pelo Constituinte e encerrar isto gloriosamente, chamando o povo para que legitime o poder pela eleição presidencial, em 1988.

Momentos dramáticos, vive a Nação e quando eu vejo que às vezes se diz que a eleição não é a solução da crise política, social e econômica, faço a pergunta: qual é a solução?

É evidente que a economia não vai se resolver pela eleição por si só, mas a eleição vai legitimar o governante para apresentar...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Vossa Excelência tem 30 segundos para encerrar.

seu programa à Nação brasileira. Congratulações e parabéns aos Constituintes, que não foram suseranos, mas que foram, isto sim, soberanos e souberam transmitir naquele Plenário, ontem, cheio, vibrante, a vontade do povo brasileiro. José Richa, no seu discurso, ao encerrar, disse: "Se o Presidente não quer a negociação, troquemos o Presidente, façamos isto em novembro do ano que vem e resgatemos a dignidade do povo brasileiro".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Encerrado o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente. Consulto o Deputado Lindolfo Júnior se fará uso do seu tempo.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, lideranças do interior, e amigos.

Como bem disse o Deputado Dirceu Manfrinato, o povo hoje está muito mais aliviado. Começamos a recordar os compromissos dos homens que hoje, em Brasília, querem, a seu bel prazer, negociar não uma estabilidade econômica, financeira, para empregados, o trabalhador, para o empresário, para o micro, pequeno, médio e grande empresário, para o produtor rural, que chora o preço miserável de cada litro de leite que entrega em uma cooperativa. Quando vê que em uma oficina mecânica um pingão de solda não custa menos que Cz\$ 200,00. Neste Parlamento e no Congresso Nacional, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que acolhem aqueles que batem à sua porta à procura de um abrigo; Parlamento recebe e atenua, muitas vezes, a dor, o sofrimento daqueles que o procuram que reivindicam pelos municípios que mais necessitam do nosso Estado, e não diria ser este o problema da minha cidade ou da nossa cidade, Maringá, que tem vida própria e que muito pouco recebeu nos últimos 5 anos do Governo do Estado, mas está lá, pujante, progressiva, crescendo. Uma cidade que avança harmonicamente, sem as favelas de grandes cidades, como temos observado, em até de pequenas e médias, porque, infelizmente, ainda hoje, coloca-se o capital acima do trabalho. Não que tenhamos qualquer coisa contra o capitalismo, mas o capitalismo selvagem arreventa, e acaba com cidadão. Já lembramos nesta tribuna, quando realizamos o Encontro Nacional de Microempresas, que no pós-guerra o Japão se preocupou em capitalizar as microempresas, em equipá-las com tecnologia avançada, em treinar seus donos e gerentes e hoje aquele país mostra que este era o caminho certo, ao lado de outros países que contam com a segunda receita interna bruta do Ocidente.

O Dr. Leonel Brizola, em 1984, queria

eleições simultâneas no Congresso, no Parlamento, daqueles que iriam escrever e teriam a nobre missão de escrever a nova Carta Magna neste País.

Sim, vejam, Senhores, o contra-senso, a imprudência, a incapacidade desses homens, quando, naquela oportunidade, Tancredo Neves queria 4 anos e não 2 como exigiam, e até tinha o seu fundo de razão Leonel Brizola. Ao citar Tancredo Neves, que dizia que queria 4 anos e nem um minuto a mais, esbarra-se numa lei autoritária. Os que dizem que o Presidente tem mandato de 6 anos garantido pela Constituição se esquecem que o legado e o compromisso de Tancredo Neves foi desrespeitado. Desrespeitado quando o Presidente da República, chefe maior deste País, vai a uma rede de rádio e televisão lembrar à Nação, ao povo brasileiro que está abdicando, que está, aliás, abrindo mão, de um ano, ele está na verdade, Senhores, naquela oportunidade, todo o Brasil pensava que estava usurpando um ano, que estava tomando um ano. E hoje, dia 16 de novembro de 1987, a Comissão de Sistematização aprova 4 anos para o Presidente José Sarney. Acompanhamos, em jornal desta Capital que a maioria dos Senhores Deputados são pelos 4 anos, e também pelas eleições gerais. E agora perguntamos à Nação, como representantes, como a voz de uma população sofrida, sem esquemas eleitorais, sem esquemas oficiais; quando chegamos a este Parlamento, se preciso for, para que o pequeno produtor, o agricultor, o empregado e o empregador, para que a Nação brasileira tenha a estabilidade que tanto almejamos, se, depende de eleições gerais em todos os níveis, nós estamos dispostos e abrimos mão, sim Senhores, como eu tenho a certeza Vossas Excelências também o farão, do nosso mandato para que possamos, sim passar a limpo de forma geral a política brasileira.

Este Estado, pela representatividade que tem, Senhores Deputados, não pode mais ficar à mercê de homens que lá na "ilha da fantasia" resolvem ou não resolvem, havendo entraves e máquina burocrática, desrespeitando acima de tudo a contribuição que este Estado dá para este País. E é preciso que sejamos coerentes: se contribuimos com mais de 25% da produção agrícola deste País, precisamos exigir e levantar as nossas vozes. E quando acompanhava o discurso do amigo e companheiro Dirceu Manfrinato, preocupando-se com a agricultura do Estado, pois está inscrito para participar do Encontro de Cafeicultores.

Sei que Vossa Excelência esteve há poucos quilômetros da nossa Cidade e lá fez questão de citar o nome daqueles que representam aquela Região. E o mesmo, sabia Vossa Excelência, foi eleito por nós

no domingo passado, porque Vossa Excelência tem trabalhado, muito pela Cidade de Paçandu, também. É uma cidade que cresce, e que, apesar de todos os problemas que vive, tem dignos representantes, tanto na área federal, como aqui nesta Augusta Casa de Leis.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento).

Estava ouvindo atentamente Vossa Excelência e o parabenizo pelas suas brilhantes colocações. Mas indagaria, ilustre Deputado, se eleições gerais no País seriam a solução?

Quanto a mim, perguntado pela imprensa do Paraná, se minha posição com relação ao mandato do Presidente José Sarney seria de 4 ou 5 anos, eu disse e continuo dizendo: enquanto a população brasileira em todos os setores e segmentos, sofre as maiores dificuldades já encontradas neste País, e evidentemente esta é uma herança que herdamos durante um longo período de opressão e de ditadura - seria a solução 4 ou 5 anos, mantenho a minha posição de que o Paraná é um Estado que não pode ser prejudicado por decisões pessoais! Eu não fico nem com 4 nem com 5 anos! Eu fico com a posição de que este país precisa ser governado e até o presente momento isto não aconteceu e não se foi ao encontro das aspirações do povo brasileiro. Disse e continuo dizendo e reafirmando que as eleições gerais não seriam solução, mas se dependesse disso e se for a solução, eu também coloco o meu nome ao povo do Paraná, novamente. A solução é apenas um exemplo. Se Brasília seguir o exemplo do Paraná, da forma que vem sendo governado pelo Governador Álvaro Dias, pois com todas as dificuldades, com todos os problemas que existem, nós temos um governo de pulso, acima de tudo respaldado pela sua assessoria e pela Bancada do PMDB neste Poder Legislativo.

E é isso que digo a Vossa Excelência o que se precisa em Brasília é encontrar a realidade dos fatos brasileiros e não, acima de tudo, fatos pessoais, barganhas e as negociações das quais a população está cansada. Ela está apenas esperando uma posição e melhor administração neste País. Se é incompetência a nível nacional, nós temos que parabenizar a competência que existe dentro do Estado do Paraná. E saiba Vossa Excelência, ilustre Deputado Lindolfo Júnior, que está na hora de que a classe política procure resgatar realmente a sua credibilidade com o povo do Paraná e o povo brasileiro. Não adianta termos eleições gerais quando o encontro e o pensamento dos homens públicos não são voltados aos interesses nacionais.

Nós precisamos encontrar uma forma e se for 4 anos de mandato, eu acho que estaria definido uma posição a nível nacional e o Presidente José Sarney deverá resgatar a credibilidade da população brasileira e cobrar dos seus Ministros uma maior responsabilidade, principalmente no setor agrícola neste país.

Vossa Excelência colocou muito bem esse Encontro que faremos dia 19 deste mês, com o apoio do Presidente da Assembléia Legislativa, do Senhor 1º Secretário e de Vossa Excelência como 2º Secretário, e contando com o 3º e 4º Secretários deste Legislativo e do ilustre Deputado Domingos Scarpellini, que é o Presidente da Comissão de Agricultura neste Poder Legislativo e dos funcionários das Comissões, que vêm demonstrando uma especial atenção neste encontro, sabendo que é de real importância ao Paraná e ao Brasil. E Vossa Excelência coloca muito bem, ilustre Deputado. Nós precisamos dar todo o incentivo, incrementar um apoio à cafeicultura do nosso Estado, porque se gerou neste Paraná o êxodo rural, o favelamento, a criminalidade que aumentou, exatamente por falta de incentivo no setor agrícola e pecuário deste País, pois lá em Brasília não estão voltados os pensamentos para esses referidos setores.

E nós faremos, se Deus quiser, um encontro com o apoio de todos os Deputados desta Casa, de todos os Partidos que aqui têm assento, porque nós defenderemos uma causa justa, e uma causa social do nosso Estado.

Muito obrigado pelo aparte que Vossa Excelência me concedeu.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Vossa Excelência Deputado Dirceu Manfrinato, honra com o seu aparte o modesto Deputado que está na tribuna neste instante.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Muito obrigado.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Concordo com Vossa Excelência em algumas colocações.

Mas gostaria de lembrar ... Vejo daqui alguns jovens acompanhando os trabalhos da Assembléia Legislativa do nosso Estado. Quantos jovens preocupados e com seus diplomas saem da Universidade? E o que eles encontram? As portas de um mercado de trabalho fechadas. E quando há alguma vaga, pouquíssimos são bem remunerados.

Não podemos nos intimidar, Senhores Deputados. A Comissão de Sistematização, a Assembléia Nacional Constituinte, se definir por um mandato de 4 anos, por eleições no ano que vem, precisamos ter o desprendimento de aceitar esta ou aquela candidatura forte. Não podemos deixar que a minoria continue sufocando, amordaçando e ma-

tando aos poucos, sim ... porque quando o Deputado Luiz Carlos Alborghetti fala em pena de morte, ele sabe também que a pena de morte já está decretada neste País, porque o povo está morrendo aos poucos. Falamos com propriedade porque andamos na periferia da nossa cidade, os bairros mais carentes da nossa região e sabemos que esse povo precisa não de voz, não somente de palavras, mas de ação positiva, enérgica, para que possamos mudar com firmeza os destinos deste País. Poucos são os privilegiados, e dos milhões de paranaenses, 54 estão nesta casa. Cada um de nós, somados os nossos votos, temos a obrigação de respeitar, acima de tudo, os ditames da nossa consciência.

E revelamos, Senhor Presidente, que este é o Governo de barganha, porque quando dissemos que o nosso ex-partido PFL, não cumpria com o compromisso com a Nação, assinado pelas suas Lideranças fomos chamados a Brasília, e lá foi nos oferecido uma emissora de rádio. É ... uma emissora de rádio para que continuássemos aí apoiando os desmandos existentes hoje neste País.

Mas, fizemos questão de dizer àqueles que nos ofereceram a emissora de rádio, que se caráter custa caro, nós pagamos o preço.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Encerrado o Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto a Liderança do PTB, se fará uso do seu tempo.

(Declina). Havendo declinado, consulto a Liderança do PFL.

Pela Ordem, concedo a palavra ao Deputado Erondy Silvério.

Desculpe, essa Presidência não ouviu o seu chamado. Concede-lhe o seu tempo regimental no Horário das Lideranças do PTB.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados.

Dois assuntos. O primeiro é me parabenizar, também, com a Comissão de Sistematização da Constituinte, pela votação ontem, reduzindo o mandato do Presidente José Sarney.

Mas, eu acho que, aí eu contrario o nobre Deputado Dirceu Manfrinato, e faço coro ao nobre Deputado do PTB, que nos antecedeu, o Deputado Lindolfo Júnior, eu acho no ano que vem, inevitavelmente, devem ser realizadas eleições gerais. A Nação não pode, definitivamente, aceitar uma mudança de sistema de Governo, do Presidencialismo para o Parlamentarismo híbrido, sem que hajam eleições gerais, sem que se renovem os mandatos, principalmente do Congresso Nacional, que é quem terá a in-

cumbência definitivamente, de governar a Nação. E este Congresso que está aí é ilegítimo para esta função. Toda a Nação tem consciência disso. E a não realização de Eleições Gerais, vai constituir-se numa nova fraude contra o povo brasileiro.

Em segundo lugar, em que pese o respeito que eu tenho pelo Nobre Deputado Algaci Túlio e pelo Prefeito Cartário, que hoje é do meu Partido, do Partido Trabalhista Brasileiro, eu não posso concordar com aquela palhaçada que se fez ontem em Mandirituba, e que o Deputado Algaci Túlio resolveu elogiar hoje, na tribuna desta Casa.

O que se fez lá, foi realizado sem nenhum embasamento legal. Como é que se pode eleger o representante da Segurança Pública no Município?

Isto é demagogia barata. Se a moda pega, nós vamos, por eleição, escolher o chefe do Distrito Sanitário, vamos escolher, também, a Inspectora de Ensino, os Diretores dos Estabelecimentos e vamos concluir que todos os Cargos do Estado, no Município, devem ser escolhidos através de eleição. É uma subversão da ordem administrativa que nós, homens conscientes, não podemos aceitar, se ele fez, tudo bem, mas, não podemos receber nesta Casa, calados um elogio que se faça a uma atitude demagógica desse Prefeito.

Em terceiro lugar, Senhor Presidente, quero repudiar, veementemente, um ofício que acabo de receber, e ainda não pude ler, da Câmara Municipal de Três Barras, investindo contra o Poder Legislativo do Estado. Nós não podemos aceitar as aleivias contidas naquele ofício. Repudiamos veementemente, principalmente quando se procura atingir a figura de um dos membros da Comissão Executiva desta Casa, 1º Secretário, Anibal Khury, um Deputado sofrido, um Deputado que tem trabalhado há três décadas em favor do povo do Paraná e que não merece ter o seu nome jogado à lama por vereadores obscuros, que não têm nenhuma história a contar em favor do povo do Paraná.

Repúdio "in limine", sem analisar o documento.

Voltarei a este assunto numa outra oportunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Consulto a Liderança do PFL se fará uso do seu horário.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Eu também, a exemplo do Deputado Erondy Silvério, gostaria de fazer dois

registros principais nesta oportunidade.

O primeiro é de congratulações ao povo de Inajá, representado pelo seu Prefeito Luís Assis e seu grande líder político, ex-prefeito, futuro prefeito Wilson Camargo Montoro.

Inajá completou 25 anos de emancipação política. Município de área territorial não muito grande, que tem uma grande população cafeeira e que, pelo motivo conhecido dos paranaenses, aquela cultura foi substituída por vastas áreas de pastagens, o que naturalmente ocasionou a saída e o êxodo rural daquele município.

Mas a administração competente, principalmente do ex-prefeito Wilson Camargo Montoro, e agora secundado pelo Luís de Assis, que encontram na Câmara Municipal e sempre tiveram na Câmara Municipal todo apoio legislativo, tem Inajá uma bela cidade para mostrar que ainda se pode fazer administração competente e séria neste país.

Mais que reforma tributária, Senhores Deputados, é preciso que se tenha à frente dos executivos e reforma de competência administrativa. Inajá é um exemplo.

Queria também, a exemplo dos ilustres Deputados Erondy Silvério, Lindolfo Júnior e Nereu Carlos Massignan que foi o primeiro orador a manifestar-se acerca da votação da Comissão da Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte de ontem quando, por feliz coincidência, em 15 de novembro, se estabeleceu na Comissão o prazo de 4 anos para o mandato de Presidente da República.

Não vamos entrar no mérito se a Constituição determina ou estabelece 6 anos, mas nós temos uma Assembleia Nacional Constituinte eleita para tal e, eu entendo ter competência para tanto. Além disso, há um compromisso de ordem moral, pois em várias vezes, e em várias oportunidades, Tancredo Neves, que foi o Presidente eleito para este período de transição, repetiu que não ficaria frente ao Governo da República por um período acima de 4 anos. Portanto, é do entendimento da nossa Bancada, e por solicitação dela é que fazemos este registro, que nós nos parabenizamos, estamos felizes, o Brasil está feliz, porque a manifestação ontem dos membros da Assembleia Constituinte foi a aspiração e a vontade do povo brasileiro. Quero apenas, discordar do Deputado Lindolfo Júnior, quando faz alusão de eleições amplas e em todos os níveis, a exemplo de outros políticos que assim também se manifestaram. Ora, esta proposta vem após a instalação e a eleição de uma Assembleia Constituinte, a proposta de eleições gerais, em 1988, tinha que ser antes e não depois da Assembleia Constituinte. Ela foi eleita para isso, os Deputados Es-

taduais, os deputados Federais, os Senadores, foram eleitos, o ano passado, nas eleições de 1986, para um período obviamente estabelecido, e particularmente os Deputados Federais e Senadores, com a competência de integrarem a grande Assembleia Constituinte.

Portanto, não posso assim concordar, com o que, parece-me, assim manifestaram-se o Deputado Lindolfo Júnior e outros políticos, mesmo do nosso Estado, quando falam em eleições gerais, não é esse o nosso entendimento. Portanto, quer a nossa Bancada fazer aqui o registro e deixa nos Anais da Casa, a sua alegria, o seu contentamento, pela decisão sábia, correspondente à aspiração e a vontade brasileira, dando 4 anos ao Senhor Presidente da República, porque transição é transição, acho que 4 anos é o prazo bastante, assim concordavam Tancredo Neves e os Partidos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Consulta a Liderança do PDT, se fará uso de seu tempo.

Com a palavra o Senhor Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Parece que o Dia da República, transcorrido ontem, devolveu a dignidade à classe política. No entanto, a alegria de vermos a aprovação dos 4 anos de mandato para o atual Presidente da República, e o consenso da Comissão de Sistematização de que se convoque eleições presidenciais para o ano que vem, não nos livra da obrigação histórica de perguntar aonde estão os 27 signatários desta Assembleia, de um documento, que, no começo do ano, pedia ao Presidente José Sarney que ficasse 5 anos.

Aonde está o Senhor Governador Álvaro Dias que, em rede nacional de televisão, depois de haver se entrevistado com o Senhor Presidente da República, saiu dos páramos do Planalto Central dizendo serem os 5 anos a solução mais correta, a solução ideal para este País, enfim, a panacéia para os nossos males!

Nós, pela Liderança do PDT, ficamos com o Senhor Leonel de Moura Brizola, que já nos primeiros gritos de "Diretas Já", em janeiro de 1984, pregava a duração do mandato presidencial por 4 anos.

Pois é, agora tenta-se resgatar a Nação do porre cívico do Plano Cruzado, da ilusão que se fez na cabeça do povo com a droga do Plano Cruzado, e esse porre cívico não se manifesta na forma do porre habitual, pela dor de cabeça ou pelas alterações do metabolismo do fígado, ele se manifesta, no mais profundo do coração do povo, pela perda da esperança! E se tenta

resgatar à Nação desse porre cívico, com a idéia da eleição, que é boa, mas, com a pérfida, com a pusilânime idéia de um Parlamentarismo híbrido que vem a ser, agora, o novo Plano Cruzado. Um Presidente da república como a rainha da Inglaterra, e um Parlamentarismo, com Parlamentares que não foram eleitos para compor Gabinete ou definir o Governo da República.

Rouba-se, ainda uma vez, do povo brasileiro, o direito da condução dos seus mais elevados destinos.

Eis aí, Senhor Presidente e Senhores Deputados, a viva repulsa do Partido Democrático Trabalhista, do nosso PDT, pelo que se pretende ainda uma vez no crisol das elites, fazer contra o que vai pelas ruas, o que vai pelas praças e o que anseia a população. Aliás, as greves estão aí. A do IPE, a do SERPRO, a dos professores da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Guarapuava, a interminável greve da Universidade de Londrina. As greves estão aí, nas portas do Palácio, nas portas das Secretarias. Está aí, também, o grito sufocado de quem não pode pagar nem o leite, nem a carne, nem o pão, nem o transporte.

Eis aí, porre cívico e estelionato político, e nós, aqui, na Casa do Povo à nos dispomos a votar o Orçamento do Estado que prevê, para o ano que vem, 100 mil segundos de verba para Comunicação Social para gastos com radiofonia e televisão, para promoção da imagem pessoal do Governante. São 7,5 vezes mais do que se vai gastar com a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Guarapuava; 18,8 vezes mais do que o que se vai gastar com a Faculdade de Apucarana; 51,6 vezes mais do que o que se vai gastar com a Faculdade de Direito do Norte Pioneiro.

De repente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é preciso que a voz da Oposição não dê apartes ao que vem como clamor da Bancada do Governo, porque o tempo que é concedido ao povo é muito pequeno.

Há que se apelar para os 100 mil segundos de televisão, destinados à promoção da imagem do Governante, sejam usados para a educação do povo em chamadas que valorizem o Paraná. Porque não uma chamada, por exemplo, explicando à população a utilidade do Parque Nacional do Iguaçu? Porque não explicando à população a utilidade das nossas raízes históricas, ou, os novos caminhos que pretende o Governo implantar - se é que tem diretrizes de transporte além de minúsculas estradas de fazenda? Mas isso vai ser assunto para outra ocasião, mas, mais do que isto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é preciso que a voz da Oposição se insurja contra a perversão da Galha Azul que se intenta no Estado do Paraná. Pobre Galha Azul! O bichinho-sím-

bolo de plantar os pinheiros e semear o futuro, a semeadora dos pinhais serve, agora, de máscara para o acordo que a revista "VEJA", o "JORNAL DO BRASIL" e a briosa "FOLHA DE LONDRINA" denunciam como contravenção neste Estado!

Já não é sem tempo, sobretudo porque a verba para o Trabalho e para a Ação Social, prevista no próximo Orçamento, é só 1,39% de todo o Orçamento do Estado. Já não é sem tempo que o nosso dileto colega, Deputado Rubens Bueno vem a Casa explicar o que vão fazer com a honra da Galha Azul, caso contrário, nós, os que somos Deputados e todos os paranaenses estaremos vendo que há um orçamento paralelo, por conta dos donos de banca de jogo do bicho, que o Governador prefere chamar de agentes lotéricos e nós estaremos vendo a revista "VEJA", questionando o Governo do Paraná. Mais do que a indagação poética de se estar perdendo a honra da Galha Azul, neste acerto que precisa digna e convenientemente ser explicado, nós devemos, isso sim, é brigar para que o dinheiro público no Paraná e os dinheiros destinados ao uso público no Paraná, tenham efetivo uso de utilidade pública.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, apenas o resgate da esperança far-se-á com as armas da sobriedade, da dedicação e da coerência. Por isso hoje, também, esta Liderança, antes de votar a Mensagem que quer examinar e aprovar as contas do senhor José Richa e do Senhor Governador João Elísio no exercício do ano passado, esta Liderança pede as vistas do processo, porque estranhamente apesar de lhe haver entrado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Informo ao nobre Deputado que seu tempo está esgotado e tem 30 segundos para concluir.

O SR. RAFAEL GRECA - ... Ainda uma vez lamento Vossa Excelência ser tão econômico comigo. Mas, digo que dia 14 de agosto de 1987, entrou projeto para aprovação das contas do senhor José Richa aqui. Não se trata de lançar dúvidas sobre o senhor José Richa ou sobre o senhor João Elísio, ou ainda sobre o ilustre relator da matéria do Tribunal de Contas, que é o Doutor João Cândido da Cunha Pereira, aliás, um homem dos mais sérios da nossa comunidade Curitibana, mas se trata, sim, de permitir a todos os Deputados o real exame das contas, para resgatar o papel desta Assembléia, o que não é talvez tecnicamente correto, nós pedimos hoje as vistas do processo, é, Senhor Presidente, extremamente correto do ponto do resgate do papel da Assembléia junto à população. Era isso.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Consulto a Liderança do PT, se fará uso do seu tempo.

Com a palavra o Sr. Deputado Pedro Tonelli, líder do Partido dos Trabalhadores e de sua Bancada.

O SR. PEDRO TONELLI ... Senhor Presidente, Senhores e Senhoras colegas Parlamentares.

Ontem dia 15 de novembro, comemorou-se uma data importante: os 365 dias de eleição do novo Governo e de um novo Governador chamado Álvaro Dias.

No dia de ontem, uma caravana de 40 pessoas, composta de sindicalistas, membros de associações de bairro de Curitiba, da Comissão Pastoral da Terra, da Pastoral Operária, das Comunidades Eclesiais de Base, da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, se dirigiram ao município de Cantagalo, com o objetivo de visitar as 800 famílias de trabalhadores sem terra, que no dia 16 de outubro ocuparam um latifúndio improdutivo naquele Município, nas fazendas Cavaco e Jarau, para prestar a sua solidariedade, e principalmente levar comida e remédio aos tão necessitados familiares dos sem terra. Quando a caravana chegou em Cantagalo, a Polícia Civil, a Polícia Militar, acompanhada pelo Prefeito, por alguns Vereadores, por fazendeiros e mais de 50 pistoleiros armados, prenderam o ônibus e deram 3 minutos de prazo para retornarem a Curitiba. Diante do fato, as pessoas da caravana passaram a questionar a atitude da Polícia Civil, da Polícia Militar, e não obedeceu de pronto a ordem de embarcar no ônibus. A Polícia obrigou, então, o motorista a tirar do local o ônibus com as pessoas que estavam nele, mas, 20 pessoas não embarcaram e tentavam negociar uma saída para o impasse. Neste momento, passaram a ser insultadas e ameaçadas pelos fazendeiros e pistoleiros. Sem alternativa de diálogo e defesa, as 20 pessoas correram para a margem da BR-277, buscando refúgio. Diante disso, a polícia retornou e deu ordem para que todos embarcassem, imediatamente. Se não embarcassem, a polícia não se responsabilizaria pelo que os fazendeiros e os pistoleiros viessem a fazer.

As pessoas, sem alternativa, embarcaram e o ônibus foi escoltado pela polícia até a Delegacia de Polícia de Guarapuava, distante de lá 70 Km, onde o motorista do ônibus e mais um integrante da caravana tiveram que prestar depoimentos e foram fichados.

Também ontem, a Polícia Militar prendeu Ademir Dal Prá, membro da CUT e da Pastoral da região de Guarapuava, e mais um membro da Chapa que está disputando as eleições do Sindicato dos Trabalhadores de

Cantagalo, quando faziam uma reunião sobre as eleições sindicais, numa comunidade próxima ao local da ocupação.

Ontem, ainda, a polícia prendeu uma pessoa ligada aos sem terra, que transportava doentes para o hospital local. Todos eles foram fichados e tiveram que prestar depoimentos.

Além disso, todas as pessoas que circulam na região onde houve a ocupação são revistadas, e, muitos, presos, e levados à Delegacia local para serem fichados e prestarem depoimentos.

A própria polícia afirmou que tinha ordem expressa do Secretário da Segurança Pública do Paraná para agir daquela forma.

Além disso, é claro, público e notório, que a polícia está recebendo ordens dos fazendeiros e dos próprios pistoleiros.

Diante disso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, devemos nos perguntar: é de Lei a Polícia Militar e Civil agir dessa maneira? Onde fica o direito constitucional do cidadão poder ir e vir? Qual o crime que as pessoas que compunham a caravana estavam cometendo, indo prestar sua solidariedade a um grupo de trabalhadores, mesmo envolvidos numa ocupação de terras?

Por que, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a Polícia Militar, a Polícia Civil estava acompanhada de fazendeiros e pistoleiros armados e quando estes passaram a nos insultar e ameaçar foram apoiados pelos policiais?

Por que, quando tiveram que refugiar-se às margens da BR-277, diante das ameaças dos fazendeiros e pistoleiros armados, a Polícia Militar e Civil não interferiu e não deu garantia de vida aos integrantes daquela caravana?

Por que a Polícia Militar e Civil, responsável para manter a ordem e garantir os direitos dos cidadãos, se alia a um grupo de desordeiros armados, neste caso, os pistoleiros, e passa a cometer atos de arbitrariedades como os de ontem?

Por que, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a polícia está tão interessada na defesa dos fazendeiros que não estavam sendo ameaçados por ninguém e nos deixou sem proteção?

Por que será que a Polícia Militar está tão interessada em defender as terras dos fazendeiros e proprietários da área ocupada pelos sem-terra?

Por que o Governo Estadual e o Poder Judiciário estão julgando os sem-terra de invasores e quer despejá-los, se a área que eles ocuparam não tem titulação? No INCRA só existe um cadastro de 2.200 hectares, e a área ocupada é de mais de 10 mil hectares.

Por que proteger os grileiros e mas-

sacrar os sem-terra?

Exigimos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que o Governador do Estado, o Secretário de Segurança Pública, que o Conselho de Magistratura nos expliquem todas estas questões...

(Conversas paralelas).

O SR. ALGACI TÚLIO ... O pronunciamento de Vossa Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Pela Ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente.

As Bancadas minoritárias desta Casa, respeitam à Bancada Majoritária e o tratamento nós pedimos em relação do PT nesta Casa, para que tenha também tranqüilidade para colocar o seu posicionamento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Procede a questão de ordem. Continua com a palavra o Deputado Pedro Tonelli, que se encontra na tribuna.

O SR. PEDRO TONELLI - Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Pela Ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O comportamento da Bancada do PMDB, do partido majoritário nesta Assembleia Legislativa do Estado com as oposições tem sido muito ético. A única coisa que nós discordamos, da Bancada do PMDB, é quando nós vemos certos Deputados da Oposição a falar inverdades, que não fazem jus ou não condizem com os acontecimentos. Então, nós discordamos disto. Porque, se nós analisarmos este aspecto, eu diria ao Deputado Algaci Túlio, que Leonel Brizola, que é o Líder dele, não tem um palmo de terra no Brasil, tudo está localizado lá no Uruguai.

Muito obrigado.

O SR. AFONSO JÚNIOR - Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Pela Ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Afonso Júnior.

O SR. AFONSO JÚNIOR - Gostaria de dizer ao ilustre Deputado Pedro Tonelli e também ao Deputado Algaci Túlio, que o aparte

também faz parte do Regimento Interno, e nós estamos pedindo um aparte dentro do que concede o próprio regimento desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Com a palavra o Senhor Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Exigimos que o Governador do Estado, o Senhor Secretário de Segurança Pública e o Conselho de Magistratura nos expliquem, publicamente, todas estas questões e que suspendam imediatamente o despejo até que seja comprovado a quem pertencem as terras que foram ocupadas pelos trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - A mesa informa ao nobre Deputado que seu tempo está esgotado.

Tem 30 segundos para concluir.

O SR. PEDRO TONELLI - Muito obrigado. Esta é uma pergunta, é uma questão a que certamente as autoridades do Estado deveriam responder com toda tranqüilidade. Se não tiverem esta capacidade, certamente este aniversário de Governo novo nos frustra mais uma vez.

Muito obrigado, Senhor Presidente, muito obrigado Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Consulta a liderança do PL se fará uso do seu tempo.

Declina. Havendo declinado, consulto a liderança do PMDB.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Paulino José Delazeri.

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estamos vindo a esta tribuna, no dia de hoje, com extraordinária satisfação para registrar e enaltecer a postura do nosso Governador do Estado, eleito pelo PMDB e que ao contrário de muita demagogia, de muita "safadeza" que se cometeu neste País, hoje resgata um compromisso histórico do meu partido, do meu partido desde o MDB, porque hoje já não é tão homogêneo, quanto era naquela época, quando era oposição e pregava neste País e pregava neste Estado o ensino público e gratuito para todos os cidadãos. Como vejo neste momento a situação do povo brasileiro, como está a mercê dos falsos, dos hipócritas e dos demagogos. Vimos aqui há pouco o Deputado do Partido Democrático Trabalhista, ex-arenista, ex-pedesista, fazendo comparativo de uma área do Governo do Estado com a educação. Mas eu digo a este Deputado e eu reconheço como, no mínimo, um falso biologicamente, e um hipócrita politicamente.

Digo isto porque o partido que deu sustentação, na ditadura militar, durante 22 anos neste País, destruiu a Constituição elaborada democraticamente em 1946, e, em 1964, assumiram o poder os autoritários, os hipócritas e passam por cima da Constituição que previa no Orçamento da Federação investimento de 12% em educação. Eles, sabedores de que o Projeto deles nada mais era do que dominar o povo e transformar o povo em instrumento de produção para que eles se apropriassem do fruto da produção, foram achatando, o investimento em educação, porque sabiam que um povo sem educação é um povo mais facilmente manipulável. O Deputado Rafael Greca vai à tribuna e se esquece, porque nem memória tem de lembrar que o seu partido, a Velha ARENA, a ARENA que em vez de construir escolas, construía sauna com o dinheiro público, achatou os investimentos em educação de 12% , previstos na Constituição democrática de 1946 para, nada mais, nada menos do que 2,9% em 1979.

Não considero esse Deputado com moral suficiente para subir na tribuna e criticar o Governador Álvaro Dias, que no dia de hoje recupera um compromisso histórico das forças democráticas deste País, principalmente na área de educação e envia a este Poder Legislativo Mensagem concedendo e atendendo um desejo da sociedade do Paraná, concedendo ensino público e gratuito, em todos os níveis universitários, de responsabilidade do Estado.

Por isso me preocupa, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que a cada dia menos eu confio nos homens e principalmente, no discurso dos homens.

Confio, isto sim, na prática do dia-a-dia, na demonstração veemente, como faz o Governador assumindo a responsabilidade pelo ensino público neste Estado. Mas me causa muito maior satisfação, Senhor Presidente, Senhores Deputados, como Deputado com principal base eleitoral e domicílio familiar e eleitoral lá no Oeste do Paraná, aquela região abundantemente produtora de matérias-primas, aviltada na distribuição da Receita do Estado e da União, porque é produtor de matérias-primas mas que se ergueu com o seu povo e os seus líderes educacionais e políticos e veio ao Governo do Paraná pedir a institucionalização da Universidade do Oeste do Paraná, que congrega 4 Fundações Municipais de Ensino Superior. E no prazo de um ano, Senhor Presidente, Senhores Deputados, no prazo de um ano, porque poderia ter sido antes se não fossem as dificuldades burocráticas da transmissão do patrimônio dessas faculdades ao Estado, hoje nós temos a realidade e a prática da coerência do Governador Álvaro Dias, comprometido com as causas populares enviando e assi-

nando Mensagem criando a UNE-Oeste. E é por este motivo que estou nesta tribuna para dizer que o Governador Álvaro Dias, não só quando legislador lá em Brasília, no Senado da República, que apresentou Projeto de Lei instituindo aposentadoria das professoras aos 25 anos de serviço. Aquela atitude seria de muita facilidade, pois era sua função legislativa. Mas agora, ainda acredito mais no Governador Álvaro Dias, principalmente nos seus compromissos com a educação, quando vejo que fora dos Parlamentos, na função executiva e com a responsabilidade e o ônus que lhe causa isto, vejo-o encaminhar a solução deste problema.

Por isso, venho aqui fazer um protesto veemente contra o Líder do PDT e que de certo representa o pensamento da sua bancada, falar do descompromisso do Governador com a educação, quando faz comparativos com as faculdades citadas por ele em relação ao Orçamento da Comunicação Social do Estado.

Tenho o dever de, como Parlamentar que entende que não há saída para esta Nação, não há solução para nenhum problema desta Nação sem passar por uma profunda decisão política de investimento maciço na área da Educação, da Ciência e da Tecnologia, porque é só assim que um povo se ergue, se levanta e se torna independente e não dependente e submisso como somos hoje, consequência da política entreguista, antinacional, antipopular, antipovo praticada pela ARENA, pelo PDS, pelo "seu" Rafael Greca das piscinas e das saunas públicas, onde banhava o seu físico corpulento, e que está hoje a combater um Governador comprometido com a Educação.

O Sr. Dirceu Manfrinato- Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Enquanto o Governo do Paraná assina o Decreto instituindo ensino gratuito no Paraná, o ilustre Deputado Rafael Greca, e seu partido criava o Decreto 477, que prendeu e espancou tantos estudantes neste País.

Não vejo razões de quem não prestou contas como Vereador na Câmara Municipal de Curitiba, como os ilustres Deputados Rafael Greca e Algaci Túlio, que não prestaram contas das suas verbas de mordomias ao Tribunal de Contas, e não têm autoridade e dignidade para criticar o Governador Álvaro Dias nesta Casa.

O SR. ALGACI TÚLIO - Pela Ordem- Senhor

Presidente, não tem moral o Deputado Dirceu Manfrinato em vir aqui colocar em dúvida a minha honestidade e a do Deputado Rafael Greca, porque afinal de contas o Tribunal de Contas até agora não julgou, não deu parecer. O dia que der o seu pare-

cer, Deputado Dirceu Manfrinato, Vossa Excelência poderá usar a tribuna e dizer se nós, fazendo a assistência social que o seu Governo não faz e que nós fazemos, agimos errado ou corretamente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Eu concedo 30 segundos ao Orador para que conclua o seu pronunciamento.

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI - Senhor Presidente, é necessário também registrar da tribuna desta Assembléia Legislativa que a Comissão de Sistematização...

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Pela Ordem - Senhor Presidente, eu não tenho procuração para defender os nobres Deputados Algaci Túlio e Rafael Greca, mas eu repudio com veemência o pré-julgamento que faz o Nobre Deputado Dirceu Manfrinato contra a Corporação Legislativa da Cidade. O Tribunal de Contas ainda não se pronunciou, o Tribunal de Justiça também ainda não o fez. Portanto, é uma ignomínia que um Parlamentar desta casa invista contra o Poder Legislativo da Cidade, integrado por homens de bem, por homens que têm o mesmo espírito público que os Senhores Deputados com assento nesta Casa.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Pela Ordem - Senhor Presidente, é bom que se saiba que aqui nós nominamos os nomes. Eu disse Deputado Rafael Greca e Deputado Algaci Túlio; eu não disse a Câmara Municipal, Poder Legislativo de Curitiba.

O SR. RAFAEL GRECA - Pela Ordem - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Está com a palavra o Deputado Dirceu Manfrinato, pela ordem.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Eu estou com a palavra Pela Ordem. Se Vossa Excelência insiste, eu posso até ceder a minha vez e aguardo oportunamente.

Senhor Presidente, se nós dissemos que existe no Tribunal de Contas é porque existe. Eu não estou pré-julgando; apenas estou dizendo o que foi noticiado pela Imprensa do Paraná e que se encontra para ser avaliado no Tribunal de Contas.

É esta a minha colocação, Deputado Erondy Silvério, a quem admiro e considero um brilhante Parlamentar neste Poder Legislativo. Eu não acusei a Câmara Municipal de Curitiba, apenas dois dos seis componentes. Agora, se acham que eu exagerei, eu irei mais além. Disseram que nós não estamos fazendo assistência social. Isso não é verídico.

Agora eu vou além, dizendo que o Depu-

tado Algaci Túlio tem 12 processos na Justiça.

O SR. RAFAEL GRECA - Pela Ordem - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Pela Ordem concedo a palavra ao Deputado Rafael Greca e solicito aos Senhores Deputados que procedam à questão de ordem com relação ao que está se discutindo no momento...

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, este Deputado ao fazer uso do Horário da Liderança, citou fatos e números concretos. No entanto, o Senhor Líder do Governo, ou do partido no Governo, ou representante dele se referiu a nossa pessoa com expressões pejorativas com relação à idéia quase cesarista de nós nos dedicarmos à prática que se havia em Roma antiga, aqui no Paraná, ou pelo menos em Curitiba não existe, da frequência de piscinas e de saunas públicas. Sua Excelência pretende reduzir um debate elevado ao exíguo espaço de uma sauna que o Senhor Prefeito Roberto Requião, ao retirar do uso dos funcionários da Prefeitura no Parque Barigui levou, sabe Deus, para onde, e os Vereadores de Curitiba andam questionando isso.

E ainda Pela Ordem, Senhor Presidente. O Egrégio Tribunal de Contas do Estado ao julgar a má aplicação, ao questionar a má aplicação técnica de verbas pagas pelos Senhores Vereadores como de representação a título de subvenção de Assistência Social, de maneira nenhuma coloca em dúvida a nossa honorabilidade.

Eu peço ao Deputado Dirceu Manfrinato que vá à Casa dos Pobres São João Batista - na Rua Piquiri com Brasília Itiberê - que não constatará falta: nem de gaze, nem de ataduras, nem de sangue, nem de pus, nem de sofrimento das pessoas afligidas de câncer que o Governo do Estado não atende, para lhe tapar a boca.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Continua com a palavra o orador que está na tribuna.

O SR. PAULINO DELAZERI - Senhor Presidente. Gostaria de concluir dizendo que é necessário, para conhecimento dos que ainda não se aperceberam das transformações que acontecem neste país, na competência principalmente do PMDB, que é majoritário na Comissão de Sistematização, que lá está um anteprojeto destinando 18% do orçamento da União - coisa inédita na história deste País - para ser investido em educação, e obrigando que os Estados e Municípios in-

vistam, no mínimo, 25%.

Esta é a diferença do discurso e da prática dentro da possibilidade de um Partido, que estando no Governo, mas não estando no Poder, através da Comissão de Sistematização, pisa fundo no acelerador das mudanças, investindo em educação.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Apenas queria dizer, Senhor Presidente, quero lembrar ao Deputado Dirceu Manfrinato, que da mesma maneira como corre um processo no Tribunal de Contas envolvendo a Câmara de Vereadores, que até agora não foi julgado, também corre um processo aqui do ladinho, no Tribunal de Justiça, que envolve o Secretário de Agricultura - Osmar Dias - que também não foi julgado ainda.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Está encerrada a hora do expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Basílio Zanusso, na qualidade de Líder do PFL, constante do expediente, indicando os Senhores Deputados David Cheriegate e Werner Wanderer como membros do PFL na Comissão da Paz - À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando preferência de votação para os Projetos de Lei n. 226/87, 252/87 e da Proposição n. 84/87. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n. 150/87. **Aprovado.**

De conformidade com os requerimentos

de preferência de votação acima aprovados:

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 226/87, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 78/87), que dá nova redação ao parágrafo único do art. 1º da Lei n. 8.470, de 30 de março de 1987, mantendo-se inalterado o caput. (As operações de crédito de que trata este artigo destinar-se-ão à obtenção, junto a instituições financeiras nacionais e internacionais, de recursos necessários à construção da Usina Hidrelétrica de Segredo e à execução de outros programas e atividades da COPEL, bem como ao refinanciamento ou rescalonamento da dívida externa da COPEL). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido Projeto, Emenda de plenário de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI N. 226/87

Art. 1º - O parágrafo único do artigo 1º da Lei n. 8.470, de 30 de março de 1987, passa a ter a seguinte redação, mantendo-se inalterado o caput:

"Parágrafo Único - As operações de crédito de que trata este artigo destinar-se-ão à obtenção, junto a instituições financeiras nacionais e internacionais, de recursos necessários à construção da usina Hidroelétrica de Segredo e a execução de outros programas e atividades da COPEL, bem como ao refinanciamento ou reescalonamento da dívida externa da COPEL."

Art. 2º - O Poder Executivo enviará à Assembléia Legislativa, antecipadamente, comunicação descrevendo o valor da operação e a discriminação das obras e atividades onde serão aplicados os recursos obtidos através de financiamentos externos, objeto de autorização desta Lei, bem como as condições estabelecidas nos contratos a serem firmados.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.11.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA

Apoio: João Arruda, Algaci Túlio, Antônio Costenaro Neto, Antônio Belinati e Alexandre Ceranto.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 128/87, de autoria do Deputado Antônio Anibelli, que autoriza o Poder Executivo a criar, no âmbito do Instituto de Previdência do Estado - IPE, o Hospital do Servidor Público, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.S., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 62/87 (Mensagem n. 82/87 Ex-Proposição n. 76/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova os convênios celebrados em 13.03.87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior, hoje Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, e os Municípios que especifica objetivando atendimento às Comunidades Rurais e Periurbanas, no que se refere às necessidades de água potável. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 118/86, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que declara de Utilidade Pública o CENTRO BENEFICENTE DOS FERROVIÁRIOS DA RFFSA, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 156/86, de autoria do Deputado Anibal Khury, que cria o Distrito Administrativo de Marcelino, no Município de São José dos Pinhais, com sede na localidade do mesmo nome e divisas, que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 56/87 (Mensagem n. 62/87 ex-Proposição n. 62/87), oriundo do Parecer Favorável da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova o convênio n. 87/87, celebrado em 24.03.87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Educação e o Governo Federal, representado pelo Ministério da Educação, conforme especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 57/87 (Mensagem n. 64/87 ex-Proposição n. 63/87), oriundo do Parecer Favorável da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova cópia autêntica de termo aditivo n. 01 de ratificação e ratificação do convênio n. 80/86, celebrado entre a SUDESUL e o Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral com interveniência da SEDU e SUCEAM, conforme especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 60/87 (Mensagem n. 69/87 ex-Proposição n. 67/87), oriundo do Parecer Favorável da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova convênio n. 11,

celebrado em 11.07.86, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Guaraqueçaba objetivando a concessão de recursos para serem aplicados na melhoria do Sistema hidroviário, nas ligações entre Guaraqueçaba, Barra do Ararapira, Barra do Superagui, Ilha das Peças, Superagui, Rasa e outras. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 61/87 (Mensagem n. 74/87 ex-Proposição n. 72/87, oriundo do Parecer Favorável da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova os convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, e o Ministério da Agricultura, nas datas e objetivos que especifica. Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 203/87, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública a Federação das Associações dos Moradores do Estado do Paraná - FAMOPAR, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no DA. n. 91 de 31.08.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 203/87

P A R E C E R :

O projeto de Lei n. 203/87, apresentado pelo nobre Deputado Cândido Bastos, visa declarar de Utilidade Pública a Federação das Associações de Moradores do Estado do Paraná - FAMOPAR - com sede e foro na Capital do Estado.

Verificado que a Proposição atende aos requisitos legais que regulamentam a matéria, somos pela sua aprovação.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 10.11.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

ACYR MEZZADRI

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 65/87 (Mensagem n. 68/87 Ex-Proposição n. 66/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e o Ministério da Agricultura, datado de 19/12/86, n. 8, convênio aditivo datado de 26.11.86, n. 19, convênio aditivo datado de 02.10.86, objetivando serviços de planejamento agrícola. Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.

66/87 (Mensagem n. 72/87 Ex-Proposição n. 70/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova o convênio n. 03/87, celebrado em 05.06/87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e o Município de Londrina, objetivando ação conjunta da SETR/PR e Prefeitura, no sentido de assegurar fornecimento de brita graduada ao referido Município. Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 67/87 (Mensagem n. 81/87 Ex-Proposição n. 75/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova os termos aditivos a convênios de cooperação administrativa e financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado de Segurança Pública e aos Municípios que especifica, objetivando alterar a aplicação de recursos em melhorias nas Delegacias de Polícia e Cadeias Públicas dos Municípios signatários. Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 68/87 (Ofício n. 2276/87 Ex-Proposição n. 39/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Tomada de Contas, por unanimidade que aprova o balanço geral das contas da Administração Direta e Indireta do Estado, relativas ao exercício de 1986. Aprovado.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Art. 1º - Fica aprovada a Prestação de Contas do Governador do Estado do Paraná, referente ao Exercício de 1.986.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em
(aa) HERMAS BRANDÃO
Presidente
TADEU LÚCIO MACHADO
Relator

COMISSÃO DE TOMADAS DE CONTAS PROPOSIÇÃO N. 39/87

P A R E C E R:

A Proposição em exame trata do balanço Geral das Contas da Administração Direta e Indireta do Estado, relativas ao exercício de 1986, encaminhado para apreciação por esta Casa de Leis através do Ofício ATG 2276/87, pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná.

A matéria cumpre o disposto no artigo 47, inciso XV, de nossa Carta Magna Estadual.

A referida Prestação de Contas está dividida em três partes, a saber: Adminis-

tração Direta, Administração Indireta e Administração Global. Contendo Elementos contábeis de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, relativos à Administração Direta e Indireta (Fundações, Autarquias, Órgãos de Regime Especial e Empresas Públicas) do Estado. O relatório oferece os dados necessários para um detalhado exame da situação das finanças públicas.

De acordo com o artigo 39, § 2º, de nossa Carta Magna Estadual, a matéria foi encaminhada ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Paraná, através do Ofício n. 281, de 08 de junho de 1987, pelo Excelentíssimo Senhor Deputado Antônio Annibelli, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Conforme Resolução n. 7.479/87, do Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Paraná, o Parecer Prévio emitido sobre as contas do Governo do Estado do Paraná, relativas ao exercício financeiro de 1986, foi aprovado por unanimidade por aquela Egrégia Casa de Contas de nosso Estado.

Vale destacar que o referido Parecer Prévio manifesta-se favoravelmente à já citada Prestação de Contas.

Como se depreende do até aqui exposto, a matéria foi exaustiva e suficientemente examinada, possuindo os dados e os elementos indispensáveis para que possamos oferecer o nosso parecer.

Do ponto de vista constitucional, legal e regimental, não existe nenhum impedimento para que a matéria possa tramitar nesta Casa de Leis.

A Prestação de Contas referente ao exercício de 1986, gestão dos Senhores José Richa, período de 01 de janeiro a 08 de maio de 1986 e João Elisio Ferraz de Campos, período de 09 de maio a 31 de dezembro de 1986, de acordo com análise já feita, está correta na execução financeira e orçamentária correspondente.

Neste sentido, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 22.09.87.
(aa) HERMAS BRANDÃO
Presidente
TADEU LÚCIO MACHADO
Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, com apoio dos Senhores Deputados Algaci Túlio e Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando a retirada por 5 sessões, do Projeto de Resolução n. 68/87. Rejeitado.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu gostaria de registrar o meu voto favorável ao requerimento do Deputado Rafael Greca, tendo em vista que nós estamos aprovando as contas do ano passado, do Governo passado, do Governo de José Richa, bem como do Governo João Elísio, sem tomar conhecimento. Portanto, nós temos que votar a favor do requerimento e eu me abstenho, por não tomar conhecimento, me abstenho de votar neste projeto. Já tenho a abstenção justificada com base no artigo 158 do Regimento Interno, mas gostaria de registrar o meu voto favorável ao requerimento que seria plausível, pois gostaríamos de ter conhecimento das contas. Não podemos aprovar as contas sem conhecimento prévio, pois estaríamos dando aval, muitas vezes, a falcatruas e negociatas que aconteceram nos governos passados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Terá discussão e votação.
Para discutir ...

O SR. NESTOR BAPTISTA - (Pela Ordem) Senhor Presidente, Vossa Excelência já havia colocado em votação a questão de ordem levantada pelo Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Foi votado. Está em votação requerimento de autoria do Deputado Pedro Tonelli sobre o Projeto de Resolução n. 68/87, constante da Ordem do Dia da sessão, aprovando o Balanço Geral das contas da administração direta e indireta do Estado, relativo ao ano de 1986.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Segundo meu requerimento, não tomei conhecimento do conteúdo e da forma do referido Balanço. Além disso, há denúncias não esclarecidas de mau uso de recursos e de má administração no exercício em tela. Assim, nos termos do artigo 158 do Regimento Interno, declaro a minha abstenção de voto.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) A Mesa indefere o seu pedido.

Vossa Excelência não pode abster-se de votar estando presente.

O SR. RAFAEL GRECA - (Pela Ordem).

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Pela Ordem concedo a palavra ao Senhor Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Eu protesto, Senhor

Presidente, que a Mesa desta Assembléia ao invés, de ser conduzida pela Assessoria Técnica da Casa, seja conduzida pelo Senhor Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Absolutamente, nobre Deputado, esta presidência é autônoma e não recebe ordens dos Senhores Deputados.

O SR. RAFAEL GRECA - Mas o Líder do Governo ...

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Absolutamente, a Presidência está lhe dando o tempo necessário para discutir e encaminhar a votação ...

O SR. RAFAEL GRECA - Mas o tempo é para discutir a matéria ...

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência dá-lhe 10 minutos para encaminhar votação, caso contrário esta presidência, então...

O SR. RAFAEL GRECA - Eu não preciso mais do que 2 minutos, mas ainda assim eu registro o meu protesto.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, este parecer da Comissão Executiva oriundo de parecer favorável da Comissão de Tomada de Contas, que aprova as contas da administração direta e indireta com relação ao ano de 1986, ele vem respaldado, tecnicamente, pela precisa análise do nobre Conselheiro do Tribunal de Contas Dr. João Cândido da Cunha Pereira, que é uma pessoa a qual a comunidade de Curitiba dedica a maior estima e dá qual a comunidade de Curitiba não pode levantar qualquer objeção. Além de se tratar de nosso amigo pessoal, sabemos ser um homem honrado. No entanto, ainda que tivéssemos amizade pessoal e afeição pelo nobre Governador José Richa e pelo nobre Governador João Elísio Ferraz de Campos, no momento em que o Partido do Governo, através do seu titular, o Governador Álvaro Dias, levanta tantas denúncias de corrupção e má condução do dinheiro é extremamente leviana a votação e aprovação destas contas sem uma discussão criteriosa. Talvez ao se aprovar estas contas, se esteja negando ao Governador José Richa, ao Governador José Elísio, a possibilidade de defesa contra as acusações que tantas vezes lhe move o Palácio Iguaçu. Ao mesmo tempo, Senhor Presidente, em que nós lamentamos em nome da Liderança do PDT que este processo que deu entrada na Casa no dia 14 de agosto deste ano só hoje tenha chegado às nossas mãos, e ainda assim por um breve espaço de tempo e por uma especial consideração de um dos

assessores da Mesa, ao mesmo tempo em que nós fazemos isto justificamos para a história o nosso voto contrário. Não porque coloquemos dúvidas ao parecer do Conselheiro João Cândido da Cunha Pereira, aliás, ele vem, pelo que eu pude ler a vôo de pássaro, tecnicamente correto. Também não porque coloquemos dúvidas nas contas do Governador João Elísio ou do Governador José Richa para o exercício de 1986, mas sobretudo pela campanha que vem sendo sucessivamente orquestrada pelo Palácio Iguaçu, através dos seus órgãos de comunicação Social, a respeito de irregularidades na aplicação dos dinheiros públicos do exercício findo. Então, não podemos aprovar porque ao contrário da bancada do Governo nesta Casa, nós temos que dar razão ao Senhor Governador. É uma obrigação de Oposição, mas antes é uma obrigação do parâmetro.

Era isto.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Em votação.

Os Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. APROVADO.

O SR. RAFAEL GRECA - Com o meu voto em contrário.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Registro seu voto em contrário.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 10 sessões, do Projeto de Lei n. 226/87. Rejeitado.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Senhor Presidente. Eu solicito a leitura da justificativa do Requerimento.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) O assunto ... (vozes paralelas). Já foi rejeitado.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem) Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Pela Ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Senhor Presidente, eu solicito verificação de votação.

O Sr. Nilton Barbosa - Requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) A Mesa defere e fará a chamada nominal dos

Senhores Deputados.

O SR. NILTON BARBOSA - Declino.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Solicito ao líder do PMDB que informe se permanece com o seu pedido de chamada nominal?

O SR. NILTON BARBOSA - Declino.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Havendo declinado, a Mesa fará a verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam o Requerimento, queiram levantar-se. Os Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

Dez Senhores aprovam; 20 rejeitam. Está rejeitado. Está em discussão o Projeto de Lei n. 226/87.

O SR. PEDRO TONELLI - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Para discutir, tem a palavra o Senhor Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu indago a Vossa Excelência se teria a oportunidade de discutir a Emenda por mim apresentada?

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) O Projeto e a Emenda estão em discussão. Vossa Excelência terá o prazo e o tempo para discutir.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu quero salientar a Vossa Excelência que pretendo discutir a minha Emenda.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Em seguida.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores colegas Parlamentares.

Estamos discutindo hoje, em segunda discussão, o Projeto de Lei, de n. 226/87, que aliás, foi matéria polêmica no início da nossa Legislatura do início deste ano, quando foi aprovada autorização ao Governo do Estado do Paraná para contrair US\$ 700 milhões de dólares de empréstimos externos, com o objetivo único e exclusivo de implantar um projeto de instalação da Usina Hidrelétrica de Salto Segredo.

Na época questionamos o mérito do Projeto. Não fomos felizes, pois a maioria reconheceu como justa, e correta a intenção do Executivo em contrair esse empréstimo de endividamento, dando-lhe aval para construir mais uma usina hidrelétrica no nosso Estado.

Hoje temos aqui nova mensagem que, para encurtar a conversa, nós podemos afir-

mar com toda a certeza que objetiva a assinarmos mais um cheque em branco para o Executivo Estadual, entre tantos já assinados para ele pôr e usar o valor, que quiser, na hora que ele quiser. Vejamos o teor desta mensagem. "Os US\$ 700 milhões de dólares, agora não visam mais a construção da Usina Hidrelétrica de Salto Segredo, mas, visam a execução de outros programas e outras atividades da COPEL, bem como ao refinanciamento e ao reescalonamento da dívida externa da COPEL.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Aqui estamos alterando todo o mérito anteriormente votado e aprovado. Estamos dando um cheque em branco para os outros programas, que eu não sei quais são, para outras atividades, que eu não sei quais são, e, gostaria realmente de saber. Como homem público deste Estado, cabe-me o direito de saber onde está sendo planejado e em que será investido o dinheiro público deste Estado. Creio eu, que todos os Parlamentares de bom senso desta Casa também gostariam de sabê-lo.

Foi com base nisso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que apresentei um requerimento neste Plenário, pedindo que fosse adiado por 10 sessões a discussão dessa matéria, exatamente para que tivéssemos a oportunidade de discutir, de conhecer, quais são esses outros programas. Eu estou apresentando um requerimento à Mesa e gostaria de submetê-lo a este Plenário, para que fosse convocado o Presidente da COPEL, para que ele viesse a esta Casa e desse a explicação devida a todos os Parlamentares que têm compromisso público neste Estado.

Eu gostaria sinceramente que ele viesse aqui e explicasse. É possível que com as suas explicações, com a sua argumentação e com as suas provas, nós pudéssemos decidir livremente, com toda a certeza, com todo o nosso aval, essas outras atividades, se é algo conhecido e necessário para o Estado do Paraná, dentro talvez, supõe-se, das prioridades básicas da população paranaense.

Agora, não houve a compreensão desse Parlamento que, pela maioria, votou contra. Eu quero ver se há a compreensão desse Parlamento que se aprove que o Presidente da COPEL compareça aqui e exponha quais são esses programas. Porque eu realmente tenho um certo temor.

Denunciei, junto com outros parlamentares desta Casa, o grave endividamento deste Estado. E a essa denúncia sempre foi dada pouca importância por esta Casa de Leis. Agora, transparece numa mensagem Governamental, que US\$ 700 milhões de dólares ... isso não é dinheiro de criança, não. É quase 1% da dívida externa brasileira, quase 1% da dívida externa. De re-

rente, nós vamos autorizar para o refinanciamento, o reescalonamento da dívida externa da COPEL.

Olha, convenhamos, se a COPEL está devendo US\$ 700 milhões de dólares, qual será o grau de endividamento de todo o setor público deste Estado? E se isso for verdade, nós vamos mostrar que temos razão e que tínhamos razão no começo do ano quando questionávamos, se US\$ 700 milhões de dólares para construir uma usina hidrelétrica era a necessidade principal deste Estado, e se era para isso o Estado deveria buscar recursos lá fora, quando temos uma situação agrária lamentável, o problema social do desemprego, a falta de salário, a falta de educação, de condições de saúde, e de trabalho, e o Governo do Estado se dá ao luxo de contrair US\$ 700 milhões de empréstimo.

Portanto, acho que todos nós, parlamentares responsáveis pelo povo do Paraná e seu dinheiro público, neste dia em que esta mensagem está em 2.ª Discussão, temos que pensar duas vezes antes de votar, porque senão podemos incorrer num erro já cometido neste ano legislativo, quando a maioria nesta Casa aprovou a autorização de empréstimo de US\$ 82 milhões para assumir a dívida da Cidade Industrial de Curitiba. Quatro meses depois, esta mesma Casa de Leis, em maioria aprovou o contrário. Aprovou o veto do Governador.

Portanto, eu como representante do Partido dos Trabalhadores deste Estado, não admito que esta Casa seja instrumento do brinquedo palaciano e de uso do Executivo.

Acho que esta Casa é uma Casa de um Poder em igualdade com o Executivo, igualdade com o Judiciário, e com autonomia para decidir e aprovar em lei aquilo que nós julgamos de interesse, interesse este que representamos, que é o interesse do povo do Paraná.

Ou nós levamos em conta esses princípios, ou então é questionável a existência da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Se nós estamos aqui simplesmente para aplaudir o que o Executivo faz, então, não há necessidade. Põe 5, 6 bonecos do Agildo lá para aplaudir o Governador, e não precisa Deputado para ficar aplaudindo-o.

Eu entendo que essa é uma Casa de responsabilidade, uma Casa representativa, coerente e, por isso nós, em momento algum, podemos hoje votar uma coisa e amanhã votar outra, simplesmente porque o recado palaciano é outro.

Portanto, é esse o desafio. Gostaria de ver aprovado o requerimento, e que assim podessemos ouvir o interesse, e julgar o mérito deste projeto. O Presidente da COPEL presente aqui neste Plenário, discu-

tido com os Parlamentares de todas as bancadas e dando explicações do que significa a expressão outros programas e atividades da COPEL, e o por que precisamos re-financiar ou reescalonar a dívida externa da COPEL.

Portanto, essa é uma questão crucial que gostaríamos de ver esclarecida a partir deste debate.

Muito obrigado Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Continua em discussão o Projeto n. 226/87.

Para discutir, concedo a palavra ao Deputado Valderi Mendes Vilela.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Estamos apresentando uma Emenda Aditiva ao Projeto de Lei número 226/87, e gostaria da atenção dos Senhores Deputados, porque esta Emenda, realmente não modifica substancialmente o Projeto enviado pelo Senhor Governador.

Não nos cabe, hoje, Senhores Deputados, mudar o que a maioria já decidiu, a respeito do valor das operações, dos contratos a serem firmados pelo Estado do Paraná, na conquista de recursos externos para manter a construção da Usina de Salto Segredo.

Parece-me que o deputado Líder do PT, disse que haveria alteração em toda a Lei que foi anteriormente aprovada. Eu não acredito, porque a nossa Emenda, exatamente visa corrigir este detalhe. Vejam os Senhores Deputados que acrescentamos apenas o Artigo 2º, estabelecendo que o Poder Executivo enviará à Assembléia Legislativa, antecipadamente, comunicação descrevendo o valor da operação, e a discriminação das obras e atividades, e onde serão aplicados os recursos obtidos através de financiamento externo, objeto de autorização da presente Lei, bem como as condições estabelecidas pelo contrato.

Os Senhores Deputados notem que através desta Emenda não se está alterando a autorização que o Governador do Estado tem de realizar referidos contratos de financiamento, uma vez que quando o Estado não pode pagar as suas dívidas, o melhor caminho é fazer composição e prolongar os seus pagamentos. A única coisa que nós pedimos, Senhores deputados, é que esta Casa, estes Deputados, sejam comunicados, antecipadamente, e nenhuma alteração mais profunda sobre o Projeto de Lei, quanto à sua forma original, encaminhada pelo Poder Executivo.

É uma forma de valorizar este Plenário, é uma forma de valorizar este poder, que é o órgão que fiscaliza os atos e as

ações do Governo do Estado. Era isso, nós pedimos a todos os Deputados que compõem este Poder, que aprove a referida Emenda, uma vez que teremos a certeza que ela vai ser muito bem aplicada no texto da nova Lei a ser aprovada por este Plenário.

Era isto, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Continua em Discussão o Projeto de Lei 226/87.

Encerrada a discussão. Em Votação.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Para Encaminhar)

O SR. NESTOR BAPTISTA - (Pela Ordem) Senhor Presidente, nós apenas votaríamos o Projeto, ressalvada a Emenda?

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) O Projeto ressaltando-se a Emenda.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Com a palavra o Senhor Basílio Zanusso, para encaminhar.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Para Encaminhar) Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Sobre este projeto nós tivemos a oportunidade de manifestarmos quando o mesmo foi apreciado, pelo Plenário desta casa, em 1.ª Discussão. Os argumentos do Deputado Pedro Tonelli, que não divergem muito dos meus, e que devem ser desta Casa como um todo, é o fato nuclear, principal, da falta de informações do Governo do Estado para com a Assembléia Legislativa.

Como é uma administração transparente como nós ouvimos há pouco da tribuna - clara e nítida, é preciso que essa mesma administração transparente diga pelo menos para nós Deputados, pelo menos para nós desta Casa, qual a intenção do Governo, ou a necessidade de US\$ 700 milhões de dólares - e destes, quantos milhões serão aplicados em investimentos, e quantos milhões de dólares serão aplicados no pagamento de rolagem de dívida, dos serviços da dívida da COPEL.

Senhor Presidente, a Lei n° 8.470 que autorizou em março, o Senhor Governador e o Governo do Estado a assumir a responsabilidade de US\$ 700 milhões de dólares, a mensagem do Senhor Governador João Elísio Ferraz de Campos dizia na Justificativa da sua mensagem que as operações financeiras em questão - quando pediu US\$ 700 milhões de dólares - que deverão ser contratados pela COPEL junto a instituições nacionais e internacionais de crédito, e que, se destinariam de sua parcela substancial, cerca de 85%, equivalendo aproximadamente

US\$ 600 milhões de dólares, ao financiamento da construção da usina de Salto Segredo. Repito: US\$ 600 milhões de dólares!

Lá na frente dizia o Senhor Governador do Estado que a parcela complementar das operações de crédito a serem garantidas, cerca de 15%, atingindo a importância equivalente aproximadamente a US\$ 100 milhões de dólares, destinar-se-iam a possibilitar o prosseguimento da execução - vejam bem - execução de importantes programas de investimentos da COPEL, notadamente e relativamente à eletrificação rural, que tem se constituído no grande destaque do esforço da concessionária. E discorre, e continua a discorrer argumentando a necessidade da autorização, em março.

Pois bem, Senhor Presidente e Senhores Deputados:

Votada a Mensagem do então Governador, que resultou na Lei nº 8.470, de março de 1987, vem agora, alguns meses depois, o Governador Álvaro Dias e traz uma mensagem que não fala em número algum!

Senhores Deputados de situação é isto que nós os Deputados da Oposição queremos saber, não há nenhuma alusão, nenhum número sobre o quanto será investido e quanto será pago, em dívida.

Portanto, esperamos que o Governo do Estado, através de suas Lideranças, esclareça a esta Casa, aos Senhores Deputados, pelo menos o que será feito de US\$ 700 milhões de dólares!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Em discussão. Em votação.

O SR. RAFAEL GRECA (Para encaminhar a votação).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Senhor Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

A Emenda do nobre Deputado Valderi Mendes Vilela de uma certa forma devolve a esta Assembléia as prerrogativas que lhe concede a Constituição do Estado ainda em vigor, ou seja, autorizar mediante prévio conhecimento, empréstimos, operações e acordos externos, de qualquer natureza.

Esta Liderança não tem, de maneira nenhuma, o propósito de atrapalhar a possibilidade de canalização de recursos externos para o Paraná, antes pelo contrário, seria extremamente estúpido sermos contrários a busca e a captação de recursos externos para o Paraná. O de que nós precisamos Senhores Deputados da Situação, Senhores Deputados da Oposição, de que nós precisamos é que o Governo a cada ocasião, diga, diga e convenientemente à As-

sembléia, aonde vai aplicar estes recursos. Isto é o correto exercício da atividade Parlamentar; esta é a prática que será recomendado aos Parlamentares, sobretudo aos que são adpetos do dito parlamentarismo, porque não será permitido no parlamentarismo o "dolce far niente", de ficar votando de maneira emocional, no sim e no não ao interesse do Governo ou do não interesse ao Governo, de maneira que seria da Oposição, a idéia de votarmos de acordo com o artigo 21 da Constituição, contrariamente à mensagem do Senhor Governador. No entanto, só por coerência com a Emenda do Deputado Valderi Mendes Vilela, essa Liderança votará favoravelmente nesta discussão, e se o Governo rejeitar a Emenda do deputado Valderi Mendes Vilela, nós tornaremos a votar contrariamente a essa matéria, aliás uma matéria que só vem modificada e que vem à discussão novamente 7 meses depois de aprovada pela maioria dos Deputados da Assembléia. De maneira que nunca é em demasia, não no interesse partidário, mas no interesse paranista, apelarmos aos Senhores Deputados que pensem naquilo que estão votando e caso a emenda do deputado Valderi Mendes Vilela hoje seja rejeitada, amanhã tornaremos a votar de maneira contrária. Ressalve-se ainda a correção da assessoria do Senhor Presidente da COPEL, que tem tentado estabelecer com as Oposições um diálogo para dar as devidas explicações. Isso nós fazemos também em benefício da lisura da figura do professor Gomide, que é o Presidente da COPEL, o que não nos impede de cobrar do Governo que conte à opinião pública do Paraná o que vai fazer com os US\$ 700 milhões de dólares.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Em votação. Deputados que aprovam permanecem como estão. Aprovado.

Em votação a Emenda.

Pela Ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, pelo não endividamento do nosso Estado, endividamento indevido, e pela transparência do nosso Estado, eu queria registrar o meu voto contrário a esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta presidência defere e fará constar o seu voto contrário ao Projeto.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - A Bancada da Frente Liberal também vota contrária a esse Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - A Pre-

sidência defere e fará constar o voto contrário também da Bancada da Frente Liberal.

Em votação a Emenda.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Pela Ordem, concedo a palavra ao Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Apesar de já se tratar de matéria vencida Senhor Presidente, quer me parecer que nós não temos ainda o voto de Liderança, motivo pelo qual não se pode constar nos Anais da Casa que a Bancada do Partido Liberal votou contrariamente ao projeto, a não ser que a partir de hoje seja instituído o voto de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta presidência registrou o voto contrário do Deputado Basílio Zanusso.

Em votação a Emenda do Deputado Valderi Mendes Vilela.

O SR. RAFAEL GRECA (Pela Ordem) - Senhor Presidente... A Bancada da Oposição, mais especificamente a Bancada do Partido da Frente Liberal encontra-se sem som e o Deputado Basílio Zanusso, ainda antes do encaminhamento da votação da Emenda, precisa falar alguma coisa à Mesa, eu vou ceder a ele o microfone.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - ...Muito Obrigado (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Com os agradecimentos ao ilustre Deputado Rafael Greca, que intervém. No entanto, é tradicional nesta Casa, Senhor Presidente, que é o Líder da Bancada se levante e por solicitação de seus companheiros de Bancada, manifeste o voto, o desejo, a vontade, dos integrantes da Bancada. Lamentavelmente hoje o Deputado Nestor Baptista, que tem andado sempre distante desta Casa, quer inovar o costume que para nós já é lei.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Em votação a Emenda. Deputados que aprovam a Emenda, queiram levantar-se. Deputados que rejeitam a Emenda, queiram levantar-se. Rejeitada a Emenda.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente. Eu gostaria de registrar o meu voto favorável à Emenda e gostaria que se registrasse também que não é a primeira vez que atitudes mal educadas de Parlamentares nesta casa interrompem o som porque não querem ouvir a verdade das Oposições nesta Casa. Está aqui a prova, porque não tínhamos som.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Senhor

Presidente.

O nobre Deputado Pedro Tonelli, que sempre teve o nosso respeito, diz "Deputados mal educados" com referência ao som. Só que ele está chamando todos de mal educados. E eu, como não me considero mal educado, gostaria que ele citasse o nome de alguém que mexeu no seu som, porque não cabe este tratamento àqueles que sempre o tratam com respeito.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência irá verificar se houve defeito em seu som, e isto será corrigido.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

De fato, nós constatamos, agora, eu acredito, que o Deputado Pedro Tonelli, foi infeliz em fazer esta acusação.

Eu acredito que até pode ser a revelia de algumas pessoas que estiveram por aqui, ou alguma criança. Não acredito que um parlamentar viesse aqui provocar isolamento no som. É necessário que se faça, antes das sessões, verificação no som, porque realmente já houve problema num outro aparelho aqui, e então, temos dificuldade em nos pronunciar.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Eu só queria registrar que não é a primeira vez; é a terceira vez. E da próxima vez, eu vou atender ao Deputado Nilton Barbosa. Vou citar o nome, e vou denunciar.

O SR. SABINO CAMPOS (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Não posso admitir que o Líder dele mesmo, Líder do PT, Deputado Pedro Tonelli, fique acusando os Deputados, quando é que o Deputado tem acesso ao centro de controle, lá em cima, para cortar o som? Ele que venha acusar os responsáveis pelo som, e não os Deputados, porque o som é manipulado lá em cima, e não aqui embaixo. Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Continua em votação.

O SR. VALDERI MENDES VILELA (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Senhor Presidente. Gostaria de registrar à esta Casa que lamento profundamente a atitude tomada pelo Partido do PMDB, majoritário nessa Casa, na rejeição da nossa emenda, uma vez que ela em nada modificava o Projeto original, de Sua Excelência o Governador do Estado. Só que eu gostaria que se registrasse isso, porque a nossa emenda apenas determinava que se comunicasse a esta Casa, nobre Líder do Go-

verno, que se comunicassem apenas as operações que o Governador ia fazer.

Vossa Excelência sabe, e também gostaria de registrá-lo, nobre Deputado, que no 1º dia em que assumi a tribuna nesta Casa, eu disse que eu iria fazer uma oposição construtiva neste Parlamento. E esta minha Emenda, eu lamento que ela seja rejeitada apenas pelo Partido majoritário, mas aceito o resultado, porque eu também considero-me um democrata, e sei respeitar a vontade do PMDB nesta Casa que é a de esconder os atos do Senhor Governador, Álvaro Dias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio).

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 252/87, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 94/87), encaminhando Orçamento-Programa para o exercício de 1988. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Orçamento com a adoção de um Substitutivo Geral. Em votação.

O SR. PEDRO TONELLI - Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Para discutir, concedo a palavra ao Senhor Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, primeiramente indago a Vossa Excelência, quantos minutos dispomos para discutir o orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Dez minutos.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados:
Estamos apreciando hoje o orçamento estadual.

Certamente é uma matéria de importância fundamental para toda a coletividade paranaense, pois, o orçamento sempre retrata o tipo de governo de que nós dispomos.

O Plano de Governo que nós estamos votando é realmente o Plano de Governo futuro, já que estamos aprovando o orçamento para o ano de 1988. Então, certamente deve estar contemplado, neste plano, aquilo que nós prevemos como as necessidades fundamentais que o Governador terá no ano que vem, no ano de 1988. Nesta primeira discussão deste projeto, hoje, eu queria me referir, simplesmente, sobre o procedimento adotado pela Comissão de Orçamento, especificamente sobre o parecer que foi dado pela Comissão de Orçamento desta casa. A nosso ver, o parecer da Comissão de Orçamento é uma afronta à inteligência dos Parlamentares paranaenses. O substitutivo

apresentado por esta Comissão, além de afrontar a inteligência, constitui uma manobra primária e descarada para que não fossem apreciadas as emendas apresentadas pelos Parlamentares que compõem esta Casa de Leis. A Comissão de Orçamento opinou pela inconstitucionalidade das emendas de nº 001 a 785, baseada no artigo 35 da Constituição Estadual. A atual dispõe o seguinte: "Não será objeto de deliberação a emenda que dispõe aumento de despesa global, ou cada órgão, fundo, programa ou projeto, ou que viesse modificar-lhe o montante e a natureza ou o objetivo". Porém, estranhamente, a Comissão dá parecer favorável à aprovação da emenda de nº 786 e de nº 796, que também são flagrantemente inconstitucionais. A primeira a de nº 786, porque ela modifica a natureza e o montante e o seu objetivo, transferindo recursos da Secretaria de Estado do Trabalho, da ordem do Cz\$ 81 milhões, para a Assembléia Legislativa fazer proselitismo, e para os Deputados, certamente, fazerem campanha eleitoral no ano de 1988.

A segunda emenda, de nº 796, também é inconstitucional pelas mesmas razões, porque aumenta, injustificavelmente, as despesas da Assembléia. Porque será, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que estas duas emendas foram consideradas constitucionais e as outras inconstitucionais?

Quanto ao substitutivo apresentado pela comissão, para nós ele é uma verdadeira aberração. A Comissão de Orçamento fez um substitutivo apenas para fazer duas alterações no texto do Projeto original, para as quais já havia emenda no mesmo sentido, e para incluir a emenda do 1º Secretário desta Casa, Deputado Aníbal Khury, de nº 797. Além disso, o parecer da Comissão é contraditório, pois ao mesmo tempo que ela reclama da falta de poderes do Legislativo para modificar o orçamento, intervindo na determinação dos objetivos do Executivo, ela diz textualmente: "seria por demais incoerente se nós propusermos a alterar a sua substância".

O Sr. Dirceu Manfrinato - Peço um aparte a Vossa Excelência.

O SR. PEDRO TONELLI - Na sequência lhe concedo aparte. Pasmem, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a Comissão opinou pela rejeição das emendas de número 788 até 795 simplesmente com o frágil argumento de que não encontraram viabilidade para alteração do substancial, apesar, diz a Comissão das brilhantes justificativas entabuladas pelos autores. Em resumo: a postura da Comissão de Orçamento é um desrespeito a este Plenário e, principalmente, aos autores das emendas totalmente

constitucionais. A Comissão, no mínimo, agiu de má fé, amparada na autoritária e antidemocrática Resolução 16/67, adotando, repito, uma manobra primária e descarada para que este Plenário não apreciasse as emendas apresentadas, além do que caracteriza uma atitude subserviente aos autores de emendas constitucionais com o objetivo meramente eleitoreiro e proletoista.

Apelo, finalmente, para o bom senso e para a inteligência dos nobres pares que compõem esta Casa de Leis. O bom senso deveria votar contra o Substitutivo e apreciar as emendas apresetadas, independente do parecer que foi submetido a este Plenário, porque nós temos emendas inconstitucionais, temos emendas reconhecidas pela Comissão como sendo de bom mérito e de necessidade para este Estado, e não podemos admitir que emendas inconstitucionais façam parte de um Substitutivo de iniciativa desta Comissão.

Concedo aparte ao Deputado, colega, Dirceu Manfrinato.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Eu, a princípio, gostaria de parabenizar quem escreveu esse discurso para Vossa Excelência. Eu entendo pelo menos as informações e a ficha cadastral de Vossa Excelência neste Poder Legislativo, eu não o conheço como empresário. Vossa Excelência discute os projetos, como o da COPEL, que agora há pouco Vossa Excelência encaminhou, aliás, uma companhia invejável no País, através de sua tecnologia e de sua administração. E eu lamento que Vossa Excelência não tenha uma visão ampla do que seria administrar. Eu acho que Vossa Excelência veio de onde eu vim, se discutirmos aqui em termos de cultura e até mesmo agricultura, nós teríamos como base e exemplo aquilo que conhecemos, ilustre Deputado. Então, eu noto que as pessoas que escrevem para Vossa Excelência, lhe põem até em certas dificuldades quando Vossa Excelência ocupa a tribuna. E eu me preocupo e gostaria de alertar Vossa Excelência que pode até confundir etc e etc com etec etec...

Vossa Excelência fala sobre as emendas. Eu acho que a pessoa ou o responsável pelos seus discursos deveria aprimorar Vossa Excelência, e deixá-lo mais atento ao Regimento Interno deste Poder Legislativo e até mesmo quanto à Constituição Estadual.

Talvez Vossa Excelência não saiba que nós, legisladores, não temos por Lei o direito de mexer com emendas quando se trata de matéria financeira.

Seria muito cômodo, ilustre Deputado, se encaminhássemos as emendas ao Orçamento do Estado pedindo verbas para todas as entidades do Paraná, uma vez de que eu estaria mentindo a mim mesmo e estaria usando

de demagogia, porque eu sei que isso é humanamente impossível e regimentalmente pela Constituição eu não teria esse direito, como nenhum dos Parlamentares tem esse direito.

E é por isso às vezes que a classe política passa a perder um pouco de credibilidade que ainda existe, quando as instituições de caridade recebem ofícios de alguns Deputados dizendo que colocaram a emenda no bojo do Orçamento do Estado destinando verbas para entidades sociais. E aí ficam ilustre Deputado Pedro Tonelli, as entidades do Interior, e até mesmo da Capital, esperando, aguardando com ansiedade uma coisa que não é real e que não é uma verdade.

Então, eu entendo que seria muito mais importante por parte de Vossa Excelência defender aqui os interesses da sua região e até mesmo do seu Estado, na figura do ilustre Deputado Pedro Tonelli, aquele que saiu lá do campo e que veio até uma Assembleia Legislativa do Paraná, pelo menos eu entendo que é obrigação nossa de defender as causas justas da nossa população e do nosso Estado.

Talvez Vossa Excelência esteja sendo lapidado, como a "Rede Globo" lapidou a "Roberta Close", que depois sumiu do cenário das televisões. Eu acho e quero admirar Vossa Excelência na maneira sua de ser, e dessas formas programadas de querer desestabilizar.

Deputado Rafael Greca, eu aguardo Vossa Excelência passar a mensagem. Eu estou no aparte, mas eu lhe cedo o tempo necessário. Pode passar a mensagem, eu aguardo. Será que Vossa Excelência também...

O SR. PEDRO TONELLI - Eu solicito concluir o seu aparte, nobre Deputado.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Então se viu. Ele quis passar a Vossa Excelência uma outra mensagem.

O SR. PEDRO TONELLI - Vossa Excelência tem um minuto para concluir o seu aparte.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Muito obrigado pelo aparte que Vossa Excelência oferece a este ilustre Parlamentar.

Então, Vossa Excelência saiba, ilustre Deputado, que essas críticas que Vossa Excelência faz, de que nos queremos utilizar dinheiro deste Orçamento para a campanha, eu quero dizer a Vossa Excelência que nem eu - e espero que outros Parlamentares -, e acredito temos necessidade disso. O dinheiro do Orçamento do Estado será revertido em benefício do Estado e do povo do Paraná. Estes não são recursos como o dinheiro de assistência social que Vossa Ex-

celência tem, que fala das crianças dos sem-terras que estão passando fome, que não têm leite, mas Vossa Excelência não deu sequer uma cadeira de rodas a nenhuma das pessoas que merecem aqui no Paraná, e Vossa Excelência nem sequer comprou a receita médica para atender um indigente, quando Vossa Excelência tem a sua verba.

Agora, gostaria então que Vossa Excelência, quando tanto fala, por que Vossa Excelência, se não quiser repassar a sua verba, dê a este Dirceu Manfrinato que eu vou repassar ao Lar dos Velhinhos e ao Hospital de Câncer Erasto Gaertner aqui em Curitiba. E Vossa Excelência não pode criticar quando Vossa Excelência não pratica um ato de grandeza e um ato social.

Muito obrigado.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Eu não gostaria de entrar nas questões periféricas que já são hábitos conhecidos nesta Casa, não só do Deputado Dirceu Manfrinato, mas ele tem se destacado em não dar importância ao mérito do que está em discussão, mas se preocupa com a periferia do problema.

Primeiro, eu gostaria de dizer o seguinte: nós, Parlamentares, não estamos aqui para legislar em cima de Cz\$ 50 mil cruzados, da esmola da assistência social. Eu me considero um Parlamentar que está aqui para legislar em cima de Cz\$ 200 e tantos bilhões de cruzados, que é o dinheiro público da administração direta deste Estado.

Em segundo lugar, eu gostaria de dizer ao nobre colega Dirceu Manfrinato, quando disse Vossa Excelência na discussão ora em pauta, em que ele afirmava que nós não temos direito em mexer em matéria financeira. Como é que o Deputado Antônio Annibelli pode propor uma emenda tirando Cz\$ 81 milhões da Secretaria do Trabalho e esta emenda não é inconstitucional! Como é que se aprova o aumento da receita da Assembleia Legislativa em Cz\$ 588 milhões? Isso não é matéria financeira, ou será que é porque a iniciativa é do Presidente e do 1º Secretário da Casa, que tem os privilégios nesta Casa? Isso é de se perguntar, colega Dirceu Manfrinato!

E digo mais. Quanto aos discursos escritos a que Vossa Excelência fez menção, a minha assessoria trabalha, é inteligente e Vossa Excelência pode escolher alguém que escreva o melhor discurso que Sua Excelência sabe fazer. Escolha. O discurso desse parlamentar ou de toda a minha assessoria, certamente terá muito maior proveito do que as afirmações de Vossa Excelência nesta Casa.

Concedo aparte ao Deputado José Felinto.

O Sr. José Felinto - Eu lamento que Vossa Excelência desrespeite a Mesa Executiva desta Casa, da qual Vossa Excelência faz parte. E também causa surpresa a este Deputado quando Vossa Excelência acha que a verba da assistência social é uma esmola, quando nesse ato Vossa Excelência reivindica, quem sabe um aumento significativo. Agora, Deputado Pedro Tonelli, no Paraná instalou-se uma nova maneira de governar. O dinheiro do Paraná é gasto em obras sociais, não como o Prefeito, até há pouco o único Prefeito do Partido de Vossa Excelência, da cidade de Diadema que está respondendo o processo de corrupção. Aliás, de Diadema saiu o Senhor Amir Caim, que veio para Curitiba, participando do setor de corrupção.

Vossa Excelência vem a esta Casa dizer que é para gastar em campanha política. Há uma desinformação de Vossa Excelência. E Vossa Excelência precisaria se informar melhor sobre o governo do Paraná.

Obrigado.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu queria dizer ao Deputado José Felinto que eu conheço o Governo do Paraná talvez igual ou mais que todos nesta Casa. Tanto que eu conheço que nós questionamos, hoje, o Governo do Estado do Paraná, que se nega, através da sua representação nesta Casa, a dar transparência à destinação de US\$ 700 milhões de dólares que nós aprovamos anteriormente. É esse o Governo do Paraná! Não admito ter a mesma inveja que o Deputado Dirceu Manfrinato tem e que representa o Governo do Estado do Paraná, ter inveja da COPEL, uma entidade que precisa buscar dinheiro lá fora para reescalonar e pagar suas contas! Esse Governo do Estado do Paraná eu conheço e não o admiro.

O Sr. José Felinto - Tem o plurianual, tem também o orçamento. Vossa Excelência não leu.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu li e é com base nele que eu estou fazendo referências e é com base nele que estou colocando em discussão a prática política, nesta sessão de hoje, em que nós analisamos a partir da nossa Casa. Baseei-me no parecer da Comissão, que alega inconstitucionalidade em algumas emendas e nas outras não, quando tem uma mesma fundamentação.

O Sr. Rafael Greca - Vossa Excelência me concede um aparte?

Deputado Pedro Tonelli, a sua abordagem a propósito da Lei de meios do Estado, a par de nós não concordarmos integralmente com ela, porque em alguns aspectos a emenda do Senhor Presidente com relação ao aumento de recursos destinados à promoção

humana e à solidariedade humana dentro desta Casa, ela é uma discussão sadia e saudável e nós concordamos com Sua Excelência, em muito do que expôs. Não com relação às observações da emenda do Senhor Presidente ou das emendas que estão em discussão, mas com relação ao resgate das prerrogativas do Poder Legislativo.

Isso, realmente, é muito sério. Porque, o Poder Legislativo forte, que existe a cobrança da transparência dos atos do Governo, ele dá a verdadeira dimensão de um Governo sério. Por outro lado, estarreci-me ver o Deputado José Felinto cobrar de Vossa Excelência o que não lhe é de direito, nem de dever, por mandato parlamentar, a coerência com relação ao Prefeito da cidade de Diadema. Aliás o Prefeito Roberto Requião, quando o Senhor José Felinto fazia parte da sua Bancada, andou carregado num andor, aqui em Curitiba, como se fosse supra-sumo das autoridades em matéria de administração pública. Eu assisti a essa pusilânime procissão e vi, entre os que carregavam este andor, o Senhor José Felinto.

Então, para a história, precisava registrar isto!

O Sr. José Felinto - Eu acho que Vossa Excelência está equivocado. Vossa Excelência deveria ter dito Jayme Lerner e confundiu com este Deputado...

O SR. PEDRO TONELLI - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência. E, sinceramente, nós gostaríamos, a bem da moralidade, a bem da transparência, a bem da igualdade e a bem do bom senso, de ver aprovado o projeto original e as suas emendas apreciadas, todas, passando por cima da atitude sectária, discriminatória da Comissão que apreciou esse projeto de Orçamento palaciano que, certamente, retrata muito bem as intenções governamentais para 1988.

E, para concluir, eu gostaria de dizer para que não parem dúvidas, sobre a referência sobre a administração da Prefeitura de Diadema, primeira Prefeitura que os trabalhadores estão administrando neste Brasil gostaria de dizer que o que está acontecendo em Diadema é uma reprodução do que está acontecendo no Brasil todo. Lá em Diadema...

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Pela ordem concedo a palavra ao deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Conforme determina o Regimento Interno, o orador que estiver na tribuna não poderá fugir do as-

sunto específico à matéria.

O SR. PEDRO TONELLI - Quem fugiu foi Vossa Excelência.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Eu aparteei Vossa Excelência. Não estava na tribuna. Eu solicito à Presidência que peça ao orador que se atenha à matéria que estamos discutindo, que é o Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Eu solicito ao Senhor que prossiga o seu pronunciamento.

O SR. PEDRO TONELLI - Muito obrigado, Senhor Presidente. Eu gostaria de dizer que a primeira Prefeitura do Partido dos Trabalhadores, de Diadema vem sofrendo... (vozes acumuladas) aquilo que o Brasil inteiro vem sofrendo. Pois lá, quem persegue a Prefeitura de Diadema, é o PMDB.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Pela Ordem, com a palavra o Senhor Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - O Orçamento que se discute é o do Estado do Paraná. Nada tem a ver com a Prefeitura de Diadema.

Eu solicito e insisto que Vossa Excelência peça a colaboração do ilustre Deputado - uma vez que ele desconhece o nosso Regimento Interno e mesmo a Constituição Estadual -, para que não fuja do Regimento Interno. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Ao Deputado que não tem coração, pedimos que se atenha ao Projeto.

O SR. PEDRO TONELLI - Muito obrigado. Quem levou a discussão para Diadema foi a sua Bancada. Por isso nós não podemos... Nós temos que comparar o Orçamento do Estado do Paraná com o Orçamento petista de Diadema que vem veementemente sendo perseguido pelo governo do PMDB que, da mesma forma que aqui no Paraná, ... (vozes acumuladas) persegue aqueles que não aceitam o alfabeto...

O Sr. José Felinto (Pela Ordem).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Concedo, Pela Ordem, a palavra ao Senhor Deputado José Felinto.

O SR. JOSÉ FELINTO - Eu só queria lembrar o Plenário e o orador dessa Tribuna, que ele está confundindo o Deputado Dirceu

Manfrinato com o Deputado José Felinto, e que em Diadema a Prefeitura poderá vir a ter interventor e daqui há pouco ele estará em Fortaleza, falando, quem sabe, da estrela maior do PT - que é a Maria Luiza, que saiu do PT, não aguentou o PT, e que acabou com Fortaleza, porque a deixou administrar, pelos militantes do Partido do nobre Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Continua com a palavra o Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, em nome do interesse público do povo do Paraná, gostaríamos sinceramente de apreciar todas as propostas de todos os Parlamentares que compõem esta Casa de Leis. Vamos discutir o mérito de todas e vamos votar. O que a maioria decidir, considera-se aprovado. É isso que nós queremos. Nós não queremos que o AI-5 volte a operar também nessa Casa e escolha os seus preferidos para que as suas iniciativas...

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. PEDRO TONELLI - Muito obrigado Senhor Presidente, muito obrigado Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Para discutir, concedo a palavra ao Senhor Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Está em votação, em discussão, a Lei de meios do Estado do Paraná, com relação ao exercício de 1988. Este Projeto de Lei, que tem o número 252/87, traz à discussão desta Casa a a previsão orçamentária de Cz\$ 202 bilhões, 766 milhões, 594 mil cruzados, sendo que aplicar-se-ão em despesas correntes. Isto é, para a manutenção da máquina do Estado e para os serviços em geral, Cz\$ 88 bilhões, 17 milhões, 789 mil cruzados. Isto é, 43,4% do Orçamento do Estado. E aplicar-se-ão para despesas de capital, isto é, para investimentos de Governo Cz\$ 101 bilhões, 645 milhões, 963 mil cruzados, isto é, 50,1% do orçamento do Estado. Há ainda, uma reserva de contingência de Cz\$ 13 bilhões, 102 milhões, 842 mil cruzados isto é, 6,5% do orçamento do Estado. Quanto a sua apresentação, a sua apresentação técnica, é claro que a Lei Orçamentária vem respaldada pela eficiência da Secretaria de Planejamento do Estado e pelo seu serviço civil, pelo seu brilhante corpo funcional, e mesmo pela figura correta do Secretário de Planejamento do Paraná, que é o meu Professor Francisco de

Borja de Magalhães. No entanto, a correção técnica da apresentação da Lei Orçamentária, não nos impede, ~~pois~~ ^{pois} que somos Deputados, e Deputados de Oposição, de fazer alguns questionamentos. Alguns questionamentos que precisam ficar para a história e que precisam nortear esta Assembléia e até prepará-la para os tempos novos, ditos de Parlamentarismo. Porque não é assim que se vai governar o Paraná, pelo sistema de gabinetes. Não será assim, pela aceitação passiva de todos os números que se nos proponham, que se vai governar o Paraná pelo Sistema dos Gabinetes.

Então há que se perguntar: primeiro, por que se dar 0,45% do orçamento do Estado, para a Assembléia? Por que vai se dar ao Tribunal de Contas, 0,37% do orçamento do Estado? Por que vai se dar para o Tribunal de Justiça 0,48% do orçamento do Estado? Por que se dará ao Tribunal de Alçada 0,08% do orçamento do Estado? Por que se dará para a chefia do Poder Executivo, ou seja para manipulação direta da chefia do Governo, 6,75% do orçamento do Estado, ou seja, a cifra de quase Cz\$14 bilhões de cruzados? Por que se dará para a Procuradoria da Justiça 0,29%? Ou para a Procuradoria Geral do Estado, 0,09% ou para a Secretaria de Planejamento 0,28%? E para agenciamento do recurso sobre a supervisão da Seplan, Cz\$ 22 bilhões, 877 milhões, 381 mil cruzados, que somados à reserva técnica de Cz\$ 13 bilhões, 102 milhões, 842 mil cruzados, dão um cheque em branco bastante substancial, que esta Assembléia está passando ao Poder Executivo.

E se preocupa o Deputado Pedro Tonelli a emenda do nosso Presidente, nunca mais deveria preocupar a todos nós esta viabilidade, esta margem que nós estamos dando ao Governador.

Eu, sinceramente, espero, tendo em vista o choro da independência, que tome para si o Congresso Nacional, que a nossa Assembléia transformada em Congresso Estadual Constituinte também avoque para si a possibilidade de atender os anseios do povo dando menos margem ao Governante, ou seja ao Executivo de dispor do dinheiro público.

Por enquanto é o que temos. Devemos mais ou menos nos curvar, ou devemos mais ou menos nos conformar diante da convivência com uma maioria que vota em uníssono com o Palácio Iguagu, mas que deve ser alertado, até por dever de companheirismo, que nem sempre o que é bom para o Palácio do Governo, é bom para o Paraná.

E vamos mais, vamos aos números. Aos números da Comunicação Social. São Cz\$ 101 milhões de cruzados para telecomunicações. Outros Cz\$ 101 milhões de cruzados para gastos com rádiodifusão. Não quer dizer que não deva o Governo do Estado usar da

mídia técnica e de chegar à população através dos meios modernos de comunicação social. O que precisa é o Governo do Estado priorizar estes gastos com comunicação social no sentido de atender a real educação do povo, no sentido de divulgar o programa de Governo, no sentido de forçar na cabeça do povo a compreensão dos elevados problemas do Paraná que pedem solução. Por exemplo, o Parque Nacional do Iguaçu não mereceu da comunicação social do Palácio Iguaçu um segundo da sua preciosa mídia. Aliás, talvez eu minta. Havia um inserte do Jornal Nacional da TV Globo, disputado pelo Palácio Iguaçu e a Fiat, naqueles números que saem antes do noticiário, quando aparecia uma pequena imagem das Cataratas do Iguaçu confundida com imagens do Governador Álvaro Dias, o que levou o Paraná a fazer blague com o Senhor Governador concorrendo para o volume de água das Cataratas. Talvez pela rede de esgoto do Palácio com o Rio Belém e por extensão com o Rio Iguaçu, que nasce onde nós nascemos, gostaríamos de ver a Comunicação Social do Palácio efetivamente gastando o seu tempo para a educação da população.

Isto porque nós vamos ter para o ano que vem Senhores Deputados, 100 mil segundos de chamadas em horário nobre - três mil 334 chamadas de 30 segundos em 365 dias.

O que é um equivalente de 9,7 quase 10 chamadas por dia, em horário nobre, a preços de horário nobre, no mercado de hoje da mídia técnica, aqui em Curitiba. E não estão computadas as mídias técnicas das estatais, tipo BANESE, SANEPAR e COPEL. E nós vamos ter igual mídia técnica de 100 mil segundos, para uso da Governadoria nas rádios do Estado.

Tem o nobre Deputado Erondy Silvério, o aparte que me solicitou.

O Sr. Erondy Silvério - Muito obrigado a Vossa Excelência. Eu não chegaria ao cúmulo e à heresia do nobre Deputado Paulino José Delazeri, quando qualifica um Deputado brilhante, como Vossa Excelência, culto, sincero, honesto e de grande espírito público, como hipócrita, não chegaria a essa heresia.

Mas, Vossa Excelência está discutindo uma Carta de Intenções, da qual nós somos culpados da sua implantação no País. Eu digo nós, porque eu pertencia ao antigo PDS, depois a Arena e depois ao PDS. Vossa Excelência entrou na política e abrigou-se sob a legenda do PDS, sucedâneo da Arena.

E o Poder Legislativo, teve amputado pelos Governos da Revolução, apoiado pelo nosso Partido, todas as suas prerrogativas. Então, não adianta Vossa Excelência discutir minúcias da Proposta Orçamentária, Vossa Excelência sabe disso!

Vossa Excelência sabe que os Governos

dos Estados e o próprio Governo da União, têm um imenso leque de opções na Proposta Orçamentária. Vê Vossa Excelência que, quando ele consigna uma Proposta Orçamentária, a pavimentação de uma rodovia, ele coloca sempre a alternativa, e/ou outras. É o caso da Mensagem nº 78/87, que nós aprovamos hoje, onde nós abrimos ao Governo do Estado, ou à COPEL, propriamente dita, o mesmo leque dos US\$ 700 milhões de dólares. Este Poder Legislativo só poderá discutir com propriedade a Proposta Orçamentária do Estado e também eu não comungo com as baboseiras, me perdoe a expressão, que falou o nobre Deputado Pedro Tonelli na sua análise da Proposta Orçamentária. Nós só podemos discutir esta Proposta, com propriedade, sob a égide de uma nova Constituição, onde seja dado ao Poder Legislativo o direito, não da apreciação da Proposta Orçamentária, da análise de uma Proposta que fixa a despesa e estima a receita, mas onde nós tenhamos a prerrogativa de acompanhar a execução orçamentária. Isto é o importante para o Poder Legislativo!

E, Vossa Excelência disse, em aparte ao Deputado Pedro Tonelli, que a emenda do Presidente da Casa resgatava parcialmente a prerrogativa do Poder. Mas isso é muito pouco, nobre Deputado!

Hoje, nós estamos aqui ganhando muito bem para votar títulos de cidadão honorário, votos de pesar, leis de Utilidade Pública e louvaminhas aos homens do Poder. Este Legislativo não cumpre o seu papel perante a comunidade, até o instante em que a nova Constituição devolver ao Poder Legislativo as prerrogativas, para que possamos acompanhar a Proposta Orçamentária. Cada obra acompanhada, desde a licitação até a prestação final de contas, esta é a função do Poder Legislativo, o resto, meu caro Deputado, é o resto. Não adianta Vossa Excelência, com o brilhantismo da inteligência que Deus lhe deu, compulsar números, porque isso não adianta nada!

O SR. RAFAEL GRECA - Nobre Deputado Erondy Silvério, primeiro, respondendo ao seu aparte, que eu sempre tomo como uma homenagem, e muitas vezes, da generosidade de Vossa Excelência recebo os elogios, elogios que não me qualificam, a propósito da coerência ideológica que me cobra, de haver ingressado na política pelo PDS. É preciso que ainda uma vez esclareça a este Plenário que deixei o PDS em 1984, no mês de janeiro, exatamente quando se fez o primeiro grito da idéia das diretas para Presidente da República, e que entrei no PDS, animado, primeiro, pela brilhante gestão do Senhor Prefeito Jayme Lerner aqui na

Cidade...

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, com todo o respeito que nutro ao Deputado que se encontra na tribuna, porém Sua Excelência está fugindo totalmente da matéria, para discutir problemas de siglas partidárias. Acho que o nobre Deputado deveria ater-se a discutir o problema orçamentário.

O SR. VALDERI MENDES VILELA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, nós entendemos a defesa do nosso Líder Deputado Rafael Greca, a análise que Sua Excelência faz com relação à sua passagem, à sua posição política, no Partido Social Democrático. Naturalmente ele deseja chegar à conclusão do seu raciocínio, defendendo, criticando e propondo medidas necessárias que deverão ser incluídas no Orçamento de 1988. Por isso não há impedimento regimental algum nesta Casa que proíba o Parlamentar de pensar um pouco mais adiante sobre o assunto, a fim de chegar a uma definição, a uma análise final, fruto do seu raciocínio.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, acho que todos ouvimos atentamente quando o eminente Parlamentar, Deputado Erondy Silvério, aparteava o Deputado que se encontra na tribuna, quando ele citava o pronunciamento do Deputado Paulino José Delazeri por ocasião do Horário do PMDB. Por essa razão, nós solicitamos a palavra Pela Ordem, para dizer que o Deputado Rafael Greca estaria fugindo completamente da matéria e isso não é regimental!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência solicita ao nobre Deputado que se encontra na tribuna que se atenha à matéria em discussão.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, eu não aceito que se tente me impor o garrote e a mordida que se impôs por exemplo, ao Deputado Algaci Túlio no seu programa de rádio, mesmo porque esta tribuna me foi concedida pelo voto popular, legitimamente!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - A Mesa, com base no Artigo 25, Inciso 7º que diz:

"Interromper o orador que se desviar da questão, falar contra o vencido, faltar à consideração aos Poderes constituídos, advertindo-o, chamando-o à ordem e lhe retirando a palavra", solicita então baseado no Regimento Interno, que o Deputado que se encontra na tribuna atenha-se à matéria em discussão.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Acho que nem haveria necessidade de Vossa Excelência alertar o ilustre e culto Deputado Rafael Greca, uma vez que estaria havendo uma mistura no episódio, mistura de Poder Legislativo com rádio, algo que não teria nada a ver, o que procede é a matéria que está tramitando neste Poder Legislativo, matéria que eu entendo, é do maior interesse ao povo do Paraná.

Fala-se em AI-5; AI-5 faz parte da trajetória política do Deputado Rafael Greca.

Muito obrigado.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, peço que me seja assegurada a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Com a palavra, o orador que se encontra na tribuna.

O Sr. Algaci Túlio - Vossa Excelência concede um aparte? (Assentimento).

O Sr. Algaci Túlio - Deputado Rafael Greca, não podemos aceitar as verdadeiras aberrações que partem do lado de lá, porque eu entendo que, se o PDS foi tão ruim assim, se a ARENA foi tão ruim como alguns apregoam e no entanto, como é que a Bancada do lado de lá aceitou alguns pedessistas, alguns arenistas e os ajudaram, franqueando-lhes espaços na televisão e jornais, para se elegerem?!

Muito obrigado.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, para que não incorra eu em nenhum crime que obrigue Vossa Excelência à truculência do Artigo 25 do Regimento Interno desta Assembléia, retornei imediatamente aos números, que falam por si só, e aos percentuais da discussão da Lei de Meios, encerrando com uma homenagem ao Deputado Erondy Silvério, a discussão ideológica, porque o que eu fazia era simplesmente o começo de uma sentença, que dizia exatamente, que tentava dizer exatamente o seguinte:

Só não muda, quem não pensa.

Mudamos nós, mas não mudou o Brasil presidido pelo Senhor José Sarney, muito menos mudou o Paraná da atual Bancada presidida nos seus altos desígnios, pelo Governador Álvaro Dias. E dá para provar que não mudou.

Vamos voltar aos números, esses "benditos" números para a Oposição, que falam mais alto:

Por exemplo: vai se gastar com o Cerimonial do Palácio Iguaçu, com a manutenção do Cerimonial do Palácio Iguaçu 1,09 vezes mais do que com o sustento anual da Facul-

dade de Filosofia de Jacarezinho; 1,37 vezes mais do que com o sustento anual da Faculdade de União da Vitória e 1,82 vezes mais do que com o sustento anual da Faculdade de Direito do norte pioneiro, isto porque se vai gastar no cerimonial do Palácio, uma verba de muitos milhões de cruzados. E prossegue ainda a minha observação. A Secretaria de Administração vai ter 2,25% do orçamento do Estado, Cz\$ 4 bilhões, 553 milhões, 307 mil cruzados; a Secretaria de Estado da Fazenda, vai ter Cz\$ 7 bilhões, 457 milhões, 107 mil cruzados, 3,67% do orçamento do Estado, a Secretaria de Agricultura e do Abastecimento, vai ter Cz\$ 8 bilhões, 279 milhões, 817 mil cruzados; a Secretaria da Cultura, esta terá só 0,52% de um orçamento do Estado que agora vem de baixar uma detestável resolução, aliás, é o único do Estado do Brasil a fazer isso, colocando a cobrança de ICM em cima das obras de arte, que são produzidas pelos artistas do Paraná.

O Governo do Paraná depois de se associar a uma campanha de denegrimiento da imagem da Gralha Azul, agora também quer ganhar dinheiro em cima da produção cultural do Estado. Isso não existe em lugar nenhum. E para a cultura do Estado só se designa 0,5% do orçamento. A Secretaria de Desenvolvimento Urbano e de Meio Ambiente vai ganhar 7,8% do orçamento; a Secretaria de Educação 11,05%. Isso nos levaria a pensar que não estaríamos de acordo com a Lei Calmon. No entanto, nas verbas da Governadoria também se abriga uma parte da responsabilidade do ensino Público por esta Secretaria extraordinária de Ensino Superior, que agora está asfixiada pelos pleitos salariais dos professores e funcionários das diversas faculdades e universidades. Aliás, tanto menos poderosos serão os Palácios, quanto mais fortes forem as universidades e tanto mais altivas serão as Assembléias dos representantes do povo, quanto mais melhorar o ensino público gratuito em todos os níveis, porque aí sim nascerá o futuro libertário e generoso que nós todos desejamos. E desculpe-me, Senhor Presidente, se por uns instantes fugi dos números e quase lhe obrigo a aplicar de novo o artigo 25. A Secretaria de Indústria e Comércio vai ter Cz\$ 2,3 bilhões de cruzados, 13% dos recursos destinados para uso do orçamento, se tem que nesta Secretaria far-se-á a locação de verbas, dizem verbas estrangeiras e desinteressadas para construção, felizmente aconteça, da dita Ferrovia da Produção, que seria muito interessante para o Paraná se vier a se materializar; a Secretaria da Justiça, terá em Cz\$ 1 bilhão, 198 milhões, 710 mil cruzados, o equivalente a 0,59% do orçamento do Estado. E

nós começamos aqui a ter a obrigação, nobre Deputado Erondy Silvério, de não repetir a burra unanimidade dos tempos anteriores, de fazer girar o carro da História, sobre pena de ficarmos esmagados sob ele, e perguntar se não deveria ser dedicado à Secretaria de Justiça recurso maior. E de perguntar mais: aonde estão alocados os recursos das verbas do Fundo Penitenciário do Estado, criado por Lei por esta Assembléia. Fundo, aliás, cuja extinção eu estou pedindo em Projeto de Lei, nesta Legislatura, e o Deputado Luiz Alberto Oliveira já pediu em Projeto de Lei apresentado em outra Legislatura. E a Ordem dos Advogados do Brasil, na sua Seção do Paraná, com os seus 15 mil filiados também constantemente fica pedindo.

Este é o Paraná das penitenciárias de muros furados.

O fiasco da semana passada prova isto, com a verdade dos fatos.

E tem o Deputado Algaci Túlio o aparte, com a advertência de que este Paraná das penitenciárias de muros furados, este Paraná do Secretário Anibal Khury, 1º Secretário da Assembléia, seqüestrado e arrastado, em situação de profunda insegurança; este Paraná da imagem da padroeira de Curitiba, Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, de Curitiba, e aqui não vai qualquer alusão, ao apelido carinhoso de "Buda", quase sagrado, que se dá ao Deputado Anibal Khury, mas, antes uma alusão muito carinhosa e filial a Senhora padroeira da cidade que teve roubado do seu colo a imagem do menino Jesus, no governo José Richa, na Catedral de Curitiba, na frente do módulo policial da Praça Tiradentes.

Quer dizer, este Paraná dos inseguros há de ter só 0,5% do orçamento, para que se gaste com justiça e com segurança pública?

Tem o Deputado Algaci Túlio, o aparte.

O Sr. Algaci Túlio - Exatamente, dentro deste assunto, nobre Deputado Rafael Greca, que nós analisamos, que nós estudamos, que nós vimos que Secretaria da Justiça e Secretaria de Segurança são as que menos recursos receberam dentro deste orçamento. E veja bem, Vossa Excelência, que há um Fundo Penitenciário, como bem falou, Vossa Excelência, que está arrecadando verbas, e que não sabemos para onde. E nesta Casa, na última quinta-feira, inclusive, os meus pedidos de informações a respeito deste assunto, meus requerimentos, foram rejeitados pela maioria da Bancada do PMDB. Quer dizer, a Oposição tenta obter esclarecimentos, ela quer se inteirar do assunto, e lamentavelmente a dita cuja política de transparência não se verifica dentro deste Plenário.

Vossa Excelência tem toda a razão.

O SR. RAFAEL GRECA - Eu completaria sua afirmação, Deputado Algaci Túlio, dizendo que a História do Paraná e a parcela exígua, reduzida da população do Paraná, que nos assiste e tem acesso às informações da Oposição, que se vai gastar no ano que vem 4,96% do orçamento com Justiça e Segurança Pública, isto é, a soma de 0,59%, com 3,37%. Esta é a verba da Justiça mais a da Segurança Pública.

E este Paraná dos doentes, o Paraná que tem o Ministro da Saúde, Borges da Silveira, valha-nos ele, porque para o Sistema de Saúde Unificado do Estado, nós só vamos ter no ano que vem 4,31% da dotação orçamentária. E já não é sem tempo, e não me valha, Senhor Presidente, a sua admoestação quanto o Artigo 25, não veja aí qualquer desvio de rota da discussão do orçamento. Já não é sem tempo, de perguntar, porque 18 cidades pólos do Estado, não têm hospitais gerais, hospitais fortes, que sirvam como diques para a legião de miseráveis que vêm ter em Curitiba às portas do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, ou do seu cognome de luta, "Cadeia"; às portas do Algaci Túlio, às portas da Santa Casa de Misericórdia, desta cidade; às portas do nosso Albergue "São João Batista", que, aliás, porque todas as verbas que me eram dadas a título de representação na Câmara de Vereadores de Curitiba, destinei a este albergue, hoje estou colocado na vala comum de outros vereadores, acusados pelo Tribunal de Contas de malversação do dinheiro público.

Já não é sem tempo que se pergunte: por que este Paraná não prioriza um hospital em cada uma das cidades pólos do Estado, para fazer um dique para tanta miséria que aflige Curitiba, que a garroteia e que aqui semeia desesperança e condena o interior a permanecer no interior, pela simples razão de que não lhe dá a condição de desenvolvimento, e mais, trata os Deputados representantes das cidades menores e das cidades médias como homens do interior. Homens que não merecem mais do que um afago de vez em quando, para não atrapalharem com suas botinas sujas de terras, com seus clamores que da corte, porque nesta tudo vai as mil maravilhas, para que Curitiba deixe de ser corte e para que os Deputados de todos os partidos, inclusive da Maioria, passem a ser tratados como legítimos representantes do povo e para que gire o carro da história, não ficando nós, aqui, como miseráveis hindus, condenados à uma ordem universal que não se muda nunca. Nós precisamos questionar estes números, temos a obrigação de ler a proposta orçamentária e temos a obrigação de colocar na Constituição do Estado a elevada idéia do Deputado Erondy Silvério, do acompanhamento na forma de orçamento-programa das

obras dos governantes. Quem fala em parlamentarismo e vota a proposta orçamentária sem discutir, não pode defender um regime de governo, onde se governará através de um gabinete, formado por parlamentares. Quem fala em parlamentarismo e não discute, um a um, cada um desses percentuais e não se espanta diante dos mesmos contrastado com a absoluta miséria do povo e com a sua falta de esperança, corre o risco de transformar a discussão do parlamentarismo, e sua existência em uma máscara em uma máscara que só vai servir para nos enganar a nós mesmos porque a história nos proporá o seu espelho, que vem com característica de esfinge, nos vem perguntar, a nós todos, nas próximas eleições, nem nas próximas eleições, na próxima esquina e nem na próxima eleição e nem na próxima esquina mas sim na próxima geração, vem perguntar a nós todos o que fizemos. Não é o espelho da mãe da Branca de Neve, da sua madrastra, aquele agradável espelho, espelho meu, ao qual a rainha só dizia "existe alguém mais bonita do que eu? Não, é um espelho dotado de senso crítico, porque traz dentro de si os reflexos de todas as injustiças e de todas as contradições da história e eu vou continuar ainda a indagar sobre o orçamento.

Agradecendo, agora, o Senhor Presidente, revelo a minha impertinência em desafiar o artigo 25 do Regimento Interno. Com relação à educação primária e secundária, nós teríamos 8,05% e com relação ao trabalho de assistência social, teremos uma verba Cz\$ 2 bilhões, 825 milhões, e 429 mil cruzados.

Mas, além disso, diz a revista "Veja" a "Folha de Londrina", o Jornal de Curitiba, o Jornal "Indústria e do Comércio", "Jornal do Brasil", nós temos a polpuda verba do acerto com o jogo do bicho. Seria o caso de perguntar se nós vamos ter uma outra Lei de Meios para fiscalizar a correta aplicação através do Projeto Gralha Azul dos recursos captados ou se nós ficaremos em silêncio, deixando que este dinheiro tirado da contravenção entre descarada e declaradamente nos cofres do Estado sem qualquer fiscalização. Nós continuamos aguardando que o nobilíssimo Deputado Rubens Bueno mande para a Assembléia as contribuições encalhadas com os lotéricos e um exato mapeamento da sua destinação sob pena de se estar fazendo com as penas da Gralha Azul, a mais sórdida das falcatruas de toda a história do Paraná. Pois é! Mas ainda há outros números que gostaria de observar. Há um Programa de Assistência ao Menor e de natureza social colocado no Palácio Iguazu. Se eu não me engano, foi colocado este ano por emenda do nobre Deputado Anibal Khury, junto com o nobre Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

Aliás, um Programa de Assistência ao Menor e de natureza social alocado no Palácio Iguazu, também com a argumentação que o Deputado Luiz Carlos Alborghetti soube deprender da Carta Pastoral dos Bispos do Brasil, por ocasião da Campanha da Fraternidade deste ano, que eu fiz chegar a todos os Senhores Deputados. Este Programa de Assistência Social tem alocado para si Cz\$ 223 milhões 942 mil cruzados. Isso é só um terço do que o Palácio vai gastar com a comunicação social. Vejam, a prioridade social, o tudo pelo social, a idéia recomendada pelos Senhores Bispos da assistência ao menor e de prestar atenção no problema do menor não está neste orçamento e sobretudo não está pelos percentuais comparativos entre os diversos meios e os diversos fins. Gastar-se-á com propaganda 7 vezes mais do que com a Faculdade Estadual de Guarapuava; 7,7 vezes mais do que com a Faculdade Estadual de Cornélio Procopio, 31 vezes mais do que com a Faculdade de Filosofia de Jacarezinho; 14,7 vezes mais do que com a Faculdade de Filosofia de Paranaguá, 39 vezes mais do que com a Faculdade da sua União da Vitória, Deputado Aníbal Khury, e da sua União da Vitória, Deputado Antônio Annibelli; 18,8 vezes mais do que com a Faculdade Estadual de Apucarana, da sua Apucarana Deputado Domingos Scarpellini; 51,6 vezes mais do que com a Faculdade de Direito do Norte Pioneiro; 19,3 vezes mais do que com a Faculdade Estadual do Campo Mourão e 4,6 vezes mais do que com a Faculdade, Federação Estadual de Ensino Superior do Oeste do Paraná.

De repente, gastar-se-á muito mais com todos os meios que satisfaçam a idéia de governar por um espelho que diga que o governante é o melhor e o mais bonito. Esta é a idéia, já condenada na fábula infantil, e não a de governar para o futuro e não a de governar para girar a roda da história. Para isto, busca-se os meios externos, os empréstimos e o momento não é de consegui-los, não que não queiramos, mas, vejam, na atual conjuntura, alguém dará desinteressadamente o dinheiro para o Brasil e para o Paraná?

Para completar, Senhor Presidente e Senhores Deputados, inclusive, quando se levantam contra nós as acusações de fazermos parte do passado e se nos nega o rosto generoso e libertário do futuro, que nós abraçamos quando empunhamos a bandeira do PDT, do Partido Democrático Trabalhista, vendo nela uma extensão das sociais democracias da Europa, como a democracia que Felipe Gonzalez, por exemplo, conseguiu implantar na Espanha do renascimento democrático, após a morte de Franco.

Para finalizar quero fazer comparativos de números, em especial dedicando-os

ao nobre Deputado Paulino José Delazeri que hoje, no Horário da Liderança do Governo, falava de uma exígua sauna que havia no Parque Barigüi, mais especificamente naquele recinto onde o Prefeito Roberto Requião recebe os seus amigos, as delegações estrangeiras as que vem de Managua, por exemplo ou onde promove festas, que eu mesmo testemunhei, para pessoas de seu apreço. Essa exígua sauna de 2 por 1,5 metros, construída não como um plano de governo, mas dentro de um plano de lazer para os funcionários da Prefeitura na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, parece que já não existe. Informou-me o Vereador Edson Muhlmann que o Senhor Prefeito Roberto Requião a teria removido para sua residência particular. Que o diga o Vereador Edson Muhlmann.

No entanto, essa exígua sauna de forma alguma é comparável na relação custo-benefício às amplitudes dos terminais de transportes desta Cidade e às amplitudes dos 60 quilômetros lineares das vias rápidas, de tráfego centro-bairro, bairro-centro, as vias que servem aos ônibus alimentadores. As vias que servem a possibilidade da população deixar o seu ônibus expresso e, no terminal em área coberta, mudar para um ônibus alimentador, pagando a mesma passagem. Aliás, o Prefeito Roberto Requião diz, em caríssimos comerciais de televisão, que foi ele quem inventou isso. Não inventou, não. A tarifa única existe desde 1981, se eu não me engano.

E mais: as pessoas que fazem aquele comercial não são pessoas de Curitiba; ou se são, são atores de Curitiba. Eu identifiquei o ator Sansores França desembarcando de um ônibus como um feliz usuário; e identifiquei a filha da atriz Laura Schneider desembarcando como se fosse uma moradora da periferia da cidade. E, mais ainda, um ator, modelo fotográfico, que faz o comercial de felpudos das Casas Pernambucanas, fazendo as vezes de motorista e fazendo sinal positivo para administração do Prefeito Roberto Requião.

Realmente, é preciso dinheiro. É preciso pagar atores para fazer as vezes de povo. Mas fico me perguntando se não seria melhor usar dinheiro para que o povo ficasse satisfeito com o Governo e que a propaganda não precisasse ser feita.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu solicito mais uma vez à Mesa que faça o ilustre Deputado a cumprir o Regimento. Está falando em Prefeitura, em Roberto Requião. Acho que estamos tratando do Orçamento do Estado, e são coisas as quais ele tem que se ater, mesmo e não fugir como está fugindo o ilustre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Procede o pedido pela ordem.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Pela Ordem) - O Deputado Dirceu Manfrinato, durante todo o tempo em que o ilustre Deputado Líder da Bancada do PDT está discorrendo sobre o Orçamento do Estado proposto pelo Senhor Governador e o faz com competência que lhe é peculiar, particularmente porque estudou o assunto e a matéria pela sua relevância, porque está fazendo algumas comparações com essa transparência que não consta nos números do Orçamento. E faz Vossa Excelência nesta comparação de que vai se gastar com a saúde, por exemplo e a publicidade, essa máquina que se montou no Palácio Iguazu desde 1982, em promoção do seu Partido e do seu governante, e em relação ao Prefeito da Capital, Curitiba, porque entra nas casas do Paraná inteiro a dizer da sua obra com recursos altíssimos pagos por todos nós, porque eu também sou contribuinte de Curitiba.

Então, faz o ilustre orador, no decurso do seu discurso, uma comparação muito feliz e totalmente regimental. O Deputado Rafael Greca orgulha esta Casa ao discorrer com tamanha competência sobre este assunto da maior significação para o Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Continua com a palavra o Deputado Rafael Greca.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, conhecendo o Prefeito Roberto Requião como o conhece a Maioria desta Casa e o povo curitibano, vou requerer, agora verbalmente, e depois por escrito, uma cópia da Ata à Mesa quando o Deputado que fazia uso da Tribuna, Rafael Greca, afirma que o Vereador Edson Mulmann disse que o Prefeito retirou a sauna do Parque Barigüi e levou para a sua residência particular. Era isso.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem) Senhor Presidente, pelo que observei o Nobre Deputado Nilton Barbosa está ouvindo até um pouco em excesso. Possivelmente ou provavelmente, não se escreve, não se determina Senhor Presidente. Quem está afirmando taxativamente que a sauna foi para lugar indevido, é o Deputado Nilton Barbosa e não o Deputado Rafael Greca, conforme informação obtida por ele - que usou bem o termo, presumidamente ou provavelmente. Isso não se constituiu em afirmação positiva, Senhor Presidente. Gostaria que Vossa Excelência também anotasse isso para que quando for requerer a certidão, nessa Casa, fosse observado este detalhe.

Obrigado.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, o Deputado Valderi Mendes Vilela, por quem tenho profundo respeito, diz que eu não ouvi. Não só eu, como todos os companheiros aqui ouviram atentamente, que ele dizia, que o Deputado, afirmou que o Vereador Edson Mulmann disse que o prefeito Roberto Requião havia retirado a sauna. Ele disse, e todos nós ouvimos, ele está confirmando da tribuna da Casa, que o disse a ele o Vereador Edson Mulmann. Só queria dizer ao meu companheiro, meu amigo Valderi Mendes Vilela, de que, felizmente, ainda ouço bem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Continua com a palavra o Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. A propósito do debate que se interrompeu e me fez desafiar o artigo 25 deste Regimento e as observações da Mesa, tenho a dizer que usei durante todo o tempo em que fiz as afirmações a respeito do Senhor Roberto Requião, o tempo condicional do verbo. Felizmente a língua portuguesa nos dá este modo condicional, que é o modo da indagação.

Se o Senhor Prefeito nos contar onde está a sauna do Parque Barigüi, efetivamente, retiraremos as nossas afirmações condicionais porque ficará cancelado o tempo condicional. E eu não só autorizaria Sua Excelência, Senhor Presidente, a entregar ao Deputado Nilton Barbosa as notas taquigráficas do meu pronunciamento, como pedirei ao Vereador José Gorski que é o nosso Líder na Câmara Municipal, que leia o mesmo pronunciamento na Bancada Municipal, porque não tenho nada a temer a propósito do Senhor Prefeito Roberto Requião de Mello e Silva e mais do que isso, gostaria mesmo ...

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, volto a Vossa Excelência pedir que interfira o orador que está na tribuna e que não está cumprindo o Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência sabe o que faz ilustre Deputado. Solicito ao Deputado que continue sua explanação.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, a despeito do interesse do nobre Deputado Dirceu Manfrinato de que me seja cassada a palavra, eu ainda só tenho mais duas ou três cifras para indagar e encerrarei a minha discussão da Lei de Meios do Estado. A propósito, acho muito estranho que também escapem do controle da Assembléia, as verbas que a Prefeitura de Curitiba,

para divulgar o seu programa de transporte coletivo, aplica no BANESTADO e este então, fazendo triangulação, aplica nos meios de comunicação social da cidade.

Mas gostaria de dizer, encerrando a discussão da Lei de Meios, no interesse público, que vai se gastar com o transporte aéreo do Chefe do Poder Executivo. CZ\$ 156 milhões, 909 mil cruzados no exercício de 1988. Uma vez mais do que se vai gastar com a Faculdade Estadual de Guarapuava e 8 vezes mais do que se vai gastar com a Faculdade Estadual de União da Vitória. E tudo isso, esses Cz\$ 156 milhões de cruzados, será totalizado muito mais do que se vai gastar somando-se as dotações da Faculdade de Campo Mourão, da Faculdade de Direito do Norte Pioneiro, Faculdade de União da Vitória e Faculdade de Paranaguá. Talvez, no dia em que a exemplo dos Reis da Suécia, por exemplo, os nossos governantes usem os aviões de carreira, aliás, a Rainha Sílvia e o Rei Gustavo Adolfo deram exemplo notável disso quando monarcas socialistas vieram ao Brasil na primeira classe dos aviões de carreira, até que isto aconteça, nós continuaremos tendo, inclusive na Assembléia, na Casa do povo, Deputados que não entendem os tempos de verbos porque as faculdades não são dignas e convenientemente remuneradas.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Encerrada a discussão, em votação. Os Deputados que aprovam...

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI - Para encaminhar a votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Deputado Paulino José Delazeri.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Gostaria que Vossa Excelência fizesse a inclusão nos Anais da Casa a presença dos Deputados- Constituintes, Sérgio Spada, Oswaldo Trevisan e do Senhor Prefeito de Céu Azul.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) - Esta Presidência agradece a presença das nobres personalidades nesta Casa.

Com a palavra, por 10 minutos, o Deputado Paulino José Delazeri.

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Como Parlamentar desta Casa, eu não poderia deixar de manifestar a minha opinião em relação à Emenda nº 786, ao Projeto de Lei nº 252/87.

Senhor Presidente, transferir Cz\$ 81 milhões de cruzados da Secretaria do Tra-

balho e Ação Social, que deveria contemplar a manutenção das atividades das unidades sociais e oficiais do Estado, para a Assembléia Legislativa do Paraná, especificamente, para o Gabinete dos Parlamentares, com isto nós não podemos concordar e não podemos deixar de manifestar a nossa discordância em relação a esse desvio das funções da Assembléia Legislativa do Paraná.

Todos sabem que o Poder Legislativo não pode se prestar ao desserviço à comunidade, de transformar um direito em um favor.

E é por isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que existe o Poder Executivo com as suas Secretarias com objetivos claros e bem definidos.

Pulverizar, Senhor Presidente, Senhores Deputados CZ\$ 81 milhões de cruzados, e que na Secretaria do Trabalho e Ação social do Estado do Paraná encontraria um extraordinário dirigente, competente administrador, o Deputado Rubens Bueno e os desviar das obras sociais de um instrumento governamental específico e objetivamente criado para dar encaminhamento às ações administrativas do Estado, através dos recursos arrecadados do imposto do povo, e trazer esses Cz\$ 81 milhões, repartindo-o em 54 partes iguais e dar aos parlamentares, responsabilidade da destinação desses recursos, é no mínimo, no nosso entendimento, um desvio da função legislativa, numa pulverização que inutiliza grande parte desses recursos.

E os parlamentares sabem que hoje nós encontramos guarida no Poder Executivo para as reivindicações da sociedade paranaense, principalmente na Secretaria do Trabalho e Ação Social.

Todas as reivindicações justas, encaminhadas pela comunidade, pelos prefeitos ao Poder Executivo, à Secretaria do Trabalho e Ação Social tiveram o atendimento de pronto ou a justificativa de pronto.

Agora, pulverizar esses recursos, e distribuí-los em parcelas de Cz\$ 20, 30, 40, 50, 100 mil cruzados significa minimizar os benefícios que estes recursos e os impostos do povo trariam para o povo do Paraná.

Por isso, Senhor Presidente. Senhores Deputados, achamos, também, e viemos manifestar esta opinião, de que, ao transformar em Substitutivo Geral o Orçamento do Estado, somente com duas emendas, não há justificativa técnica para isso, porque as emendas poderiam ser apreciadas por este Plenário, votadas, aprovadas, rejeitadas e consideradas pelo Poder Executivo. No nosso entendimento a intenção ao apresentar o substitutivo Geral, é amarrar a ação parlamentar quanto à sua possibilidade de impedir que esses recursos e essas

emendas sejam aprovados em favor do Poder Legislativo ou dos Gabinetes dos Deputados. Por isso, Senhor Presidente, não ficarei só no discurso, solicitei a nossa assessoria, porque tomei conhecimento deste assunto ou, principalmente, do Substitutivo Geral, ao dia de hoje, que promovam estudos para ver a possibilidade de retirar esta emenda n° 786 de autoria do Deputado Antônio Annibelli. É esta manifestação e é este o registro que queremos fazer nesta Casa de Leis.

E esperamos que se encontrarmos uma forma administrativa para solucionar esse problema, os Parlamentares a considerem, porque sem dúvida nenhuma, ao aprovarmos este Substitutivo Geral, nós estaremos nos desviando da função legislativa e nos transformando em instrumentos filantrópicos, que não é nossa função e já temos verbas de duas formas para isso: verbas de representação e verbas de assistência social recentemente fixados em Cz\$ 50 mil cruzados, de representação de Cz\$ 21 mil, para Cz\$ 67 mil cruzados, e com projeto tramitando para elevá-la para 250 OTNs, portanto, Cz\$ 115 mil cruzados, em valores de hoje. Portanto, Senhor Presidente, sobre este encaminhamento, era esta a nossa posição, e voltarei posteriormente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Eu gostaria inicialmente de registrar que não pretendia, de forma alguma, entrar no mérito da questão, porque hoje, não se discute sobre o mesmo.

Mas, iniciando, Senhor Presidente, gostaria de dizer que todas as emendas que foram apresentadas ao Orçamento, são emendas constitucionais, Senhor Presidente, são emendas que têm amparo legal, inclusive em decisões do Supremo Tribunal Federal, contidas em recurso extraordinário n° 477/46, de que foi relator o Ministro Barros Monteiro, que se encontra à disposição dos novos Deputados, aqui na nossa Casa. E por outro lado, também a súmula n° 5 do Supremo Tribunal Federal ainda não foi revogada. Portanto, Senhor Presidente, se o Senhor Governador houver por bem em sancionar as leis que tenha vício de origem, elas se tornam viáveis e legítimas. Mas, Senhor Presidente, há muita conturbação em relação à emenda apresentada pelo nobre Presidente desta Casa, Deputado Antônio Annibelli, dizendo-se que deturpa aquilo que os Deputados vieram fazer aqui nesta Casa. Eu entendo que não deturpa e nada impede daquilo que o Deputado pretende se fazer. Porque, a prevalecer o regime

constitucional que nós fizemos hoje Senhor Presidente, nós vamos continuar passando o resto do ano votando títulos de cidadão honorário, em declaração de utilidade pública, em votos de pesar, congratulações, porque é isto o que o Deputado mais faz nesta Casa. Nós temos a obrigação, Senhores Deputados, Senhor Presidente, porque não fomos nós que criamos este sistema, pois ele foi feito na vigência ainda de uma ditadura militar cuja constituição está prevalecendo até hoje e nós não podemos concordar de forma alguma com isso.

A emenda apresentada pelo Deputado Antônio Annibelli, e as emendas apresentadas pelo Deputado Luiz Alberto Oliveira, são todas elas viáveis de serem apreciadas por esta Casa, no sentido da sua legalidade, da sua justiça. Qualquer outro posicionamento a respeito disso é mera especulação e aí sim, Senhor Presidente, é mera demagogia, porque vir fazer demagogia aqui na Casa é muito fácil, trabalhar é outra coisa. Fazer alguma coisa pelo povo do Paraná é muito melhor do que fazer demagogia barata. Por isso, Senhor Presidente, mudar quem destina, se são os Deputados que vão indicar esta verba, se é o Secretário do Trabalho ou Assistente Social, em nada muda o fim do dinheiro que o Senhor Governador destina no Orçamento deste ano. Por isso, nós queremos fazer o nosso voto, declarar o nosso voto favorável às emendas, da forma apresentada pelo relator Deputado Edmar Luiz Costa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Está em votação o projeto. Aprovado.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) - Só para registrar o meu voto contrário.

O SR. RAFAEL GRECA - (Pela Ordem) - O meu voto também é contrário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Serão devidamente anotados.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem) - Apenas para justificar o meu voto.

Eu votarei favorável à emenda substitutiva, face inexistir outra alternativa. Porém, a minha posição em relação à verba, à emenda de autoria do ilustre Presidente desta Casa, é contrária. Faço esta manifestação para ficar registrada nos Anais.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) -

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição n. 84/87, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que altera dispositivos da Proposição n. 117/84.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO N. 084/87

SÚMULA: Altera dispositivos da Proposição n. 117/84.

Art. 1º - A partir do exercício de 1988, o disposto no artigo 2º, da Proposição n. 117/84, corresponderá a 250 (duzentas e cinquenta) O.T.N., reajustadas mensalmente, permanecendo inalterados os demais dispositivos.

Art. 2º - Esta Proposição entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10.11.87.

(aa) Hermas Brandão, Erondy Silvério, Tadeu Lúcio Machado, Cândido Bastos, Edmar Luiz Costa, Basílio Zanusso, Gernote Kirinus, Artagão Mattos Leão, Djalma de Almeida César, David Cheriegate, José Afonso Júnior, Dirceu Manfrinato, Nereu Carlos Massignan e Valderi Mendes Vilela.

Discussão única da proposição 84/87 de autoria da Comissão de Constituição e Justiça. Há sobre o mesmo requerimento do Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, que REQUER após ouvido o Plenário a retirada da Ordem do Dia por 3 sessões consecutivas da proposição n. 84/87.

Em votação o requerimento.

O SR. PEDRO TONELLI - (Para encaminhar)

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Não há encaminhamento de requerimento.

Em votação. Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se. Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

A Mesa irá colocar simbolicamente a votação.

Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. Rejeitado.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente e Senhores Deputados. Apresentei este requerimento e vou justificar a discussão desta matéria porque ela é de fundamental importância, principalmente para os componentes desta Casa de Leis.

Ao chegarmos aqui nesta Casa deparamos com alguns segredos que, por tradição ou por vício, nós não sabemos, são mantidos em sigilo a unhas e dentes.

Um dos segredos é a questão dos ganhos parlamentares, os nossos ganhos, os ganhos dos parlamentares. Pela Constituição Federal é garantido a todo o brasileiro o direito de obter informações que desejar sobre o Serviço Público em todos os níveis.

Portanto, não existem bases Constitucionais para se sonegar qualquer informação, muito menos quando se trata de um po-

der que nós acreditamos que ainda tenha a credibilidade, e que se proclama o mais transparente dos poderes.

Ao chegarmos, hoje, ao nosso gabinete deparamos com a Ordem do Dia e com a colocação nela contida, da Discussão Única da Proposição n. 84/87, que visa alterar a Proposição n. 117/84. Sintomático ou não, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é que nós não conseguimos localizar, em nenhum ponto da Casa a Proposição 117/84. Tentamos com todos os setores, com todas as pessoas que poderiam deter a informação, e ninguém soube-nos adiantar, quem é que esta de posse, quem pode nos esclarecer do que trata a Proposição n. 117/84. Só conseguimos saber que a Proposição, ora em votação, trata da questão de parte dos salários dos Deputados, por informações alheias.

Ora, Senhores, esta Casa não pode continuar sendo usada ao "bel-prazer" de alguns, que se julgam no direito de esconder tudo o que lhes interessa, e o que lhes possa ser questionado. Está sendo assim com a lista dos funcionários deste Poder, solicitada por este Parlamentar, desde fevereiro e sistematicamente negada. Está sendo assim com muitos outros pedidos de informação, e hoje, de uma forma muito mais grave, pois envolve o funcionamento do Poder Legislativo.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não podemos votar favorável a uma matéria de tal importância, sem o prévio conhecimento, sem ao menos saber quais são as consequências e o ônus que a população paranaense terá que arcar futuramente. Não queremos passar para a História, como cúmplices da espoliação do povo, por isso é que queremos um conhecimento prévio. Em virtude disso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é que solicitei a retirada da Ordem do Dia. Como isso não foi aprovado, quando objetivava, simplesmente terem conhecimento prévio da matéria todos os Deputados.

Sou obrigado a votar contra e recomendar aos demais que votem contra. Por que? Porque trata-se de dinheiro público, que está sendo gasto e que nós achamos que é questionável, pelo que sabemos extra-oficialmente, porque, dinheiro público deve ser do conhecimento de todos, e aprovado com conhecimento de causa.

E, dizemos mais, dizemos que enquanto os trabalhadores brasileiros e paranaenses vivem penalizados com seu trabalho, diz-se que não há recursos, que a Economia está em recessão. Ora, como é que vamos advogar em causa própria e aumentar de Cz\$ 21 mil a verba de representação, valor de outubro para 250 OTN's, o que daria Cz\$ 115 mil, hoje, pois a OTN é reajustável mensalmente. Portanto, oxalá, se todos os trabalha-

dores, não só nós, trabalhadores parlamentares, tivessem os seus aumentos estabelecidos em OTN's. Isso sim teria uma conquista importante para todos os paranaenses!

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é questionável a votação desta matéria de minha parte, porque não tomei conhecimento da Proposição n. 117/84, porque com este critério nós não concordamos, porque privilegia alguns em detrimento da maioria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Para encaminhar concedo a palavra ao Senhor Paulino José Delazeri.

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI - (Para encaminhar).

Senhor Presidente, Senhores Deputados. No mês de agosto passado, a Imprensa nos indagava se tínhamos conhecimento da vontade administrativa de se aumentar a verba de representação dos Parlamentares desta Casa de Leis; indagava-nos também, se havia vontade administrativa de aumentar as verbas de assistência social deste Poder.

Nós respondemos positivamente, porque fomos abordados por Parlamentares desta Casa de Leis para assinarmos a lista de adesão e de apoio a essa iniciativa.

Naquele momento, a verba de representação era de 21 mil cruzados, e objetivava-se aumentar para 53 mil cruzados e a assistência social de Cz\$ 20 para 50 mil cruzados.

Nós discordamos, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Na semana passada, chegando a esta Casa de Leis, funcionários da Assembléia Legislativa nos entregaram um cheque, pedindo a nossa assinatura, no recibo, do recebimento do cheque de Cz\$ 46 mil cruzados.

Não sabendo do que se tratava, indaguei do funcionário sobre o que nós estávamos tratando naquele momento. Disse-me ele que se tratava de verba de representação, que havia sido aumentada de Cz\$ 21 para 67 mil cruzados.

Por haver feito aquelas afirmativas à imprensa no mês de agosto, nós fomos agredidos, nós fomos chamados de mentirosos, enfim, causamos a este Poder - no meu entendimento - um desperdício, devido à forma como todos nós, talvez, nos conduzimos diante daquele assunto.

Não recebi o cheque, na semana passada, porque eu queria refletir, eu precisava refletir, eis que eu também não posso ser hipócrita ao ponto de não aceitar o aumento salarial, e me apossar dele!

Neste final de semana fiz a minha reflexão e decidi que iria receber, porque

era uma condição única que se impunha, e que destinaria Cz\$ 30 mil desta verba para as Associações dos Aposentados, que eu relacionei, e que nós organizamos, as quais doaremos esse recursos, que são: Terra Roxa, Palotina, Toledo, Santa Helena, Iporã, Marechal Cândido Rondon e a Federação dos Aposentados do Paraná.

Eu dizia mesmo aos meus companheiros de Bancada que se eu não assinasse, eu não ficaria com o dinheiro, porque eu não sou hipócrita!

Agora, Senhor Presidente e Senhores Deputados, deparo hoje, na Ordem do Dia, com o aumento da verba de representação para 250 OTN's o que significa, hoje Cz\$ 115 mil cruzados.

Senhor Presidente, também refleti, se, ao fazer este pronunciamento eu iria desmoralizar o Poder Legislativo, que na opinião pública já não anda bem, mas eu preciso me sentir aqui neste Poder Legislativo, parte integrante e viva e também representante de uma parcela da população do Paraná. Por isso fiz esta opção de vir à tribuna e deixar claro o meu posicionamento, assim como, tornar público o fato, porque muitos gostariam de deixar passar despercebido e eu não concordo com isto, nós temos que assumir o ônus do que fazemos.

Mas, Senhor Presidente e Senhores Deputados, eu fiz uma pesquisa e cheguei à conclusão de que nós iremos ganhar um salário elevado demais para a realidade brasileira. Recentemente o Prefeito Albino Corazza, de Toledo, esteve na Alemanha Ocidental e, na reunião da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná ele fazia um relato da sua viagem, e eu me apercebi de parte do seu relato, como de muita importância, onde ele colocava de que, no Poder Público, na Alemanha Ocidental, nenhum funcionário se distingue em ganhar entre uma e quatro vezes. Isto significa que nenhum homem público na Alemanha Ocidental ganha 4 vezes mais do que outro de menor salário daquele País. Por isso Senhor Presidente é que nós compreendemos e entendemos como é que aquele País se desenvolveu, social, política e economicamente, porque há uma distribuição de renda e de riqueza. E aqui, Senhor Presidente e Senhores Deputados nós que já percebemos hoje Cz\$ 67 mil cruzados de verba de representação, recebemos Cz\$ 84 mil cruzados de subsídios que eu considero fixo, esse que nós recebemos no dia 15 de cada mês e recebo também no dia primeiro, já descontado telefone, Cz\$ 132 mil cruzados, significa, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que nós recebemos neste poder, a partir deste mês Cz\$ 230 mil cruzados, aumentado agora, e vocês todos sabem, os companheiros, os Parlamentares sabem, houve o aumento do subsídio

fixo do Deputado Federal e conseqüentemente para o Deputado Estadual também o que significa mais Cz\$ 56 mil cruzados do salário para os Parlamentares e com isso nós vamos atingir a soma de Cz\$ 330 mil cruzados.

agora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em janeiro quando forem atualizados por esta lei que nós estamos aprovando, nós estaremos recebendo Cz\$ 444 mil cruzados de salário. Eu não acho e não tenho como ser incoerente com a minha prática e com meu discurso, se eu faço um discurso de justiça social, é porque eu também tento praticá-la no dia a dia. Por isso eu vim aqui manifestar contrariamente a esta proposição da Comissão de Constituição e Justiça, porque nós estaremos ainda distanciando mais as desigualdades neste País, e, sem dúvida nenhuma, Senhor Presidente e Senhores Deputados, ao vir a esta tribuna, nós não estamos desmoralizando o Poder Legislativo. Nós estamos desmoralizando o Poder Legislativo ao aprovar leis em causa própria, como esta que estamos aprovando hoje e que muitos gostariam que passasse despercebida da opinião pública do Paraná. Por isso não faço mais do que o meu dever, depois de uma reflexão, ao vir aqui e dizer aos Senhores Parlamentares que doarei parte desses recursos que já recebo da verba de representação, e tomarei providências a partir de janeiro, se aqui estiver. Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, votarei também contra esta emenda, porque eu seria o maior hipócrita em ir para palanque, ir a reunião e fazer discursos em favor da justiça social, da distribuição de renda, da democracia econômica, se eu aqui votasse favoravelmente a esta legislação em causa própria.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Aprovamos há poucos dias, nem sequer aumento salarial para os servidores públicos, aprovamos tão somente o pagamento do gatilho da inflação que já existiu, e mais, Senhor Presidente, agora o Poder Executivo com as dificuldades orçamentárias que tem, pensa na possibilidade de dar aumento de 50% para os servidores do Estado. É uma incoerência do Poder Legislativo e é mais um mergulho na descredibilidade Pública, na falta de credibilidade Pública, se aprovarmos este requerimento ou esta proposição. É por isso que eu faço um apelo aos Senhores Deputados. O prejuízo ao Poder Legislativo e sua desmoralização significa o apoio do povo, amanhã ou depois, ao Estado executivo forte, e ao fechamento do Poder Legislativo, o que já é preferência de 1/3 da população brasileira, pelo que acontece no Governo Federal, em vista dos desmandos administrativos e os desmandos políticos. Não quero ser co-responsável. Por isso vim a esta tribuna.

na. Ao Poder Legislativo, eu sempre o defenderei...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Informo nobre Deputado, que seu tempo está esgotado. Tem 30 segundos, apenas.

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI - Entendo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que sempre levantarei a voz, em defesa do Poder Legislativo, porque é o único, real e concreto respiradouro dos interesses do povo, das angústias do povo. Por isto, não posso participar de mais esta desmoralização que estão querendo promover ao Poder Legislativo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Em votação. APROVADO.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Gostaria de registrar meu voto contrário.

O SR. DAVID CHERIEGATE - (Pela Ordem) - Gostaria de registrar meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência informa que será registrado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 150/87, de autoria dos deputados Nelson Vasconcellos e Djalma de Almeida César, que denomina SENADOR FLÁVIO CARVALHO GUIMARÃES a Rodovia PR- 151, que liga Ponta Grossa-Castro-Piraí do Sul- Jaguariaíva-Sengês. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Com EMENDA SUBSTITUTIVA. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando a prorrogação da presente sessão Ordinária, pelo prazo de duas horas. Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 326/87, oriundo da Mensagem Governamental n° 110/87. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 101/87, que altera dis-

positivos do anexo 1, de que trata o artigo 290, da Lei Complementar nº 14. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando a reinclusão, na Ordem do Dia, do Projeto de Resolução nº 50/87, (ex-Projeto de Lei nº 58/87), que trata da emancipação do Município de Lindoeste. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando a reinclusão, na Ordem do Dia, do Projeto de Resolução nº 49/87, que trata da emancipação do Município de Santa Tereza. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando a reinclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 97/85. **Em votação.**

O SR. NESTOR BAPTISTA - Senhor Presidente, eu não entendi o teor do Requerimento de Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - O Requerimento diz o seguinte: O Deputado que o subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário a reinclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 97/85, ficando revogado o Requerimento de número em branco, de autoria do Deputado Edmar Luiz Costa.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Permita-me sugerir à Mesa, Senhor Presidente, que dada a apreciação incompleta do Requerimento ele deve ser indeferido.

O SR. PEDRO TONELLI - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu quero encaminhar só para esclarecer, talvez aonde paira dúvida sobre o teor do Requerimento.

Está enumerado o Projeto, ele visa reincluir na Ordem do Dia o projeto de emancipação política do Município de Nova Tebas, tendo em vista que a população daquele futuro Município está ansioso e quer ver aprovado o projeto ainda neste ano legislativo, pois houve um requerimento do Deputado Edmar Luiz Costa, e o projeto foi retirado. Então, eu estou propondo que se o inclua rapidamente para que antes do final do ano legislativo possamos votar esse projeto que atende a aspiração do povo de Nova Tebas, criando o novo Município de Nova Tebas, desmembramento de Pitanga. Este é o teor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Em votação o Requerimento.

Os Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. **REJEITADO.**

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Pela Ordem, concedo a palavra ao Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu queria registrar meu voto favorável ao requerimento e à emancipação do Município de Nova Tebas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - A Mesa providenciará a devida anotação.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 329/87. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 319/87, que declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense para o Desenvolvimento do Potencial Humano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente, solicitando a inclusão, na Ordem do Dia, do Projeto de Lei nº 189/87, que eleva o número de Vereadores da Câmara Municipal de São José dos Pinhais de 13 para 17. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente, solicitando a reinclusão na Ordem do Dia do Projeto de Resolução nº 48/87, que autoriza a realização de plebiscito na área que abrirá o futuro Município de Ibema. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministros da Educação e do Planejamento, encarecendo a inclusão da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, mantenedora do Hospital e Maternidade Santo Antônio, do Município de Piraí do Sul, dentre aquelas que serão beneficiadas com verbas federais no ano de 1988. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministros da Agricultura e da Fazenda, Senadores pelo Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, Governadores,

Deputados Federais e Secretários da Agricultura dos Estados acima mencionados, encarecendo gestões no sentido de que o trigo triticale seja excluído do Monopólio do trigo previsto no Decreto Lei nº 210/67. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do BANESTADO, encarecendo a imediata liberação dos financiamentos aos compradores das casas do conjunto residencial Açucena, desta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Presidente da República, Chefes da Casa Civil e Militar da Presidência, à Comissão de Defesa dos Direitos do Cidadão, ao Ministério da Aeronáutica e Estado Maior das Forças Armadas, solicitando encaminhamento ao Congresso Nacional de um Projeto de Lei beneficiando os ex-combatentes especialistas da Aeronáutica, portadores da Cruz da aviação e outras categorias de ex-combatentes, nos termos do Projeto de Lei nº 156. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Paulino José Delazeri, David Cheriegate e Pedro Tonelli e demais Senhores Deputados, constante do expediente de sessão anterior, visando a construção de uma comissão de 5 membros para visitar e acompanhar as famílias de agricultores sem-terras nos Municípios de Cantagalo, Teixeira Soares e outros. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Educação, visando melhorias nas condições físicas e materiais da Escola Estadual Professora Hilda Trautwein Kamal, ensino de 1º grau, do Município de Umuarama. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado, Presidente do Tribunal de Justiça e a todos os Desembargadores, Procurador Geral da Justiça, Prefeito Municipal, Vereadores e membros dos diretórios dos Partidos Políticos de Dois Vizinhos, encarecendo a elevação da entrância inicial para entrância intermediária da Comarca de Dois Vizinhos. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do

expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Saúde e do Bem Estar Social, encarecendo isonomia salarial para os servidores estatutários dentro do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde-SUDS. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição, nos Anais desta Casa, do artigo - "Por que saí do PMDB", de autoria do Senador Afonso Camargo e publicada na "Folha de Londrina". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, encarecendo a interligação dos Centros de Processamento de Dados do Banco do Brasil S/A dos Municípios de Maringá e Londrina. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado de São Paulo, encarecendo a instalação e funcionamento da Usina de Reciclagem de Lixo do Município de Diadema, naquele Estado. Em votação.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Senhor Presidente, eu gostaria de requerer a Vossa Excelência a retirada de discussão, tendo em vista que é matéria vencida e que na semana passada, quando o Prefeito de Diadema estava em greve de fome, objetivava constranger o Governador do Estado que estava pressionando e não permitindo a legalização de uma usina de lixo pela Prefeitura de Diadema. O Governo do PMDB queria logicamente o lixo, prejudicando a população, e o Prefeito não queria prejudicar. Como o problema já foi resolvido, acho desnecessária a intervenção desta Casa de Leis. Por isso, gostaria que fosse retirado da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) A Mesa considera retirado o requerimento pelo autor.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretário da Receita Federal e Ministro da Fazenda, encarecendo que os mesmos tomem conhecimento das reivindicações dos Técnicos do Tesouro Nacional. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expe-

diente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, viabilizando as melhorias das condições de segurança, no entroncamento das Rodovias BR-376 e PR-463, no Município de Nova Esperança. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais desta Casa, da nota oficial publicada no Jornal "O Paraná" sob o título "Prefeitos do Sudoeste protestam contra divisão em 2 associações". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação com pedras irregulares da estrada que liga a linha Marília a sede do Município de Dois Vizinhos. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Saúde e do Bem Estar Social, encarecendo a inclusão, no Programa de Clínicas Odontológicas Simplificadas, do Município de Douradina. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Saúde e do Bem Estar Social, encarecendo a inclusão, no Programa de Clínicas Odontológicas Simplificadas, do Município de Nova Olímpia. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Saúde e do Bem Estar Social, encarecendo a inclusão, no Programa de Clínicas Odontológicas Simplificadas, do Município de Cidade Gaúcha. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Saúde e do Bem Estar Social, encarecendo a inclusão, no Programa de Clínicas Odontológicas Simplificadas, do Município de Maria Helena. **Aprovada.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expe-

diente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Saúde e do Bem Estar Social, encarecendo a inclusão, no Programa de Clínicas Odontológicas Simplificadas, do Município de Formosa do Oeste. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Saúde e do Bem Estar Social, encarecendo a inclusão, no Programa de Clínicas Odontológicas Simplificadas, do Município de Jesuítas. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Saúde e do Bem Estar Social, encarecendo a inclusão, no programa de Clínicas Odontológicas Simplificadas, do Município de Assis Chateaubriand. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Saúde e do Bem Estar Social, encarecendo a inclusão, no Programa de Clínicas Odontológicas Simplificadas, do Município de Pérola. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem Estar Social, encarecendo a inclusão, no Programa de Clínicas Odontológicas Simplificadas, do Município de Xambrê. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Presidente da Assembléia Nacional Constituinte e aos Deputados Líderes dos Partidos que compõem a mesma Assembléia, encarecendo a aprovação no sentido de que o Ensino de 3º grau passe a ser obrigatoriedade do Governo Federal. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Educação, encarecendo a instalação de escola de 1º grau no Jardim Guarujá, no Município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o

envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Educação, encarecendo a criação de ensino de 2º grau, na Escola "Osvaldo Cruz", no Jardim Dona Laura, no Município de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao "Coral do Colégio Estadual do Paraná", pela passagem do 30º aniversário de sua fundação. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Jornal "Gazeta Mercantil", pelo recebimento do Prêmio "Maria Moors Cabot 87", na Universidade de Colúmbia, nos Estados Unidos. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Educação, visando reformas na casa do Zelador do Colégio D. Pedro II, do Município de Umuarama. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pelo transcurso dos 190 anos de emancipação política do Município de Antonina. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pelo transcurso do 26º aniversário do Município de Quatro Barras. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor-Superintendente da FASPAR, encarecendo auxílio financeiro para a Creche Santa Luzia, no Distrito de Guarani, Município de Manhorê. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Superintendente da FASPAR, encarecendo auxílio financeiro para a A.P.A.E. do Município de Goioerê. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente-Estadual da LBA encarecendo auxílio financeiro para a APAE do Município de Goioerê. Aprovado. À Diretoria Legislati-

va.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 40º aniversário de fundação do Município de Ibiaporã. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais desta Casa, o editorial intitulado "Quem bateu carteira?", publicado no "Jornal do Estado", edição do dia 27 de outubro do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final da presente Ata)

Requerimento de autoria do senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente, de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da SANEPAR, por intermédio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, encarecendo seja perfurado um poço semi-artesiano na escola estadual Arthur Brandino - Seção Pioneira, incluído no Programa Estadual de Saneamento Rural, no Município de Assaí. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Política Habitacional, encarecendo reformas nas construções de diversos núcleos habitacionais do Município de Ponta Grossa administrados pela COHAPAR. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rafael Greca, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações à União Cívica Feminina Paranaense pela promoção do X Concurso Estadual de Bandas e Fanfarras, no Município de Foz do Iguaçu. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações ao Jornal "Folha de Londrina", pela publicação de uma série de matérias com o título "Cassino Brasil", sobre a realidade do jogo oficial e não oficial neste País. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor deputado José Afonso Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações a "TV Paranaense - Canal 12" pelos 27 anos de existência. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante de expe-

diente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Educação, encarecendo a implantação de Colégio de 2º grau no Distrito de Flor da Serra, Município de Salgado Filho. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição, nos Anais desta Casa, do editorial "O poder das estatais", publicado no Jornal "O Estado do Paraná". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações ao Senhor Frederico Ansbach, do Município de Ponta Grossa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, pleiteando o asfaltamento do trecho que liga o Município de Campina da Lagoa à BR-277, passando pelo Distrito de Guaporé. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado das Finanças, encarecendo informações sobre o valor total da perda real do Município de Bandeirantes no corrente exercício, em virtude da Lei 8.282. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado, Secretário de Estado da Educação, Superintendente da FUNDEPAR, encarecendo providências para a construção de um muro com 280m x 2m de altura, ao redor da Escola Estadual Otávio Folda, no Distrito de Guaporé, Município de Guaraniaçu. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição, nos Anais desta Casa, do artigo "Gratidão a Dom Frederico Helmel", de Dom Pedro Fedalto, arcebispo desta capital publicado no Jornal "Gazeta do Povo". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição, nos Anais desta Casa, do artigo "É Simples: Aumentem os Impostos", publicado no Jornal "Gazeta do Povo".

Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata)

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Educação, pleiteando a construção de mais duas salas de aula, na Escola Estadual Nilson Batista Ribas - Ensino de 1º Grau, da Vila Messias, no Município de Marialva. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Administração, pedindo a designação de uma sala, para que a Comissão de Luta pelos direitos dos deficientes auditivos - Regional do Paraná, possa se instalar. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações ao Senhor Reitor da Universidade Estadual de Londrina pela contratação do professor Marcio José de Almeida, aprovado em concurso público realizado recentemente pela UEL. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do Expediente de sessão anterior, solicitando o envio de mensagem congratulatória ao Senhor Secretário de Estado da Cultura e ao Jornalista "Wilson Bueno", pela publicação da última edição do Periódico "Nicolau". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de mensagem congratulatória à Igreja Cristianismo Decidido pelo trabalho que está realizando junto às comunidades indígenas paranaenses Guarani e Caingang. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição, nos Anais desta Casa, do artigo "O Brasil Atropelado", de autoria da economista Eliane A. Cardoso, publicado no Jornal "Folha de São Paulo". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor à Professora Gracita Gruber Marcondes, pelo lançamento do Livro "A Igreja em Guarapuava - Antes e após a criação da Diocese", em homenagem ao Jubileu Sacerdotal de Dom Frederico Helmel,

Bispo Emérito do Município de Guarapuava. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações pela passagem do aniversário de emancipação política do Município de Ibiaporã. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações pela passagem do aniversário de emancipação política do Município de Ibaiti. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pelo 26º aniversário de emancipação política do Município de Quatro Barras. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do BANCO DO ESTADO DO PARANÁ, por intermédio da Secretaria das Finanças, pleiteando a implantação de um Posto Avançado do referido Banco no Distrito de Vila Alta, no Município de Umuarama. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do BANCO DO ESTADO DO PARANÁ, por intermédio da Secretaria das Finanças, encarecendo a implantação de um Posto Avançado do referido Banco no Distrito de Herculanópolis, Município de Umuarama. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do BANCO DO ESTADO DO PARANÁ, por intermédio da Secretaria das Finanças, pedindo a instalação de uma agência do referido Banco no Município de Alvorada do Sul. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário da Agricultura e Abastecimento, encarecendo a criação de uma Fundação de Amparo a microproprietário agrícola do Estado, com apoio do Ministério da Agricultura. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o

envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário da Educação, pedindo a construção de muro e calçada em toda área que circunda a Escola Estadual Theobaldo Miranda Santos, do Município de Maringá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Município de Pérola pela passagem do seu aniversário. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente, solicitado o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação e posto telefônico na comunidade de Canoas no Município de Dois Vizinhos. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Fundação SOS - PRÓ MATA ATLÂNTICA, em alusão à campanha nacional em defesa da preservação da Mata Atlântica. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de louvor à equipe do Departamento de Imunologia da Fundação Osvaldo Cruz, no Rio de Janeiro, pelo isolamento do vírus da Aids. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Município de Rio Negro pela passagem dos 117 anos de sua emancipação política. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Superintendente da FASPAR, encarecendo auxílio financeiro para a creche "Santa Cruz", localizada no Jardim Santa Cruz, no Município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Superintendente da FASPAR, encarecendo auxílio financeiro para a creche "Criança Feliz", da Vila Guarujá, no Município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, ao Senhor Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência - LBA, encarecendo auxílio financeiro para a creche Santa Cruz, localizada no Jardim Santa Cruz, no Município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência - LBA, encarecendo auxílio financeiro para a creche "Criança Feliz" localizada na Vila Guarujá, no Município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário da Educação, encarecendo a demolição do prédio onde funciona a Escola Estadual Arnaldo Busato de 1.ª a 8.ª série, do Distrito de Cruzeiro do Iguaçu, e a conseqüente construção e um novo prédio escolar no Município de Dois Vizinhos. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando voto de congratulações aos Senhores Secretário da Cultura e Presidente do BANCO BAMERINDUS S/A, pela apresentação do Balé Teatro Guaíra, no Município de Foz do Iguaçu. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Igreja do Evangelho Quadrangular - Cruzada Nacional de Evangelização, pelo transcurso do 36º aniversário no Brasil. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do aniversário de emancipação política do Município de Jaboti. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do aniversário de emancipação política do Município de Santa Amélia. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Antonio Setti, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pelo 40º aniversário de emancipação política do Município de Ibaiti. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de congratulações a Senhora Maria Bernadete Demeterco Raad, Destaque Empresarial Mulher 87. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pelo 117º aniversário de emancipação política do Município de Rio Negro. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 328/87. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando voto de congratulações o Coral Universitário da Universidade Estadual do Município de Ponta Grossa, que está completando 10 anos de atividades. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Senhor Governador do Estado, pela assinatura do Decreto que isenta de todas as taxas as Universidades e Faculdades Estaduais e a estadualização da Universidade do Oeste do Paraná. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do escritor e jornalista Mbá de Ferrante. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente, solicitando voto de congratulações aos seguintes Municípios: Capanema, Planalto, Realeza, Santo Antônio do Sudoeste e São João pelo transcurso de sua emancipação político-administrativa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do aniversário de emancipação política do Município de São Sebastião da Amoreira. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Anilton Scneider Fausto, ocorrido no dia 07 de novembro do corrente ano no Município de Quedas do Iguaçu. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência-LBA, encarecendo auxílio financeiro para a creche Pingo de Gente, localizada no Jardim Tropical, no Município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência - LBA, encarecendo auxílio financeiro para a Associação de Proteção à Maternidade e Infância, no Município de Goioerê. **Aprovado.**

À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Superintendente da FASPAR, encarecendo auxílio financeiro para a creche Pingo de Gente, do Jardim Tropical, no Município de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Superintendente da FASPAR, encarecendo auxílio financeiro para a Associação de Proteção à Maternidade e Infância, no Município de Goioerê. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, com apoio dos seguintes Senhores Deputados Nilton Barbosa, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista e demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Senhor Governador do Estado pela assinatura da Mensagem que estabelece a gratuidade do ensino de terceiro grau nos estabelecimentos mantidos pelo Estado. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Mbã de Ferrante, ocorrido no dia 14 de novembro do corrente, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Município de General Carneiro pela passagem dos 26 anos de sua emancipação política. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do inteiro teor do discurso proferido na solenidade de posse no cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado pelo Senhor Wilson Reback. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário das Finanças, encarecendo informações sobre o montante arrecadado através da cobrança da taxa adicional, sobre as custas judiciais, nos exercícios financeiros de 1984, 1985, 1986 e no presente exercício, até o mês de outubro. Rejeitado.

O SR. RAFAEL GRECA - Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - A Mesa defere e irá proceder à verificação de votação.

Oito Senhores Deputados rejeitam, 2 Senhores Deputados aprovam. Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 17, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 156/86 e 226/87 e dos Projetos de Resolução n. 56, 57, 60 e 61/87.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 214/86, 128 e 203/87 e dos Projetos de Resolução n. 62, 65, 66, 67 e 68/87.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 217/87, 103/86 e 117/87 e do Projeto de Lei Complementar n. 179/86 e do Projeto de Resolução n. 78/87.

Marca ainda, para a Sessão Ordinária de quinta-feira, dia 19, às dez horas a

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 252/87, ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO CÂNDIDO BASTOS EM SESSÃO DO DIA 16.11.87.

O BRASIL ATROPELADO

Eliana A. Cardoso.

O professor Mário Simonsen publicou um artigo da maior importância na revista "Veja" de 14 de outubro. Bom, barato e bonito. Como o queriam os deuses; um caminhão a 120 por hora, atropelando quem anda na contramão. A crítica do professor Simonsen ao estatismo, à irracionalidade e à xenofobia é bem vinda. Abaixo a máquina centralizada farisaica, gastadora e irresponsável que se encastelou no Estado. Mas, abaixo também, a fascinação com soluções de mercado quando o sabemos oligopolista e imperfeito.

Não se pode discordar do bom-senso e da sólida formação econômica do professor Simonsen. Muitos dos nossos argumentos de esquerda de vinte anos atrás já não valem mais nada. Entretanto, muitos dos problemas de vinte anos atrás continuam os mesmos. E nos colocam em pé de guerra com o professor.

A primeira trombada advém do seu menosprezo deliberado e consciente pelos in-

telectuais e artistas de esquerda. Hoje, em dia não é mais necessário ler o "Manifesto Comunista" para se comover diante da miséria e da injustiça. Mas como pouca gente sai a passeio pelas favelas do Rio, o engajamento dos intelectuais e artistas continua da maior relevância. Os pobres não participam do processo político. As classes privilegiadas e os operários do ABC paulista não os representam. Sua defesa continua portanto, a depender do trabalho de intelectuais, artistas, padres e empresários progressistas. Lágrima de intelectual não enche barriga de pobre, mas a votação de leis que promovam uma melhor distribuição da renda depende da mobilização política.

O segundo ponto concerne ao seu recente entusiasmo pela privatização, surpreendente num ex-ministro que demonstrou tanta competência no manejo da coisa pública. A Simonsen se deve a estratégia de endividamento dos anos Geisel, base dos amplos investimentos nos setores de substituição de importações. De que a intervenção estatal no processo produtivo tem se tornado exagerada, discordar não há. E vender empresas estatais pode até ser a ordem do dia na Europa. Mas que Deus nos livre da experiência espanhola. Um país que mantém há dois anos uma taxa de desemprego de 20% não serve de exemplo para ninguém. A Espanha pode guardar para si a obsessão anti-inflacionária, que os países europeus vêm perseguindo durante os últimos anos.

Mas tudo isso é bomba de fumaça. A bomba-relógio do artigo do professor Simonsen está contida na sua análise da moratória e da conversão da dívida.

Ora, nossa moratória não é nem irracional, nem uma reedição atrasada da tentativa argentina de sacudir as finanças internacionais. Ela é o fruto de um sistema de ajuste que transferiu todos os custos do choque da dívida externa para os países em desenvolvimento. Em 1985, Baker afirmava que era possível superar o problema da dívida incentivando o crescimento nos países devedores. A proposta de Baker caiu no vazio porque os banqueiros se recusaram a cumprir a sua parte. O dinheiro novo, necessário para tornar aquela proposta realidade, não apareceu. Se os fluxos de capitais se tivessem mantidos a níveis razoáveis, o Brasil não teria declarado a moratória.

Os banqueiros internacionais não renovaram seus empréstimos para os países devedores, porque esses países se encontravam numa fraca posição de barganha. Um elemento importante que contribuiu para isto adveio da pressão dos governos dos países credores, em particular dos Estados Unidos. Eles têm manejado numa política de cobrança da dívida usando pressão política

por trás dos bastidores. A pressão tem lugar sob a forma de mensagens implícitas de sanções, caso o país não cumpra seus compromissos financeiros. As sanções podem incluir medidas de natureza comercial, mudanças na política de imigração, mudança de atitude em relação à política interna do país etc. Dificilmente os países credores embarcariam na imposição dessas penalidades. Mas a crença de que elas constituem uma possibilidade é suficiente para enfraquecer a posição de barganha dos países devedores. A moratória é uma tentativa de fortalecer a posição brasileira. O outro caminho era um atoleiro sem fim.

O ministro Bresser errou ao colocar a boca no trombone, sem contar com o apoio de uma administração capaz de sustentar um programa consistente. E as perspectivas são ruins enquanto o Brasil não restaurar a credibilidade de seu governo.

Quanto à conversão da dívida, não é hora apenas de acabar com preconceitos. É hora de avaliar com clareza se esse mecanismo pode contribuir para a solução de nossos problemas. Maiores fluxos de investimento direto são altamente desejáveis. Se eles tivessem sido maiores no passado, hoje estaríamos em melhor situação. As objeções que se fazem à conversão da dívida concernem exclusivamente no uso de um orçamento arrebitado no pagamento de novos subsídios.

Com a conversão da dívida, aparentemente todo mundo ganha: o banco que se livra da parte indesejada de seu portfólio sem deprimir o mercado secundário, a firma que compra cruzados com desconto, e o Brasil que pode pagar a dívida em cruzados em vez de dólares.

Na verdade o Brasil sai perdendo. A primeira objeção à conversão da dívida consiste no fato de que o governo não pode simplesmente imprimir cruzados para pagar o investidor. Ele terá que enxugar o excesso de liquidez, criando mais dívida interna. No final da operação, o governo apenas substituiu dívida externa por dívida interna e os problemas fiscais continuam inalterados.

Quanto ao balanço de pagamentos, a redução da dívida reduz também o seu serviço. Mas a redução do pagamento de juros é compensada por um aumento no pagamento de lucros, deixando a conta-corrente inalterada. Infelizmente nossa liquidez diminui porque é mais fácil controlar o pagamento de juros do que as remessas das multinacionais.

A conversão da dívida é antes um truque de contabilidade do que uma forma de atrair investimento direto. Os investimentos identificados pelos intermediários financeiros são os que se verificariam de qualquer maneira. E neste caso, o governo

deixa de dispor de um fluxo líquido de capitais que poderia ser usado para importações.

O montante de dívida que se pode fazer desaparecer com esses arranjos é pequeno. Mesmo no Chile, onde eles foram muito estimulados, as conversões entre 1982 e 1986 não chegaram a 5% da dívida total. De qualquer forma, o exemplo do Chile é péssimo. Altíssimas taxas de desemprego são sustentadas graças a repressão imposta por um sistema ditatorial e desumano. No dia em que Pinochet cair, junto irá a dívida externa e a renda dos banqueiros.

No México, a experiência recente mostra uma redução dos investimentos diretos em montante igual ao da conversão da dívida. Esta experiência sugere que a conversão financiou investimentos diretos que teriam ocorrido de qualquer maneira. Houve portanto, uma redução do fluxo líquido, de capitais em relação a quantidade de divisas que estariam disponíveis na ausência de conversões.

Finalmente, não é só a esquerda que necessita de recauchutagem intelectual. A direita também. As teses do liberalismo econômico estão cada vez mais desacreditadas. O colapso da bolsa de Nova York e a escolha do professor Robert Solow para o prêmio Nobel de economia simbolizam a forma pela qual a sociedade internacional decidiu rejeitar a economia de Reagan e a direita ululante. Agora, é tirar a alma da boca do diabo; fincar o pé Brasil e abaixo a subordinação aos interesses dos banqueiros internacionais.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO CÂNDIDO BASTOS, EM SESSÃO DO DIA 16.11.87.

"GRATIDÃO A DOM FREDERICO HELMEL"

Dom Pedro Fedalto
Arcebispo de Curitiba.

Nos dias 30 e 31 de outubro passado, a Diocese de Guarapuava prestou carinhosa homenagem de gratidão a dom Frederico Helmel, bispo Emérito de Guarapuava, que comemorou 50 anos de sacerdócio, ocorrido a 31 de outubro passado.

Nos cartazes, num aparecia as palavras: Saudade, Compromisso, Gratidão e no outro: Bispo fundador, catequista, vocacionista, comunicador, missionário e dos leigos.

No dia 29 de outubro, à noite foi lançado o livro "A Igreja em Guarapuava, antes e após a criação da Diocese de Gracita Gruber Marcondes".

O programa do dia 30 constou de exposição das atividades de dom Frederico Helmel, durante seus 20 anos de bispo.

Foi celebrada missa festiva, presidida por dom Frederico Helmel, presentes 16 bispos do Paraná, o clero de Guarapuava, os seminaristas e as religiosas.

Dom Albano Cavalin, o bispo diocesano, pediu-me fizesse a pregação, destacando o aspecto missionário, desde a fundação de Guarapuava até o presente, com perspectivas de futuro.

Procurei fazer uma síntese histórica de Guarapuava, focalizando a atividade missionária, na primeira expedição (1770) e na segunda (1809), na fundação de Guarapuava e na criação de paróquia, com o pe. Francisco de Chagas Lima (1808-1828) e com os missionários do Verbo Divino (1907-1968) e com dom Frederico Helmel - (1966 - 1986).

Primeira Expedição: Os Campos de Guarapuava foram descobertos a 9 de setembro de 1770, pela expedição comandada pelo sargento-mor Francisco José Monteiro, que partiu do Porto de Nossa Senhora da Conceição de Gayacanga, a 108 quilômetros de Curitiba a 12 de julho. No dia 9 de setembro, foram encontradas as roças dos índios com milho, feijão, abóbora, com um paiol, onde tudo isso estava empilhado em cestos grandes, havendo duas pilhas de pontas de flechas.

A 5 de outubro, vieram os primeiros índios, que, a 16 de dezembro trucidaram sete membros da expedição.

Diante da vitória da descoberta, da certeza de ausência de espanhóis, do perigo das emboscadas dos índios e desfalcados com as sete mortes e com o afogamento do tenente Manoel Telles Bittencourt e seu filho nas águas do Rio Iguaçu, o tenente coronel Afonso Botelho resolveu fazer sua retirada dos Campos de Guarapuava.

Acompanhou a expedição o padre Inácio Alves de Azevedo, coajutor da paróquia de Curitiba.

Fundação de Guarapuava- Somente 40 anos depois da descoberta é que, a pedido do Rei de Portugal, dom João VI, estabelecido no Brasil, em 1808, fugindo de Napoleão, a segunda expedição, comandada pelo tenente coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal, partiu de Curitiba para Guarapuava, a 3 de agosto de 1809.

Para acompanhar a expedição foram enviados o padre Francisco das Chagas Lima, do clero diocesano e o padre Pedro Nolasco Benedito, chegando ao Acuartelamento a 24 de setembro. Finalmente, a 16 de dezembro de 1809, chegaram aos Campos de Guarapuava, ao local que se chamou Atalaia.

O primeiro contato com os índios foi de luta, morrendo diversos deles, enquanto foi ferido um só soldado da expedição.

O pe. Francisco das Chagas de Lima foi o grande missionário junto aos índios. Houve desentendimento com o comandante

Diogo Pinto de Azevedo Portugal, porque não queria o missionário que os soldados se misturassem com os índios.

O pe. Francisco das Chagas influenciou para a mudança de lugar escrevendo ao bispo de São Paulo, a 17 de julho de 1818, mandando este a carta ao rei dom João VI, que autorizou a transferência dos moradores de Atalaia para a planície entre os rios Coutinho e Jordão.

O pe. Fransisco Chagas foi a São Paulo, a 23 de outubro de 1818, levando requerimento ao bispo dom Matheus de Abreu Pereira e aos outros dois componentes do governo interino da Capitania de São Paulo, pedindo a criação da paróquia e a construção da Igreja.

A paróquia de Nossa Senhora do Belém, foi criada a 11 de novembro de 1818, tendo sido instalada a 9 de dezembro seguinte com a posse do pároco pe. Francisco das Chagas Lima.

O pe. Francisco das Chagas Lima nasceu em Curitiba, em 1757, tendo dois irmãos sacerdotes: pe. João Gonçalves Lima e Cônego Manuel da Cruz Lima. Foi pároco em Curitiba, Vigário da Vara (1784 - 1800), pároco de Queluz, São Paulo (1800 - 1804) e capelão de Aparecida (1804-1809). Esteve em Guarapuava, de 1809 até 1828, retirando-se doente para Parnaíba, onde era pároco seu irmão, tendo aí morrido em 1832. No ano de 1974, o prefeito municipal de Guarapuava, Senhor Nivaldo Kruger, fez transladar suas cinzas para a Praça 9 de Dezembro, em Guarapuava.

O Cônego Ildefonso Xavier Pereira, natural de Curitiba, no teatro de São José, em São Paulo, no espetáculo de Gala em homenagem a dom Pedro I, após a proclamação da Independência, exclamou: "Viva o primeiro Rei do Brasil". Este mesmo cônego escreveu a respeito do padre Francisco das Chagas Lima, dizendo: "Foi mandado este apóstolo de Guarapuava a catequizar os índios Camés, Votorões e Dorins, cujas línguas falava perfeitamente. Seus trabalhos foram prejudicados pelo comandante da expedição. Diogo Pinto de Azevedo de Portugal, que, contra a vontade do missionário, quis misturar os soldados com os indígenas".

Missionários do verbo divino - Os missionários do Verbo Divino, fundados pelo Bem-Aventurado Arnaldo Jansen, em 1875, vieram ao Paraná em 1899, tendo sido o primeiro superior, pe. Francisco Tollinger, que foi chanceler da diocese de Curitiba, tendo eu a alegria de receber dele uma correspondência em 1959, quando completava 70 anos de sacerdócio. Da primeira casa em São José dos Pinhais, nas nascentes do rio Iguaçu, os Verbitas chegaram até Foz do Iguaçu, passando por Curitiba, Palmeira, São João do Triunfo, Ponta Gros-

sa, Guarapuava, Laranjeiras, Cascavel, Toledo, Campo Mourão e Foz do Iguaçu.

A 16 de julho de 1907, foram recebidos em Guarapuava os dois primeiros missionários, pe. Matias Esser e pe. Nicolau Simon.

Passaram por debaixo de um arco de triunfo que escondia toda a miséria e ruína existentes na paróquia imensa com 51.800 quilômetros quadrados.

Basta dizer que poucos eram os que frequentavam a missa. Em todo o tempo da Páscoa só houve a comunhão eucarística de um homem. Na sexta-feira santa de 1908, os moços entraram na Igreja, com grãos de milho para atirar nas moças dizendo: "queremos ver o que aquele lobo nos vai dizer". Acabado o sermão, uma vela incendiou a grande cortina, colocada no altar para cobrir as imagens: Ouviam-se assobios, grãos de milho eram jogados nas moças.

Em pouco tempo, houve um pânico, tendo morrido três pessoas pisadas e muitas feridas.

Logo entenderam os missionários que deviam educar as crianças adolescentes. Por isso, abriram a escola, confiando-a às Irmãs Servas do Espírito Santo, chamadas irmãs Azuis, pois nunca a população tinha visto irmãs.

Ainda em 1932, a paróquia era tão extensa que dom Antônio Mazarroto, bispo de Ponta Grossa fez uma visita pastoral, durando seis meses ininterruptos.

Os missionários do Verbo Divino também se ocuparam da pastoral indígena em Guarapuava, Laranjeiras, Foz do Iguaçu etc.

É de justiça reconhecer todo o trabalho missionário dos padres do Verbo Divino, das nascentes do Rio Iguaçu em São José dos Pinhais, até Foz do Iguaçu.

Devem ser lembrados três prelados do passado que dedicaram sua vida em extensas regiões do Paraná: monsenhor Guilherme Thiletzek e dom Manoel Konner, na Prelazia de Foz do Iguaçu e dom Geraldo de Proença Sigaud, em Jacarezinho e, em nossos dias dom Frederico Helmel, em Guarapuava, dom Olívio Aurélio Fazza, bispo de Foz do Iguaçu e dom Getúlio Teixeira Guimarães, bispo de Cornélio Procopio.

Diocese de Guarapuava - A idéia de uma Diocese em Guarapuava é antiga.

Em carta confidencial, dom João Francisco Braga, Bispo de Curitiba, a 2 de março de 1925, escrevia ao Provincial do Verbo Divino, padre Alísio Koester, dizendo: "A nunciatura sugere a criação de uma Prelazia em Guarapuava. Respondi que ao Senhor Presidente do Paraná (Governador) não bem sorria a idéia e nem aos dirigentes civis a escolha de Guarapuava para a sede simples Prelazia. Julga o bispo de Curitiba, impondo-se a si mesmo o dever de bem refletir para convenientemente infor-

mar a Nunciatura que seria o caso de criar-se a Prelazia de Foz do Iguaçu, confiando-se-a aos padres do Verbo Divino que já estão lá".

A 17 de abril de 1957, o jornal "Estado do Paraná" noticiava que os católicos de Guarapuava dirigiram uma carta ao Núncio Apostólico, dom Armando Lombardi, pedindo a criação da diocese de Guarapuava.

A idéia foi concretizada por dom Geraldo Pellanda, que, a 15 de abril de 1961, foi empossado bispo Coadjutor de Ponta Grossa e a 24 de fevereiro de 1965, assume a Diocese.

A Diocese de Guarapuava foi criada a 16 de dezembro de 1965.

Dom Frederico Helmelt Dom Frederico Helmelt, bispo Emérito de Guarapuava, bem merece as homenagens de gratidão, com muita saudade, devendo os diocesanos de Guarapuava continuar comprometidos contudo o que ele realizou em 20 anos de bispo diocesano.

Dom Frederico, nascido na Áustria, a 2 de maio de 1917, ordenado presbítero verbista, a 31 de outubro de 1947, chegando ao Brasil em junho de 1939, exerceu seu ministério no Rio Grande do Sul, nos Colégios de Juiz de Fora e de Belo Horizonte, como professor, diretor, reitor do Seminário Maior do Verbo Divino em São Paulo, Provincial no Brasil, por 9 anos e Superior do Seminário Maior na Áustria.

Foi eleito bispo de Guarapuava, a 19 de março de 1966, ordenado a 19 de maio seguinte e empossado, a 26 de junho, permanecendo até 14 de dezembro de 1986.

Dom Frederico é bispo da palavra Divina, mandando semanalmente para 500 comunidades um folheto contendo a explicação do Evangelho.

Foi bispo das Vocações, abrindo o Seminário e ordenando 14 sacerdotes diocesanos, tendo hoje 14 alunos de teologia, 9 de filosofia e 35 menores.

Bispo da Catequese, pois a Diocese de Guarapuava está hoje com 5.000 catequistas.

Bispo de leigos, tendo construído a Casa dos Líderes, por onde passaram 10.000 leigos;

Bispo Comunicador, tendo fundado a Rádio Cultura de Guarapuava; bispo dos Índios, conseguindo padres do Verbo Divino para a pastoral indígena; bispo dos pobres, fundando Asilo dos Velhos, Lar Retiro Feliz para Órfãos, Lar do Menor, Albergue Noturno e o Departamento Social e Assistencial de Guarapuava, bispo construtor edificando os prédios do seminário, da Cúria, da residência episcopal, da Casa de Líderes, o Edifício Nossa Senhora de Belém, com seis andares, onde funcionam o Centro Catequético, a Cúria, a Rádio Cultura, a Livraria, as sedes dos Movimentos

Religiosos, e três andares para aluguel.

Dom Frederico Helmelt bem mereceu a homenagem de gratidão da Diocese de Guarapuava.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI-APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO CÂNDIDO BASTOS EM SESSÃO DO DIA 16.11.87

É SIMPLES: AUMENTEM OS IMPOSTOS

Roendo o osso de um critério de distribuição dos tributos, as prefeituras onde o Brasil real existe, vive, produz mas se cilicia com carências de recursos estão à beira de situações irremediáveis pungentes, dolorosas. Os Estados, todos eles, assistem ao esvair de seus meios financeiros, enquanto o governo federal, com o filé mignon do lauto banquete tributário, desconhece receitas severas para perder a enxúndia conseqüente da fartura com que se forra na injustiça da tripartição dos dinheiros dos impostos cobrados nacionalmente.

O tema é velho. Dele já se cansou de falar, debater, gritar. Caravanas de prefeitos deslocam-se para Brasília, enquanto os governadores dos Estados, todos eles há muito tempo, estão sob o quante do poder central, no desrespeito ao sentido de federação, que daria aos Estados, por exemplo, autonomia - que não possuem - e o nômico-financeiramente falando - para conduzir com flexibilidade e rapidez as soluções para os peculiarismos que os caracterizam.

Na Assembléia Nacional Constituinte, porém, a questão mereceu outros enfoques. Avançou-se, um pouco mais, sobre o esdrúxulo desse critério definiano, tecendo durante vintena de anos, em que a concentração do decisório financeiro estava quase totalmente, nas mãos do poder brasileiro. De um poder que reserva à União o uso e exercício feroz da borduna tributária, enquanto as prefeituras e Estados têm que continuar sob o espartilho do preceito da futura nova Carta Constitucional, que lhes reserva tais e quais possibilidades de cobrança de impostos.

Como o governo federal vai perder parte de sua capacidade arrecadatória dividida, embora homeopaticamente, com as prefeituras e governos estaduais - decidiu-se pelo mais fácil, pelo mais óbvio, pelo mais conveniente aos seus interesses. Decidiu, através do Ministério da Fazenda, incluir a criação de um imposto sobre Patrimônio Líquido (IPL), no "pacote" fiscal que enviará ao Congresso até o começo de dezembro.

É fácil tentar compreender a "maravi-

lhosa" solução que os burocratas federais encontraram. A Constituição, que se está votando, tem, já nos seus refolhos, que os impostos serão tais e quais. Quais e tais que obedecerão a novos critérios em sua divisão às prefeituras, Estados e Governo Federal. Como se vai diminuir a receita nacional, a fórmula simples, rápida e direta é, puramente, criar um "novo imposto", o tal IPL. Esse Imposto sobre o Patrimônio Líquido (oh! a genialidade dos burocratas...) terá dois propósitos: 1- visará a conter o déficit do próximo exercício de 1988 (na ordem de 2% do PIB) e 2- ajudar a fazer a redistribuição de recursos fiscais que a Constituição deverá aprovar (provavelmente a partir de 1989), com o que os cofres de Brasília não perderão um centil, sequer, de suas perspectivas de arrecadação frente aos compromissos que enfrenta. É aí, precisamente aí, que bate o ponto. Obeso, gordíssimamente inchado a partir de vinte anos de um centralismo que necrosou o tecido federativo nacional, a União proclama sua autonecessidade de adquirir a esbeltez flexível de uma elegância que envolve um corpo sem a flacidez de gorduras excessivas e horrorosamente inestéticas. Só que entre o auto-proclamar essa verdade de busca por um figurino com talhe esgalgo e a realidade de deixar de enfrentar a deliciosa macarronada - pecado de uma gula que clama aos céus... - tem havido uma distância que só cresce na descrença popular contra a fome famélica fiscalista do governo central.

Esse novo imposto sobre Patrimônio Líquido, que tornará mais alto o himalaia fiscal sobre as costas dos contribuintes, tem duas faces escancaradas: 1- de um lado, a impotência burocrática de Brasília em conter seu apetite, precisando, sempre e cada vez mais, de soluções simplistas como essa que está sendo arquitetada e 2 - essa nova arrecadação que se intenta significa outra evasão de recursos do povo para os cofres públicos, que poderiam ser empregados na criação de novas empresas, ampliação das atuais, que, conseqüentemente, gerariam mais empregos e, até, mais tributos ao poder público.

Mas, entre o decidir-se a favor de fórmulas que aliviem as costas dos contribuintes e a satisfação dos seus requintes em relação aos acepipes da mesa do poder, os burocratas nem pensam duas vezes: borduna fiscal sobre a massa, enquanto o banquete continua com faisões, agora, com outros nomes no cardápio magnífico montado para atender à fome famélica da máquina do Governo: Imposto sobre o Patrimônio Líquido.

Chegamos finalmente, à idade em que lutar para conseguir alguma coisa significa um crime, que tem que ser punido pela

guilhotina fiscal. Parece que o melhor mesmo, é porfiar para ser pobre e esperar que as úberes do poder público, fartas, rosadas, pródigas, sejam manipuladas pelos que, populistamente, cantam o hino da demagogia barata, inconseqüente, irresponsável.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ALGACI TÚLIO, EM SESSÃO DO DIA 16 DE NOVEMBRO DE 1987.

POR QUE SAÍ DO PMDB

Affonso Camargo

Há cerca de duas semanas enviei ao juiz eleitoral de Curitiba o pedido de cancelamento da minha filiação ao PMDB. Foi, na prática, o fim de um relacionamento de muitos anos, o desfecho de um vínculo partidário que já há algum tempo vinha se deteriorando, mas que, da minha parte, nunca desejei romper.

Respeito profundamente a posição daqueles que permanecem no PMDB, por acreditar, do fundo de seus corações, ser ele ainda o melhor campo para a luta em favor dos avanços sociais. Para mim, não é mais.

Meu relacionamento com o PMDB começou com a luta quase heróica da incorporação do PP, o Partido Popular, e se solidificou, mais adiante, com os históricos episódios da eleição de Tancredo Neves e a extinção do ciclo autoritário, nos quais desempenhei papel de todos conhecido, sobre os quais seria desnecessário falar. Foram fatos muito fortes, marcantes para o País, que mexeram com todos nós.

Um relacionamento como aquele não poderia terminar a não ser por razões muito significativas. Estou convencido de que as tive de sobra. Deixo o PMDB por acreditar que, ao dar seu apoio à recente proposta política do Governo Federal, o partido agrediu minha consciência e a consciência coletiva nacional.

O programa engavetado, o discurso esquecido, as promessas abandonadas, o "Compromisso com a Nação" rompido - o PMDB jogou na lata do lixo todos seus mais antigos princípios, em troca, simplesmente, de ilusórias vantagens de participação no poder. Poder, aliás, que, para o bem e a alegria dos que governam, eles mesmos pretendem prorrogar, ilegítimamente, até 1990.

E por que chegamos a este ponto? Como é que tudo isso pôde acontecer?

A verdade é que o governo Sarney fahlou grosseiramente - e com ele foram levados de combulhada alguns dos nossos melhores quadros dirigentes - ao não conseguir compatibilizar os avanços obtidos no campo institucional depois do autoritarismo com as necessidades, cada vez mais pre-

mentes de desenvolvimento e justiça social.

O caos é óbvio: estamos em moratória, as dívidas se avolumam dia após dia, a inflação volta a crescer e as notícias sobre negócios escusos voltam a transformar os jornais num mar de vergonha. O pior é que, enquanto isso, a concentração de renda, as desigualdades econômicas e as enormes diferenças sociais, que ofendem o povo e afastam a sociedade dos seus dirigentes políticos, não estão sendo resolvidos.

A realidade festiva e carnavalesca de alguns poucos, desconectados do Brasil verdadeiro em seu mundo de privilégios e excessos, opõe-se o Brasil de fato, acachapante, nu de mão no bolso, corroído pelo desrespeito humano, a mentira e a fraude. Já não há qualquer exagero em se afirmar que o Brasil está cada vez mais parecido com "Macondo", o incomparável microcosmo de Garcia Marques, onde as galerias cuspiam fogo, bois voavam - e o tempo andava para trás.

O grande projeto social e humano da Nova República, que optou pela geração de estruturas sociais e modelos econômicos que possibilitassem a participação de todos os segmentos excluídos do desenvolvimento e da felicidade, foi transformado, nesse Governo, num amontoado de palavras sem sentido nem qualquer compromisso com a realidade. Como permanecer num partido assim? Como apoiar um Governo como esse? E por que, sob qual justificativa, com qual interesse?

Minha opinião é de que esse Governo não tem mais compromissos com o povo. É claro: não há como oferecer aos cidadãos um mínimo de dignidade quando, diante da nossa dura realidade social, se prioriza a construção de ferrovias faraônicas, a especulação, o empreguismo, num regime em que o que vale é aquele infame princípio segundo o qual "se deve levar vantagem em tudo".

A deterioração é completa - e o apego deslavado ao poder, o culto à personalidade, a falta de memória e o fisiologismo voraz não são, por acaso, sinais claro de decomposição? Em nenhuma outra sociedade se viu, até agora, um quadro de tamanha perplexidade, tão confuso, em que até essa interminável transição democrática é invocada para justificar a incompetência e o prorrogacionismo, como se o avanço institucional não fosse um patrimônio público, histórico, mas um ás na manga, uma peça de barganha dos dirigentes ocasionais.

Não adianta: é preciso reinventar urgentemente nosso futuro. E a base de tudo é uma revisão franca, honesta, de todas as nossas relações interpessoais e das relações de distribuição. É preciso que retornemos às coisas simples, puras. Há utopia

nisso, há algum escapismo inconsequente em se pregar um novo concerto de relações humanas tendo por base a honestidade, o respeito e a preocupação com o bem-estar dos outros?

Os partidos políticos precisam abrir os olhos para o fato de que há medo, tristeza e desilusão nos corações dos brasileiros. Isso sim é o que interessa captar da nossa realidade, ao invés de se perder tempo em discussões degradantes sobre cargos, comissões, favores, negócios particulares ou de grupos.

Uma sociedade solidária é a primeira aspiração do homem. Uma sociedade justa e pacífica, de igualdade para todos, com direito à vida, ao trabalho e à felicidade, ao desenvolvimento e à liberdade. O partido que não for suficientemente moderno e articulado para registrar esse fotograma, essa aspiração justa e óbvia da nossa realidade corre o risco de afundar-se no mesmo fosso que hoje separa a sociedade da maioria dos nossos políticos.

É aliás, exatamente por isso que a classe política brasileira atravessa hoje sua mais grave crise de credibilidade.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO NEREU CARLOS MASSIGNAN, EM SESSÃO DO DIA 16 DE NOVEMBRO DE 1987.

PREFEITOS DO SUDOESTE PROTESTAM CONTRA DIVISÃO EM 2 ASSOCIAÇÕES

Os prefeitos do Sudoeste acabam de anunciar um abaixo-assinado, juntamente com o deputado Nereu Massignan, em que manifestam seu protesto quanto à forma de encaminhamento da proposta de divisão da região Sudoeste em duas Associações de Município. Eis a nota oficial seguida do abaixo-assinado:

1º - A Região é representada pela Associação dos Municípios do Paraná - AMSOP congregando 30 (trinta) Municípios;

2º - No dia 28 de outubro de 1987, em Pato Branco, com a presença do Governador Álvaro Dias, houve uma reunião com a participação de alguns Prefeitos, que foram levar ao Governador a idéia da divisão da AMSOP;

3º - Nesta reunião, inexplicavelmente, o Prefeito de Dois Vizinhos, Dedi Barichello Montagner, foi convidado a se retirar da reunião;

4º - Além de grave e inusitado, o fato em si mostra que o encaminhamento da proposta não está correto. Este assunto merece a participação de todos os Prefeitos e lideranças políticas do Sudoeste. Não é um assunto que possa ser decidido a partir dos interesses exclusivos de Pato Branco;

5º - É sabido que nas últimas eleições, foi criada no Sudoeste uma nova

Microrregião composta por cinco municípios: Dois Vizinhos, Verê, Salto do Lontra, São Jorge D'Oeste e Quedas do Iguaçu. Tais municípios hoje têm a representação na Assembléia Legislativa do Paraná através do deputado Nereu Massignan;

6º - Assim sendo, temos o direito de ser ouvidos e de participar de assunto de tamanha importância e decisivo para os interesses do Sudoeste.

Isto Posto,

a) Manifestamos a nossa solidariedade a todos os municípios e prefeitos que foram marginalizados na reunião.

b) Que fatos como o mencionado não voltem acontecer com Prefeitos, Deputados ou outras lideranças políticas do Sudoeste;

c) Desejamos participar e opinar sobre essa proposta;

d) Não aceitamos a forma de discussão que se nos apresenta como meramente divisionista e unilateral, envolvendo interesses mais pessoais do que coletivos.

Sudoeste do Paraná, 30.10.87.

DEDI BARICHELLO MONTAGNER

Prefeito Municipal de Dois Vizinhos

JOSÉ FEDRIGO

Prefeito Municipal de Verê

EGÍDIO VERONESE

Prefeito Municipal de São Jorge D'Oeste

NELSI MARIA

Prefeito Municipal de Salto do Lontra

RUDI SCHAEGLER

Prefeito Municipal de Quedas do Iguaçu

NEREU CARLOS MASSIGNAN

Deputado Estadual

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO BASÍLIO ZANUSSO, EM SESSÃO DO DIA 16 DE NOVEMBRO DE 1987.

QUEM BATEU CARTEIRAS?

A única mudança importante para o Brasil, feita nos Ministérios, foi a retirada do Ministro Raphael de Almeida Magalhães da Previdência Social. Em pouco tempo ele conseguiu realizar uma verdadeira sangria nos cofres públicos, com seus planos inacreditáveis e fatalmente denunciados pelos que hoje ele chama de "batedores de carteiras". O escândalo dos apartamentos em Brasília para os funcionários da Previdência, foi um dos maiores da história e mantém-se bem vivo na memória dos brasileiros. Ele simplesmente mandou comprar cerca de 400 apartamentos no exato momento em que o Governo Federal estava procurando vender os apartamentos funcionais extremamente onerosos e que estavam entregues aos funcionários dos Ministérios por aluguéis simbólicos. O Governo coloca à venda as mansões riquíssimas que serviam de vivenda para os ministros da Velha República e co-

mo se não sentisse esta tendência, Raphael resolveu comprar.

E o caso do prédio no Rio de Janeiro? Até o momento não ficou bem esclarecida a aquisição do tal edifício por preço bastante superior ao de mercado. E as setecentas e vinte ambulâncias adquiridas também de maneira pouco convincente, já que o Governo normalmente consegue preços especiais ao realizar uma concorrência leal. No caso do edifício adquirido no Rio de Janeiro, Raphael de Almeida Magalhães foi estrepitosamente vaiado pelo povo. Todos estão conscientes da sangria aos cofres públicos realizada de forma descarada, aberta, pelo ministro que nem ao menos se dignou tentar justificá-la. Pelo contrário, a cada denúncia, ele se limitava a afirmar que se tratava de perseguição dos seus inimigos do PFL.

No mesmo momento em que as viúvas choram insignificantes pensões e os aposentados simplesmente voltam ao trabalho por não terem condições de viver com os misérrimos cruzados que a Previdência lhes oferece mensalmente, um funcionário do Ministério paga aluguel simbólico para ficar num magnífico apartamento comprado pelo Senhor Raphael de Almeida Magalhães. Ainda recentemente, perguntado pelo Presidente da República sobre o que achava de um paranaense no Ministério, ele apontou apenas Euclides Scalco. Quando o presidente destacou Scalco por sua atual posição na Assembléia Nacional Constituinte, Raphael, desdenhou todo o Estado do Paraná, afirmando que os outros políticos não mereciam crédito porque seriam "batedores de carteiras". Só que não temos conhecimento de qualquer parlamentar paranaense - nem Ministro de nosso Estado -, que tenha "bati-do a carteira do Brasil", fazendo uma sangria justamente nos cofres que devem ser mantidos cheios, já que eles devem garantir a manutenção de aposentados e pensionistas.

Uma afronta ao Estado do Paraná, partindo de quem partiu, merece uma resposta na Justiça e conjunta, de todos aqueles que foram chamados de "batedores de carteiras". E a resposta na Justiça deve abranger também os desmandos realizados na Previdência Social durante a gestão de Raphael de Almeida Magalhães. Agora, sem a carapuça de ministro, ele deve simplesmente responder a forma como adquiriu o prédio no Rio de Janeiro, os apartamentos em Brasília, as ambulâncias e tudo o que mais deverá aparecer daqui para a frente, quando o novo ministro tomar conhecimento do que foi feito na pior gestão de um ministro na Nova República. Infelizmente para os trabalhadores brasileiros, Raphael não foi "espantado" do Ministério logo que começou a sua verdadeira corrida às imobi-

liárias em Brasília, em busca de apartamentos funcionais para seus funcionários exatamente no momento em que negava um aumento para os aposentados, para as pensionistas e a ampliação do atendimento ao empregado na zona rural do País. Ele neste instante "batia a carteira do Brasil" e por isso deve responder na Justiça, mais do que as simples palavras que ele desferiu contra nossos políticos eleitos pelo povo paranaense.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO EZEQUIAS LOSSO, EM SESSÃO DO DIA 16 DE NOVEMBRO DE 1987.

O PODER DAS ESTATAIS

O aumento dos combustíveis vai acelerar o processo inflacionário e dificultar ainda mais a vida do brasileiro. Essa majoração dos derivados de petróleo, principalmente da gasolina e do óleo diesel, atualmente em cascata sobre a formação dos preços agrícolas e industriais e prenunciam um final de ano ainda mais desastroso do que ocorreu nos meses anteriores. Tudo isso diante de um país apático que parece ter perdido a capacidade de indignar-se, uma vez que seus representantes no Congresso Constituinte estão mais interessados em se aglutinar contra a estabilidade no emprego, a licença às trabalhadoras gestantes e demais questões econômico-sociais já aprovadas pela Comissão de Sistematização consideradas pelos moderados, unidos no "centrão", como uma ameaça ao empresariado.

A Petrobrás e as demais estatais que detêm o monopólio dos serviços públicos como água, luz, telefone, elaboram seus orçamentos na base de uma programação que não é do conhecimento do público, do Executivo nem do Legislativo, se é que este um dia preocupou-se com a matéria. Dessa forma, enquanto o governo insiste para que os empresários invistam mais, objetivando a criação de empregos e afastando o fantasma da recessão, da noite para o dia decreta a majoração desses elementos fundamentais para a vida da nação, sem se perguntar o quanto isso acarretará na elevação do custo de vida.

As estatais constituem-se em verdadeiros baronatos onde seus diretores imperam soberanamente, não prestando contas a ninguém das suas atividades. Não se nega o bom desempenho dessas companhias, principalmente as que lidam com os serviços essenciais e, particularmente, a Petrobrás, que aos poucos vai nos tornando independente em matéria de petróleo. O que se contesta é a facilidade ilimitada que possuem em aumentar as tarifas que lhes concernem sem maiores explicações. Sem que

seja dada aos órgãos de comunicação (pelo menos) uma satisfação plausível dos aumentos decretados, os quais superam os índices inflacionários. Não contentes em atualizar permanentemente suas tarifas, as estatais ainda recorrem ao governo federal para a expansão dos seus programas ou para saldar dívidas advindas, dizem elas, de períodos de defasagem como o que ocorreu após a decretação do primeiro Plano Cruzado. Quando se fala em colocar um freio nas estatais não se quer com isso inviabilizá-las, mas que elas sejam minimamente controladas, pois suas gestões são misteriosas, sua programação elaborada intra-muros, sem qualquer possibilidade de confronto ou contestação. Numa situação tão difícil como a que estamos atravessando, quando o aumento dos combustíveis irá desencadear uma série de aumentos posteriores enquanto o governo fala em conter a inflação, seria de todo oportuno que, pelo menos, soubéssemos que esse dinheiro arrancado ao povo o qual em última análise é quem acaba arcando com a conta está sendo bem aplicado e que é impossível outra solução senão a majoração das tarifas dos derivados de petróleo. O mesmo se poderia dizer em relação às telecomunicações, cujos aumentos têm sido mensais.

O governo federal assiste a tudo sem intervir. Como se nada tivesse com esses acontecimentos. A direção das estatais eleva o preço dos seus produtos em quanto e como quer, mas o desgaste é sempre do governo federal, em última análise do titular do Executivo o qual, num regime presidencialista como estamos vivendo, onde o presidente tem poderes imperiais, é forçado a arcar com o ônus desses aumentos e suas conseqüências correlatas.

Até agora ninguém conseguiu controlar as Estatais. Nem durante o regime militar elas sofreram qualquer espécie de restrição. Estão aí a desafiar governantes, como monstros que devoram o seu criador. O País não suporta mais os aumentos dos combustíveis nem da eletricidade ou das telecomunicações. Corremos o risco de ter esses serviços sem podermos utilizá-los. O ministro da Fazenda, por seu lado, continua de mãos amarradas contra essas entidades gigantescas que desafiam todo e qualquer plano econômico.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ANTÔNIO ANNIBELLI, NO DIA 16.11.87.

DISCURSO PROFERIDO PELO DOUTOR WILSON REBACK, POR OCASIÃO DE SUA POSSE NO CARGO DE DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, EM SESSÃO NO TRIBUNAL PLENO, REALIZADA NO DIA 18 DE SETEMBRO DE

1987.

Aos quinze dias do mês de março do ano de mil novecentos e cinquenta e sete, na Sala de Sessões do Tribunal de Justiça, perante seu Presidente, o Excelentíssimo Senhor Desembargador JOSÉ MUNHOZ DE MELLO, prestei a promessa legal para exercer o cargo de 2º Juiz Substituto, do Quadro da Justiça, na 9.ª Seção Judiciária, com sede na COMARCA DE LONDRINA, para o qual havia sido nomeado pelo Decreto nº 8.670, de 1º de março de 1957.

Era o início de uma carreira, que livremente escolhera, e ansiava desde quando me formara, pela Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, aos 05 (cinco) dias de dezembro de 1952.

Seguiram-se, a nomeação para o cargo de Juiz de Direito, na Comarca de Ibaiti, em 27 de junho de 1959, a remoção para a 2ª Vara Cível da Comarca de Maringá, em 08 de maio de 1964; em 05 de março de 1969, a promoção para a Comarca de Curitiba, a nomeação para o Tribunal de Alçada, em 11 de maio de 1979, e, finalmente, para este Egrégio Tribunal, no dia 1º do corrente mês de setembro.

Alcancei, assim, o ápice da Magistratura do Estado pelo direito de conquista, pelo estímulo dos amigos e pela graça de Deus.

Conquista fundamentada no título - permitam-me o orgulho de dizer-legítimo, constituído por mais de trinta anos de efetivo exercício da magistratura, e pela lealdade que sempre me norteou para com os colegas. Jamais pretendi alcançar promoções ou nomeações para os Tribunais em detrimento dos que, antes de mim, haviam ingressado na Magistratura.

Porque eu abomino, e abomino veementemente, o carreirismo. Estou convicto que todos devem ter sua vez e hora, e a ninguém é moralmente lícito antecipá-la, em detrimento de outrem.

A imensa maioria dos Juizes comunga com esses princípios, o que é bom, para desanimar os mais afoitos, deveria haver, para nós, como há para tantos outros profissionais liberais - médicos, engenheiros, advogados, professores - um Código de Ética.

O estímulo dos amigos e o exemplo dos maiores conduziram-me durante todos estes anos.

Neste momento, tão solene e significativo para minha vida, permitam-me citar aqueles que, naqueles idos de março de 1957, iniciaram, comigo, essa caminhada, prestando-lhes minha homenagem.

Muitos, para tristeza dos amigos e prejuízo da Justiça, por diferentes motivos, interromperam a trajetória - LUIZ CARLOS REIS, ERALDO HORTMAN, ANTÔNIO DOMINGUES DOS SANTOS JÚNIOR, ALTHAIR COSTA

SOUZA, ZANONI DE QUADROS GONÇALVES, HUGO GONÇALVES MATOS e HEITOR PINHEIRO LIMA FILHO. Dois, ainda, permanecem, ilustrando a magistratura do Estado, com sua inteligência, cultura, seu devotado amor à justiça e sua dedicação ao trabalho, compondo o Egrégio Tribunal de Alçada do estado: SÉRGIO ÂNGELO FRANCISCO MATTIOLI e ALCEU MARTINS RICCI.

Permitam-me, também, evocar, com alegria, aqueles que, durante todo esse tempo, conduziram com sabedoria, o Poder Judiciário do Estado, servindo de exemplo dignificante, pela honradez com que se conduziram.

De 19 de agosto de 1891, até os presentes dias, trinta DESEMBARGADORES presidiram o Tribunal de Justiça.

Sob a direção de dezessete deles, tive e tenho a honra de exercer minhas funções. Com prazer, prestando-lhes singela homenagem, e com isso a todos os demais Juizes que integraram e integram esta Corte, cito seus honrados nomes:

JOSÉ MUNHOZ DE MELLO, em cuja presidência prestei concurso para Juiz Substituto;

EDUARDO XAVIER DA VEIGA;

MANOEL LACERDA PINTO, sob sua presidência prestei concurso para Juiz de Direito;

LAURO SOBRE LOPES;

ANTONIO FRANCO FERREIRA DA COSTA;

ERNANI GUARITA CARTAXO,

SEGISMUNDO GRADOWSKI;

FRANCISCO DE PAULA XAVIER FILHO,

ALCESTE RIBAS DE MACEDO;

EDMUNDO MERCER JÚNIOR;

HENRIQUE NOGUEIRA DÖRFMUND;

ARIEL FERREIRA DO AMARAL E SILVA;

MARINO BUENO BRANDÃO BRAGA;

HELINTHO GUIMARÃES CAMARGO;

ALCEU CONCEIÇÃO MACHADO;

ARMANDO JORGE DE OLIVEIRA CARNEIRO;

MÁRIO LOPES DOS SANTOS.

Alguns já não se encontram, fisicamente, entre nós, mas suas lembranças permanecem, indelevelmente, em nossos corações. Os outros, para nosso gáudio, aqui estão, gozando de estima de todos, exemplos vivos de dignidade.

Permitam-me, entretanto, dentre todos esses ilustres nomes, destacar, neste instante, o de MARINO BUENO BRANDÃO BRAGA.

Trinta anos de observação no seio da Magistratura, levaram-me às seguintes considerações, no que tange ao acesso de Juizes ao Tribunal de Justiça, por merecimento: algumas indicações não são recebidas com entusiasmo pela classe; outras, com indiferença, e outras, finalmente, com júbilo, em face do incontestado acerto do Tribunal na escolha, e do Governador na nomeação.

A nomeação de MARINO BUENO BRANDÃO

BRAGA, para este Tribunal, em 1967, tendo assumido o cargo em 09 de fevereiro de 1968, classifica-se na última hipótese acima referida.

Sua elevação à mais alta Corte de Justiça do Estado, foi por todos louvada e festejada. Porque, a par de seus inegáveis dotes intelectuais, seus conhecimentos da ciência jurídica e sua cultura humanística, ligados à sua dedicação ao trabalho, ornava a sua pessoa aquilo que mais dignifica o ser humano: a retidão de intenção, a honra, o exemplar procedimento moral tanto na atividade pública como na vida particular.

Talvez MARINO BRANDÃO BRAGA, ainda se lembre que, na ocasião em que fora nomeado para integrar esta Corte, eu lhe disse exatamente o que neste momento afirmo: sua nomeação havia sido louvada e festejada por toda a classe.

Quanto a mim, jamais imaginei, nem sequer sonhei, e muito menos almejei, que um dia viesse a sucedê-lo e ocupar, neste Tribunal, o vazio impreenchível deixado por ele.

No entanto, os desígnios divinos assim o determinara.

Um misto de alegria, tristeza e temor me domina.

Alegria, porque alcencei o ápice da carreira.

Tristeza, porque não conviverei - e isto eu almejava - com MARINO BRANDÃO BRAGA, neste Tribunal.

Temor, porque ocupar o lugar deixado por ele não é responsabilidade que se deseje, embora não haja qualificativo para tão elevada honra.

Senhor Presidente, Senhores Desembargadores.

Dignas autoridades. Distintos ouvintes, que aqui vieram prestigiar-me.

Ocasões como estas são propícias para exposição de princípios, para formulações de propósitos, para reminiscência e para agradecimentos.

Idéias inúmeras surgem para o tema central do discurso.

Poderia falar sobre o Poder Judiciário. Esse Poder por vezes tão difamado, e, por certo, tão desconhecido. Povo e imprensa a ele se referem mais para apontar eventuais desacertos de seus integrantes, esquecendo-se do exercício silencioso dos juizes que, em seus gabinetes, no recesso de seus lares, nas salas de audiências e nas salas de sessões, labutam, diuturna e constantemente, aplicando a lei e distribuindo a justiça, sofrendo quando, do emaranhado dos autos não surge com clareza, a verdade. Os que desconhecem esse Poder, não sabem que essa ação é um dos fatores mais importantes do equilíbrio social. Poder ignorado, tanto que, noticiando reu-

niões ou festividades públicas, locutores de rádio e televisão citam a presença do Governador do Estado, do General Comandante, do Prefeito da Capital, mas olvidam a presença do Presidente do Tribunal de Justiça, como se viu do noticiário das recentes festividades do último 07 de setembro, ignorando que o Presidente do Tribunal de Justiça, como Chefe de Poder, é igual, em dignidade e hierarquia, aos Chefes dos Outros Poderes, o Governador do Estado e o Presidente da Assembléia Legislativa, no âmbito estadual.

Poder difamado, quando lhe imputam morosidade na prestação jurisdicional, sabendo-se que isto se deve, mais e principalmente, ao Congresso Nacional, responsável pela elaboração das leis processuais, não as aperfeiçoando, de modo a agilizar a tramitação das causas, deixando de ditar normas para coibir chicanas e protelações inúteis. São leis imperfeitas que emperram o processo, a par da insuficiência de Juizes e Juízos, e da eventual ineficiência de alguns Juizes. Dentro desse tema, poderia ainda, referir-me a interesses pessoais, políticos regionais, que não visam o bem público e o aprimoramento dos órgãos judiciários. É o caso, por exemplo, de criação de comarcas, onde não se fazem necessárias, e da infeliz idéia, surgida não se sabe de onde, de criação de Tribunais de Alçada no interior do Estado, quando é tão fácil a contestação de que o Tribunal de Alçada sediado na Capital supre, atualmente, os anseios dos que recorrem à Justiça, nas causas de sua competência. Quando muito, bastaria a criação de apenas quatro cargos de Juiz, para a instituição de mais uma câmara cível, para uma situação ideal. Isto eu afirmo, convictamente, na qualidade de Presidente que fui, até o início deste mês, daquela Egrégia Corte.

Poderia, ainda nessa linha, discorrer sobre a Constituinte e o Poder Judiciário, assunto de transcendental importância, que vem sendo tratado pelos órgãos de classe, preocupados com o futuro da instituição, em face de demagógicas e esdrúxulas sugestões, já aprovadas nas Comissões Temáticas, como, dentre outras, a criação de Juizes e Tribunais Agrários, quando é sabido que a Justiça comum, estadual ou federal, de primeiro e segundo graus, podem, perfeita e eficientemente, dar o atendimento às questões de terras. O problema dos sem-terras e a reforma agrária não se resolvem com a criação e mais órgãos judiciários. Também, censurada é a pretensão de se criar uma Corte Constitucional, criticada, inclusive, por Juizes da mais alta Corte do País, o Supremo Tribunal Federal, como o eminente Ministro Francisco Resek, cujo pronunciamento constou de artigo publicado em recente edição de revista de

circulação nacional.

Relativamente ao Judiciário, bastaria apenas e essencialmente, que a nova Carta lhe atribuisse real e efetiva autonomia, desvinculando-o do Poder Executivo, quer financeiramente, quer na iniciativa de leis de organização e divisão judiciárias, e de seu quadro de pessoal, quer na nomeação e movimentação de magistrados e serventuários da justiça. No que concerne aos Juizes, ficariam livres da humilhação de pleitearem, na área política, nomeações, promoções e remoções por merecimento, resultando que este, no atual sistema, reduz-se ao maior ou menor conhecimento ou amizade ou prestígio que o candidato desfrute perante pessoas ligadas ao Chefe do Poder Executivo. Se a nomeação dos agentes do Poder Executivo independe da aquiescência do Chefe do Poder Judiciário, porque a recíproca não pode ser verdadeira?

Os magistrados, em sua imensa maioria, abominam o critério e os costumes vigentes. Anseiam por outros meios, mais objetivos, para a composição de listas de merecimento, levando-se em conta a antiguidade, dentro de uma margem razoável, cinco ou seis, recaindo a escolha, pelo Governador, no nome do Juiz que mais vezes tenha figurado em listas, costume, aliás, adotado, tradicionalmente, no Rio Grande do Sul.

Poderia, ainda, dentro do tema "CONSTITUINTE", discorrer sobre a questão, talvez a mais importante, que é o sistema de governo. Dos constituintes, uma minoria, aliada à indecisão de alguns, reluta em aceitar a mudança, embora ciente e consciente que o parlamentarismo é, de todos os sistemas democráticos, porque é o mais democrático, a melhor forma de governo, e insiste em manter o sistema atual, corretamente denominado de presidencialismo imperial, o qual, vigente há quase um século, tem sido gerador constante de instabilidade institucional, levando o País, por mais de uma vez, à ditadura.

Poderia, enfim, discorrer sobre tantos outros temas, tais como o de que o apanágio de uma sociedade organizada, civilizada e desenvolvida é a promulgação de leis justas e sábias, restando o seu descumprimento aos marginais, e o zelo pelo sua observação aos poderes constituídos. Peja-me referir fatos, amplamente divulgados pela imprensa e pela televisão, envolvendo uma alta autoridade de um Estado longínquo, dinheiro, jogo-do-bicho e "bicheiros", como exemplo de, para dizer o menos, subdesenvolvimento.

Abstenho-me, porém, de fazer pronunciamento erudito, para dar evasão à voz do coração.

Por isso iniciei estas palavras evocando bons e velhos amigos, e aqueles ho-

mens probos que tanto dignificaram e dignificam a Justiça.

Mas não seria completo nem justo este pronunciamento se não evocasse três outras pessoas, três mulheres, e o faço, agora, com toda a emoção e todo o amor.

Três mulheres a quem tanto devo e que marcaram profunda e indelevelmente minha vida.

Uma, já falecida, foi minha avó materna, da qual conservo a mais grata e vívida lembrança. Imigrante polonesa, ainda menina, veio para o Brasil, com seu pai e irmãs. Pobre e inculta, seu nome era Estefânia. Religiosa, devota de Nossa Senhora, animava-a profunda e sincera fé, como é a fé dos humildes, tão grata ao Coração de Jesus. De bondade extrema, foi uma das pessoas mais sábias que conheci, porque não há sabedoria maior que a bondade, sinônimo de amor, da "caritas" - caridade -, que é o amor cristão, único verdadeiro. Se existe um Paraíso, e eu creio ardentemente que existe, lá está, num lugar especial, reservado aos puros de coração, aquela criatura maravilhosa, aquela doce velhinha, de olhos azuis, da cor do céu e do manto imaculado da Virgem.

A outra, é minha mãe. Seu nome é Hercília, mas todos a tratam por CICI, a tanto tempo que talvez ela nem se lembre do nome que consta em seu registro de nascimento. Simples e humilde, herdou da mãe a mesma fé. Ajudou, com seu trabalho artesanal, fazendo labores em crochê, às vezes com fios tão finos que cortavam os dedos, a renda, que não era muita, do marido, meu pai, de saudosa memória. Assim, seu filho pôde ser matriculado na Faculdade de Direito, dando-lhe o alicerce para chegar onde chegou. Porém, mais do que isso, transmitiu-lhe a fé católica, que, por sua vez, herdara de sua mãe, a querida vó Estefa.

Ali está ela, 85 (oitenta e cinco) anos, mãe querida e carinhosa, a quem ofereço este troféu que hoje conquistei, ajoelhando-me a seus pés, beijando suas mãos e pedindo sua bênção.

A terceira chama-se Andyara, nome tão mavioso, que me encantou uma vez, continuou encantando-me e encantar-me-á, para sempre.

Foi a dádiva que Deus me deu, para seguir comigo a trajetória da vida. Esposa carinhosa, cuja preocupação maior é o lar. Sua vida são seus filhos, suas netas, seu marido. O resto é secundário. Nestes trinta anos, e antes disso, vem acompanhando o esposo, sofrendo o desconforto de lugares ruins, levando vida modesta, segundo os padrões que os proventos de seu marido permitiam. Nunca se queixava nem se lamentava. Compreensiva, com seu amor e dedicação, proporcionava ao marido a tranqüili-

dade necessária ao desempenho de suas funções. Deu-nos Deus um filho e duas filhas maravilhosos, os quais, até agora, deram-nos duas netas encantadoras, que são a maior alegria que, nesta fase da vida, alguém possa ter.

O triunfo de minha investidura como Juiz desta Corte pertence mais a ela que a mim.

Pelos amigos que me saudaram, falou mais o coração que a razão.

Com Rui Pinto, comecei minha vida profissional, como advogado, em 1953. Eu, recém-formado, ele quintanista de direito, abrimos uma banca, em Apucarana, de gostosa memória. Depois de quatro anos, nossos caminhos separaram-se: um, ingressando na Magistratura; outro, no Ministério Público, fazendo carreira e alcançando o posto máximo, o cargo de Procurador da Justiça.

Rui, velho e estimado amigo, muito obrigado, e à nobre classe que você tão bem representa.

Eduardo Rocha Virmond, companheiro dos bancos escolares, ingressamos na Faculdade de Direito em 1948, colando grau cinco depois, no dia 05 de dezembro de 1952. Seguiu a nobre profissão, montando sua banca de advogado, triunfando, como era de se esperar, face seus magníficos dotes intelectuais, sua inteligência, sua combatividade atributo próprio dessa classe admirável que, embora por relativo pouco tempo, já tive a honra de pertencer. O advogado é o baluarte mais significativo da liberdade.

Eduardo, velho estimado amigo, muito obrigado, e à nobre classe aqui tão bem representada na sua pessoa.

Osiris Antônio Jesus Fontoura, magistrado de escol, cuja amizade nos une a tanto tempo que já perdi a conta, senti-me feliz em ser por ele saudado. Embora tenha exagerado no uso dos adjetivos, olvidando a moderação e o equilíbrio, atributos próprio do Juiz, perdoa-se, já que o coração fala mais alto que a razão. Não se deve punir quem com intenção reta procede.

Osiris, velho e estimado amigo, muito obrigado.

Eminente Desembargador Mário Lopes dos Santos, digníssimo Presidente desta Corte:

A Vossa Excelência, a quem louvo pela segurança, eficiência e dedicação com que

vem conduzindo os destinos do Poder Judiciário do Paraná, e aos ilustres membros deste Tribunal, presto minhas homenagens, agradecendo o modo carinhoso com que fui por todos recebidos, prometendo que tudo farei para não deslustrar essa Casa.

Resta, ainda, a última: uma oração de agradecimento, a Deus Todo Poderoso e à Sua Santíssima Mãe, o que, humildemente faço, neste momento, e lembrando, a mim mesmo, o ensinamento da admirável Santa Teresa de Ávila: Sem Deus, tudo é nada.

Muito obrigado.

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA - 11.^a LEGISLATURA ATA DA 5.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de novembro do ano de hum mil novecentos e oitenta e sete, às dezesseis hora, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Senhor Deputado Domingos Scarpellini e contando com as presenças dos Senhores Deputados membros da mesma, reuniu-se a Comissão de Terras, Imigração e Colonização. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, tendo sido relatado o Projeto de Lei n. 103/86, de autoria do Deputado Sabino Campo que dá nova redação ao art. 1º, da Lei n. 7.292/79. (Altera divisas do Município de Cafelândia, desmembrado do Município de Cascavel. Parecer - favorável APROVADO. E o Projeto de Lei n. 183/87, de autoria do Deputado Acyr Mezzadri que altera a destinação de imóvel doado ao Município de Campo Largo e dá outras providências. Parecer - favorável - APROVADO. Sendo o que constava da Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Angelina Garcia Pacheco, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, para que produza os efeitos legais.

(aa) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI
Presidente

ANGELINA GARCIA PACHECO
Secretária